



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

**Mulheres Imigrantes Em Portugal:
Vivências e Percursos Migratórios das Mães Solteiras
Cabo-verdianas**

Carla Susana Silva Lopes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre na especialidade

Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais

(2º Ciclo de Estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Maria Johanna Christina Schouten

Covilhã, Fevereiro de 2011

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha querida mãe *Benvinda Duarte Silva* por tudo que tem feito por mim ao longo da minha vida.

Agradecimentos

A concretização deste estudo não teria sido possível sem o precioso contributo de algumas pessoas que de uma forma ou de outra, estiveram no meu percurso académico e de vida, às quais aproveito para expressar o meu profundo agradecimento.

Começo por agradecer a Deus por me ter dado força e saúde para continuar durante todo este percurso.

À Professora Doutora Maria Johanna Christina Schouten, minha orientadora, pela disponibilidade, empenho e profissionalismo que empregou em todo o decorrer deste trabalho. Muito obrigada pela orientação que me permitiu chegar até aqui.

Agradeço à Universidade da Beira Interior, aos meus professores e colegas de curso pelo apoio que me têm dado durante todo este percurso.

Agradeço igualmente a todas as mulheres pelos seus testemunhos e desempenhos na componente empírica deste trabalho. Dirijo-lhes uma palavra de gratidão pela sua disponibilidade e colaboração, por me deixarem entrar nas suas vidas e me confiarem as suas histórias de vida.

A todos os amigos, em especial à Djamilia e ao Paulo, pelo carinho, encorajamento, apoio emocional e compreensão nos momentos em que estive mais ausente. Agradeço-lhes, igualmente, pelos momentos de lazer e de reconforto nas alturas de desânimo e pela confiança que depositaram em mim.

A todos um muito obrigada!

Resumo

As deslocações humanas sempre estiveram presentes na história da humanidade, envolvendo pessoas, individualmente ou em grupo, de diversas regiões do globo. Entretanto, a globalização tem fomentado essas deslocações populacionais, movidas por motivações de várias ordens tais como económicas, sociais, políticas, religiosas, ambientais, académicas, entre outras.

Durante muito tempo a migração era sobretudo masculina, no entanto, com o aumento da participação feminina nos fluxos migratórios, a mulher enquanto agente migratória, começou a ganhar destaque nos meios de comunicação social, nos discursos académicos e políticos. Neste sentido, com a dissertação que aqui se apresenta cujo tema: *“vivências e percursos migratórios das mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal”*, procura-se dar maior evidência à mulher enquanto agente migratório, explorando assim alguns aspectos de suas vivências no país de origem, Cabo Verde, e compreender o percurso migratório dessas mulheres no país de acolhimento, Portugal.

Para a sua execução recorreu-se a entrevistas semi-directivas, onde foram entrevistadas dez mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal, mais concretamente no concelho de Amadora, que tinham sido mães antes do processo migratório e que não vivem em união de facto.

Da análise efectuada verificou-se que o factor económico constitui a principal razão que desencadeou a decisão de emigrar por parte das mães solteiras entrevistadas. A emigração aparece como uma fuga à pobreza e à situação de precariedade em que se encontravam no país de origem. Essas mulheres enfrentam inúmeras dificuldades no país de acolhimento, no entanto, a falta de documentação foi a principal barreira relatada por elas. Os familiares e os amigos desempenham um grande papel no processo de adaptação e integração dessas mulheres no país de destino e a ausência dos filhos interfere negativamente na integração das mães em Portugal.

Apesar das entrevistadas não serem representativas do grupo alvo, as histórias de vida recolhidas permitiram compreender a realidade dessas mulheres, tanto na fase anterior como posterior ao projecto migratório.

Palavras - chaves: Migração, Género, Integração, Mães Solteiras.

Abstract

All through history there have been movements of people, individually or in groups, from one region to another. The recent intense globalization involved a boost in the population flows, for numerous motives, including those of an economic, social, political, and ecological character.

For a long time, migration has been a predominantly male affair, but the number of women in the migratory flows has been steadily rising. The interest for women as migrants has increased in the media and in the academic and political discourse. But even so, the attention for migrant women stands in no proportion to their actual qualitative and quantitative significance. It is hoped that the present thesis, entitled "Ways of life and migratory courses of single mothers of Cape Verdean origin living in Portugal", contributes to the knowledge about and understanding of women as migrants. Some aspects of their lives in their homeland, Cape Verde, will be explored, as well as the course of their lives and their experiences in the land to which they migrated, Portugal.

In the research, semi-directive interviews were held with ten single mothers from the Cape Verde Islands living in Portugal, more precisely in the municipality of Amadora. These women had become mothers before they undertook the migratory adventure, and at the time of research were not living with a man.

A conclusion of the research was that the economic factor was the main trigger for the decision of migration of the interviewees. The emigration is a flight from poverty and the precarious conditions in which they lived in their homeland. These women encountered numerous problems in the land of destination, the greatest of which they considered to be the lack of documents. The relatives and friends have a major role in the process of adaptation and integration in Portugal and the absence of the children has a negative influence on their integration.

Although we cannot claim that the interviewees were fully representative of the category under scrutiny, the life stories collected may be considered a tool for the understanding of the conditions of these women, both before and after the migration.

Keywords: Migration, Gender, integration, single mothers.

ÍNDICE GERAL

Dedicatória	III
Agradecimentos	IV
Resumo	V
Abstract	VI
Índice Geral	VII
Índice de Quadros, Tabelas e Figuras	X
Índice de Quadros	X
Índice de Tabelas	X
Índice de Figuras	X
Lista de Acrónimos	XI
Introdução	1
Parte I - Enquadramento Teórico	4
Capítulo I - Migração e Género	5
1.1. Migração	5
1.1.1. Tipos de migrações	6
1.1.2. Migrações internacionais	6
1.2. Género	8
1.2.1. Género no espaço transnacional	10
1.2.2. Feminização da migração	11
1.2.3. Algumas causas específicas da migração feminina	13
Capítulo II - Migração e Mercado de Trabalho	15
2.1. Categorias de imigrantes trabalhadores	15
2.2. Os imigrantes e o mercado de trabalho	16

Capítulo III - Migração: Exclusão Social e Integração	20
3.1. Migração e exclusão social	20
3.2. Migração e integração	22
Capítulo IV - Portugal e Cabo Verde: Fluxos Migratórios	28
4.1. Portugal: país de emigrantes e de imigrantes	28
4.2. Breve enquadramento da história da emigração Cabo-verdiana	30
4.2.1. Ciclos da emigração Cabo-verdiana	31
4.2.2. A emigração Cabo-verdiana para Portugal	32
Capítulo V - A Mulher na Sociedade Cabo-verdiana: um breve olhar	36
5.1. Mulher e família	36
5.2. Mulher e educação	41
5.3. Mulher e emprego	42
Parte II - Investigação Empírica	45
Capítulo VI - Metodologia	46
6.1. Objectivos, questões orientadoras e os pressupostos	46
6.1.1. Objectivos gerais e específicos	46
6.1.2. Questões orientadoras	47
6.1.3. Pressupostos	47
6.2. Instrumentos e técnicos de investigação	48
6.2.1. Entrevista semi-directiva	48
6.2.2. Percurso das entrevistas	50
6.2.3. Análise de conteúdo	51
6.3. Procedimento metodológico	52
6.4. População-alvo	52

6.5. Amostra	53
6.5.1. Critérios de inclusão	53
6.5.2. Caracterização das mães entrevistadas	54
Capítulo VII - Vivências e Percursos Migratórios das Mães Solteiras Cabo-verdianas em Portugal	56
7.1. Situação das entrevistadas anterior à emigração	56
7.1.1. Situação económica/profissional	56
7.1.2. Condições habitacionais	58
7.1.3. Situação familiar	59
7.1.4. Redes de apoio	61
7.2. Situação das entrevistadas posterior à emigração	61
7.2.1. Razões da emigração	61
7.2.2. Redes migratórias	63
7.2.3. Situação legal	64
7.2.4. Situação laboral	67
7.2.5. Situação habitacional	70
7.2.6. Situação familiar	73
7.2.7. Integração na sociedade portuguesa	75
7.3. Síntese das histórias de vida e do percurso migratório das entrevistadas	84
7.4. Síntese das entrevistas informais	93
Conclusão	96
Bibliografia	100
Anexos	105
Anexo I - A Evolução da situação das mulheres em Cabo Verde	106
Anexo II - Guião de entrevista com as mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal	109
Anexo III - Transcrição das entrevistas	112
Anexo IV - Mapas	175

ÍNDICE DE QUADROS, TABELAS E FIGURAS

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº1 Distribuição dos agregados familiares, segundo o nível de instrução do chefe, por meio de residência	38
Quadro nº2 Distribuição dos agregados familiares, segundo a dimensão média do agregado, por meio de residência	39
Quadro nº3 Distribuição da população, segundo o estado civil, por meio de residência	40
Quadro nº4 Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais, segundo o sexo, por meio de residência	42
Quadro nº5 Taxa de actividade e de desemprego por sexo	43
Quadro nº6 Situação legal das entrevistadas	66
Quadro nº7 Cinco elementos considerados pelas entrevistadas como mais importantes para a integração em Portugal	83

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº1 Caracterização socio-demográfica das entrevistadas	54
---	----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Mulheres a comprar peixes para revender	88
Figura 2 Mulher a apanhar areia no mar	91
Figura 3 Areia pronta para ser vendida	91
Figura 4 Mapa da República de Cabo Verde	175
Figura 5 Mapa do concelho da Amadora	175

Lista de Acrónimos

ACIDI - Alto Comissariado para a Integração e Diálogo Intercultural

ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

CLAI - Centro Local de Apoio ao Imigrante

DGE - Direcção Geral de Estatística

H - Homem

IASFM - International Association for the Study of Forced Migration

ICIEG - Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género

IDSR - Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva

INE - Instituto Nacional de Estatística

IOM - International Organization for Migration

M - Mulher

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

QUIBB - Questionário Unificado de Indicadores de Básicos de Bem-Estar

RGPH - Recenseamento Geral da População e Habitação

SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE - União Europeia

UNFPA - United Nations Population Fund

WHO - World Health Organization

INTRODUÇÃO

“O indivíduo não é somente o produto da sua cultura, mas também a constrói, a reconstrói, a recria, em função das problemáticas e das estratégias diversificadas e num contexto marcado pela diversidade e pela pluralidade”
(N. Ramos, 2004 in Lopes, 2007: 47).

A história da humanidade tem testemunhado constantes deslocações populacionais, envolvendo pessoas, individualmente ou em grupo, de diversas regiões do globo, impulsionado, sobretudo, pelas grandes assimetrias entre regiões, países e continentes. No entanto, o processo de globalização abriu fronteiras, aumentando o fluxo de pessoas entre regiões do globo, tocando todos os continentes e os vários domínios da vida pública, colocando inúmeros desafios às políticas nos diferentes sectores. O impacto dessas deslocações reflecte-se não só na vida das pessoas que deixam o seu país de origem para residirem num outro país, como também no país de destino, obrigando, particularmente, estes países a adoptarem estratégias e políticas para fazer face às diversidades culturais, sociais e económicas.

No processo migratório, o migrante enfrenta uma série de mudanças, nomeadamente, sociais, culturais, psicológicas, etc. Contudo, para que o seu processo de integração seja eficaz é importante o contributo de todas as partes envolvidas (o governo do país de origem e de acolhimento, o imigrante, o poder local, etc.). Como refere Ramos (2008: 7), «o fenómeno migratório é um fenómeno global e multidimensional, agente de profundas mudanças no contexto mundial e nacional, com características multidisciplinares e de efeitos transversais, que exige respostas coordenadas e adaptadas no quadro dos espaços regionais, nacionais e multilaterais».

Inicialmente a migração era sobretudo masculina, no entanto, com o aumento da participação feminina nos fluxos migratórios, nas últimas décadas a migração feminina começou a ganhar destaque nos meios de comunicação social, nos discursos políticos e académicos. A inclusão desta temática nos estudos sobre a migração é relativamente recente (Gonçalves e Figueiredo, 2005: 63). Durante as três últimas décadas verificou-se um reduzido empenho em incorporar o género nas teorias das migrações internacionais (Miranda, 2009: 17). É durante a década de 1976-1985 que surgem os primeiros estudos sobre a mulher migrante como sujeito visível e autónoma do homem (Morokvasic, 1984 in Grassi e Évora, 2007: 16). No caso português, embora muito recentemente, começam a surgir alguns trabalhos, sobretudo, dedicados à população feminina imigrada em Portugal (por exemplo, Pereira, 2006; Santos, 2008; Miranda 2009) ainda são poucas as reflexões sobre este tema em Portugal (Gonçalves e Figueiredo, 2005: 63). No entanto, com este trabalho cujo tema é

“vivências e percursos migratórios das mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal”, procura-se dar maior visibilidade à problemática da migração, em particular à migração feminina cabo-verdiana, que constitui o objecto deste estudo.

As grandes transformações económicas, sociais, culturais e políticas a nível global têm impulsionado acelerados movimentos migratórios a nível internacional. Tendo em conta a complexidade e a dinâmica dos fluxos migratórios, o estudo das migrações tem sido cada vez mais específica. Desta feita, optou-se por estudar este grupo distinto, “mulheres imigrantes, mães solteiras de origem cabo-verdiana”.

O meu interesse por esta população deve-se ao facto de ter vivido numa sociedade em que as mães, sobretudo as solteiras chefes de agregados familiares, desempenham o duplo papel (papel de mãe e de pai), responsabilizando-se pela sobrevivência da família e pela educação dos filhos muitas vezes sozinhas e à distância (no caso das mulheres migrantes). Essas mulheres não só se encontram expostas a uma sobrecarga de tarefas como também a uma sobrecarga emocional.

Para fazer face às dificuldades sobretudo económicas, em que se encontram sujeitas, vêm a emigração como a principal alternativa, no entanto, nem sempre a vida torna-se fácil para essas mulheres que trazem consigo responsabilidades e enfrentam problemas de várias ordens (legais, habitacionais, económicos, emocionais, etc.) dificultando a integração na sociedade de acolhimento.

Todas as vivências daí resultantes suscitaram em mim uma certa curiosidade, ou melhor, uma necessidade profunda e crescente de compreensão da realidade dessas mulheres. No entanto, o amadurecimento desta ideia teve origem em 2008 após ter visitado algumas freguesias do concelho de Amadora no distrito de Lisboa, particularmente a Reboleira, Buraca e Damaia, onde existe maior concentração de imigrantes cabo-verdianos. Ao observar a vivência dessas mulheres, muitas vezes em condições precárias, constata-se uma incessante luta pela sobrevivência e a busca de uma vida melhor para os filhos e familiares dependentes que tem a cargo ou que deixaram em Cabo Verde sob a responsabilidade de terceiros. Após esta observação fiquei ainda mais motivada em realizar um estudo acerca desta problemática.

O presente estudo encontra-se estruturado fundamentalmente em duas partes e sete capítulos. A primeira parte encarrega-se do enquadramento teórico, onde são apresentados os principais contributos teóricos. Nesta parte encontramos cinco capítulos, organizados do seguinte modo: no Capítulo 1, “migração e género”, são abordados os tipos de migrações, as migrações internacionais, a questão do género no espaço transnacional, assim como a questão da feminização da migração e algumas causas da migração feminina. O segundo capítulo explora a temática da migração e do mercado de trabalho, enquanto no capítulo 3 é relacionado, por um lado, migração/exclusão social e, por outro lado, migração/integração. No capítulo 4, será concretizado uma exposição sobre os fluxos migratórios que dizem respeito a Portugal e Cabo Verde e no capítulo 5 apresenta-se um breve olhar sobre a mulher

na sociedade cabo-verdiana.

A segunda parte encarrega-se da investigação empírica. Nesta parte encontra-se dois capítulos. No capítulo 6 são expostos os objectivos do estudo, as questões orientadoras, os pressupostos, bem como os instrumentos, as técnicas de investigação e os procedimentos metodológicos. Finalmente, o capítulo 7 trata dos resultados da pesquisa e retrata as vivências anteriores e percursos migratórios das mães solteiras cabo-verdianas em Portugal (particularmente mães solteiras do concelho da Amadora). Seguidamente, encontra-se a primeira e segunda secção que aborda a situação das entrevistadas: anterior e posterior à emigração. Na terceira secção visualiza-se uma síntese das histórias de vida e percurso migratório das entrevistadas. Na quarta secção encontramos uma síntese das entrevistas informais dirigidas às crianças cujas mães encontram-se migradas e algumas pessoas que ficaram responsáveis pelas crianças quando as mães migraram.

Por fim, terminamos o presente trabalho com uma síntese das principais conclusões deste estudo.

PARTE I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I - MIGRAÇÃO E GÉNERO

Vivemos num mundo cada vez mais globalizado, marcado pela mudança acelerada em todos os domínios e pelas grandes assimetrias, tanto a nível local, regional, nacional, assim como a nível mundial. Ao mesmo tempo que a globalização tem diminuído barreiras, tem fomentado aceleradas deslocações entre regiões do globo. Ela coloca novos desafios aos países receptores face à integração dos migrantes e seus descendentes.

1.1. Migração

Ao realizar um estudo sobre migração, é relevante definir o próprio conceito. Migração é definido sociologicamente pela acção e efeito de um indivíduo se deslocar de um lugar para outro com o fim de nele se fixar. Ao movimento da população de um território para outro designa-se movimento migratório, podendo ser analisado a partir do lugar de origem ou a partir do lugar de destino (Rocha-Trindade, 1995).

Neste contexto, Pires (2003: 58) refere dois autores internacionais que reflectiram sobre a migração. Mangalam, define migração como um movimento (no espaço) entre sistemas de interacção. Já Eisenstadt define migração como transição física de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para outra. E essa transição envolve habitualmente abandono de um quadro social (*social setting*) e a entrada num outro. Acrescenta Pires, que na sequência de Eisenstadt, se usa aqui o termo “migração” para delimitar um tipo particular de mobilidade espacial entre sistemas sociais, ou, mais precisamente, como deslocação inter-sistemas de ordem que inclui processos de desintegração (na sociedade de partida) e de (re) integração (na sociedade de chegada) dos imigrantes.

Na perspectiva de Rocha-Trindade, o termo emigração refere-se ao acto de emigrar, ou seja, a saída de alguém com ausência suposta de duração significativa, do seu país por relação de nacionalidade e por vivência no território que politicamente lhe está adstrito. Acrescenta ainda que a emigração assume formas e características distintas, podendo ser espacial ou temporalmente, em função das variáveis políticas, económicas ou sociais, que caracterizam os movimentos assim designados e, ainda, de determinantes de natureza cultural que envolvem os actores que os realizam (Rocha-Trindade, 1995: 31). Por outro lado, encontramos o conceito de imigração. Na perspectiva de Évora (2007: 64), «o modo predominantemente dúplice de tratar os fenómenos migratórios parte da constatação de um deslocamento original que se efectiva entre um ponto de origem (de emigração) e um ponto de chegada (de imigração), que dá lugar à classificação das pessoas como emigrantes e

imigrantes, por mudarem de um país para outro ou de uma região para outra suficientemente distinta e distante». Diz-nos Rocha-Trindade que para além dos elementos individuais que fazem parte do processo da emigração/imigração, estão em causa duas realidades cuja consideração, se torna indispensável: o país de origem e o país de destino, também denominado país de acolhimento, país receptor ou país de residência (Rocha-Trindade, 1995: 31).

1.1.1. Tipos de migrações

Podemos encontrar dois tipos de migrações: forçada e voluntária. No que se refere à migração forçada, as populações migrantes são pressionadas a se deslocarem do seu país de origem (ex. refugiados), devido a factores políticos (conflitos e guerras civis) ou ambientais (fome, catástrofes naturais, químicas ou nucleares). Este conceito é da International Association for the Study of Forced Migration (IASFM), referida *in* Dias e Rocha (2009: 21). Neste contexto, à partida, não existe motivação para abandonar o país ou zona de residência (Janssens, Bosmans e Temmerman *in* Dias e Rocha, 2009: 21) e a migração constitui uma via para escapar a uma situação de ameaça, violência, prisão ou morte (IASFM *in* Dias e Rocha, 2009: 21). No que se refere à migração voluntária, os indivíduos devido a pressões e incentivos, migram por decisão própria com o intuito de melhorar as suas condições de vida. Na perspectiva da World Health Organization (WHO), os migrantes “voluntários” incluem os migrantes laborais, estudantes estrangeiros e familiares de imigrantes que migram para reagrupamento (Dias e Rocha, 2009: 21). Dizem ainda os autores que se pode distinguir migração regular e irregular. São considerados migrantes regulares, (ou documentados) todos aqueles cuja entrada, permanência e trabalho no país de trânsito ou de acolhimento são reconhecidos e permitidos pelas autoridades oficiais. Por outro lado, migrantes irregulares (sem documentos) são as pessoas que entraram e/ou permanecem num país de trânsito ou de acolhimento sem autorização legal (WHO *in* Dias e Rocha, 2009: 21-22).

1.1.2. Migrações internacionais

As migrações internacionais tornaram-se cada vez mais complexas e diversificadas. Hoje é considerada um dos maiores desafios a nível global, surgindo como fonte de reflexão para a generalidade dos países. Neste contexto, é reconhecida a necessidade de compreender a movimentação da população e do seu impacto, tanto para os países de destino, trânsito e origem, como para as populações, migrantes e autóctones (Dias e Gonçalves, 2007: 16).

Numa abordagem às teorias das migrações internacionais encontramos a grande contribuição teórica de E. G. Ravenstein, já de 1889, na qual destaca os factores de repulsão e atracção (ou *push and pull*), que “empurram” os indivíduos do seu local de origem, “atraíndo-os” para outros locais. Acrescenta que os factores de repulsão são, fundamentalmente, de ordem económica e incluem escassez de terras, desemprego, baixos salários, seca, fome e explosão demográfica. Já os factores de atracção constituem alternativas aliciantes aos de repulsão (Rocha-Trindade, 1995: 73).

Diz-nos Rocha-Trindade que ao reestruturar o esquema teórico de Ravenstein, Everett Lee considera que para além dos factores de repulsão e de atracção, há “obstáculos intervenientes” e factores pessoais que compõem o próprio processo migratório. Como “obstáculos intervenientes” entre a origem e o destino, destaca: a distância envolvida no acto migratório, as barreiras físicas, as leis imigratórias e os custos dos transportes, pessoas e bens. Como factores de ordem pessoal que facilitam ou retardam as migrações destaca: as alterações no ciclo de vida (término da escolaridade obrigatória, entrada em mercado de trabalho, casamento e idade de reforma); as capacidades pessoais, como a sensibilidade e a inteligência do indivíduo, que lhe permitem avaliarem a situação na origem e no destino e adaptar-se a um novo meio ambiente; e, ainda os contactos e informações disponíveis acerca do meio social de destino (Rocha-Trindade, 1995: 73-75). No entanto, entre alguns autores é consensual a ideia de que os motivos económicos constituem os principais factores intervenientes nas tomadas de decisão para os movimentos migratórios dos indivíduos e grupos.

Segundo Pereira (2006: 93), as perspectivas que, tradicionalmente, têm procurado explicar as migrações internacionais enquadram-se em perspectivas de análise macro ou estruturalistas e em perspectivas micro ou funcionalistas. Por exemplo, na linha das teorias neo-clássicas, a perspectiva funcionalista procura explicar o fenómeno migratório centrando-se no indivíduo. Neste caso a decisão de emigrar é tomada pelo indivíduo de uma forma racional. Este avalia os custos e os benefícios da migração, e opta por migrar para o destino que considera poder trazer-lhe maior benefício económico. A decisão de migrar é movida pelo desejo do indivíduo de melhorar as suas condições de vida e é uma resposta às desigualdades reais ou percebidas na distribuição das oportunidades económicas.

De acordo com este modelo, diz-nos a autora que a força de trabalho desloca-se à procura de salários elevados a partir de lugares onde se verifica a falta de capital e a abundância de mão-de-obra para lugares onde se verifica a abundância de capital e a escassez de mão-de-obra ou das áreas rurais para as urbanas ou dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos.

Na perspectiva de Pereira (2006: 93), para os teóricos desta linha de pensamento a migração é algo benéfica, porque ela permite equilibrar e aproximar os níveis de desenvolvimento dos locais de partida dos locais de destino. De acordo com a referida autora, por outro lado, encontramos a perspectiva estruturalista, que incide num nível de análise

macro e tem em conta os contextos estruturais da sociedade de origem. Considera que as razões da migração são as desigualdades sócio-espaciais para as quais a migração surge como alternativa. Nesta óptica, a migração vem aumentar as diferenças e os níveis de desenvolvimento entre o país de origem e o país de destino.

De acordo com Pereira (2006: 94), a teoria neo-marxista da dependência, explica as migrações, no quadro de uma distribuição desigual de poder político e económico. Nesta óptica «a migração é a mão-de-obra barata dos países pobres que serve os interesses do capital nos países ricos e contribui ainda mais para o seu subdesenvolvimento sendo, por isso, uma forma de exploração dos países pobres pelos países ricos. Segundo esta perspectiva, os migrantes, na verdade, são forçados a migrar, tornando-se assim vítimas do sistema capitalista. Deste modo, os trabalhadores migrantes não são verdadeiramente livres na sua escolha, como na anterior perspectiva, mas estão condicionados pelas desigualdades de poder político e económico em que assenta o capitalismo».

Neste sentido, uma análise cruzada ou interligada entre as duas teorias seria uma opção viável no estudo das migrações internacionais, isto é, uma interligação entre os dois elementos: acção e estrutura, pois a associação entre estes dois elementos possibilita a captação das causas, das dinâmicas e consequências observáveis de um determinado movimento migratório (Pereira, 2006: 95). Segundo a autora, na tentativa de ultrapassar a dicotomia acção-estrutura, surgem as abordagens integradoras, que, consideram a migração, por um lado, como resultado de uma decisão individual, e por outro lado, como a manifestação de uma sociedade que coloca constrangimentos aos indivíduos. Com isso, estas perspectivas, ao procurarem estabelecer a ligação entre um nível de análise macro e um nível de análise micro, vão especificar um objecto de análise intermédio que possa sintetizar as duas abordagens dicotómicas. E no contexto da migração feminina, a abordagem integradora, tendo em conta as condicionantes estruturais que recaem sobre os indivíduos e as acções dos indivíduos, é a abordagem que se apresenta mais adequada, pois analisa os dois fenómenos: acção e estrutura.

1.2. Género

O conceito de género é muitas vezes utilizado como sinónimo de sexo, entretanto são dois conceitos distintos. Segundo Amâncio (2004: 21-23), «a identificação de uma pessoa como homem ou como mulher mobiliza saberes e significados, socialmente construídos, que servem para interpretar a realidade e orientar as práticas sociais. Sendo assim os termos “masculino” e “feminino” remetem para além da diferença entre as categorias de sexo, porque dizem respeito às diferenças que distinguem os homens entre eles e as mulheres entre elas». Para Ribeiro (2005: 15), abordar o feminino como construção social implica que se

distingam os conceitos de sexo e género. A autora afirma que retratar o conceito de género e as diferenças entre o género feminino e o género masculino implica a consideração tanto do processo de socialização, como da interiorização de expectativas culturais em relação a homens e mulheres.

De acordo com Andersen *in* Ribeiro (2005: 15), «o sexo refere-se à identidade biológica de uma pessoa e é usado para significar o facto de ser macho ou fêmea, enquanto género refere-se às diferenças socialmente construídas, com a atribuição de papéis diferenciados entre homens e mulheres e que depende de sociedade para sociedade, isto é, o género é uma construção social, que varia no tempo e no espaço. Acrescenta ainda que género refere aos comportamentos e expectativas socialmente aprendidas que são associados a cada um dos dois sexos». Por outras palavras, Pereira menciona (2006: 100), que se trata de um “termo cultural” para definir os papéis que são atribuídos ao homem e à mulher pela sociedade. Corresponde, assim, a um aspecto de ordem estrutural de uma determinada sociedade e que vai influenciar o quotidiano das pessoas.

Segundo Pereira (2006: 106), o género é um “termo cultural” que pode mudar de sociedade para sociedade e que difere teoricamente no espaço e pode evoluir no tempo. Por isso, distingue-se da variável “sexo” que se refere simplesmente aos factores biológicos que distinguem os “homens” das “mulheres”. Salienta ainda a autora que o género é usado para definir o modo como as sociedades representam a diferença biológica do sexo, a partir dos diferentes papéis que a sociedade atribui aos homens e às mulheres. Deste modo, a simples diferença biológica é generalizada para domínios de actividade, tarefas, espaços, vestuário, etc., que são considerados como masculinos ou como femininos. As diferenças biológicas são entendidas como naturais e inevitáveis e o género é o modo como, numa determinada sociedade, é representada a diferença sexual.

Na perspectiva de Grassi e Évora (2007: 14), «a categoria analítica de género é uma categoria transversal a todas as sociedades que diz respeito às dinâmicas socialmente construídas que veiculam as diferenças entre homens e mulheres na distribuição dos rendimentos e no acesso aos recursos e aos direitos de cidadania. O termo “género” aparece nas ciências sociais como conceito para defender que, independentemente das diferenças biológicas, há muitas maneiras de construir diferenças sociais. As diferenças entre homens e mulheres são uma construção social, e as variáveis culturais que encontramos nos desempenhos quotidianos dos papéis masculinos e femininos não resultam de uma inevitabilidade biológica, mas de opções sociais, conjunturais e culturais. Estas criam e legitimam ideias de comportamento especificamente feminino e masculino que estão relacionadas com o estatuto social de cada um destes agentes, estando na base de relações estruturais de desigualdade entre homens e mulheres que se manifestam tanto no mercado de trabalho como nas estruturas políticas ou no interior da família».

Amâncio (2003: 687-688) refere que o conceito de género expandiu-se rapidamente nas ciências sociais. Contudo, o aparecimento deste conceito inscrevia-se num processo de

mudança nas ciências sociais que não era indiferente ao debate político envolvente. Acrescenta a autora que, ao considerar o sexo um contributo a explicar, em vez de factor explicativo, o conceito de género correspondia, no plano teórico, ao propósito de colocar a questão das diferenças entre os sexos na agenda da investigação social, retirando-a do domínio da biologia, e direccionava a sua análise para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos e de legitimação das divisões sociais baseadas no sexo. Contudo, nos anos 80, o género aparece no discurso político-institucional, designadamente das Nações Unidas, que tiveram, neste plano, um papel pioneiro, passando depois para os meios de comunicação social, que o difundem junto da opinião pública.

1.2.1. Género no espaço transnacional

De acordo com Peixoto *et al* (2006: 6), associado ao conceito de “migrações”, o conceito de “género” só começa a aparecer nas literaturas internacionais nos finais da década de 70 e início da década de 80. Foi com a perspectiva feminista presente nos trabalhos de A. Phizacklea e M. Morokvasic, que este conceito começa a ter alguma predominância na literatura. No entanto, a análise das migrações à luz de uma perspectiva de género passa a levar em consideração estruturas de nível intermédio, como o agregado familiar, a família, as redes sociais e as denominadas “instituições imigrantes”, isto é, organizações e agências que operam no negócio da imigração. E mesmo reconhecendo a importância da estrutura enquanto factor simultaneamente impulsionador e constrangedor do processo migratório, chamam a atenção para a acção individual dos/as imigrantes, considerando-os como actores sociais activos (Peixoto *et al*, 2006: 6). Porém, no quadro das migrações internacionais, o estudo sobre a migração feminina começou a ganhar destaque, pois, a proporção de mulheres no contexto migratório tem aumentado ao longo das últimas décadas. Apesar da crescente visibilidade deste facto, as experiências e os percursos migratórios femininos ainda não foram suficientemente estudadas.

Na perspectiva de Jolly e Reeves (*in* Dias e Rocha, 2009: 24), é complexo a influência do género na migração. Se, por um lado, o género enquanto elemento integrante do processo migratório influencia as decisões acerca de quem migra, porquê migra e com que base é tomada a decisão de migrar, por outro lado, as relações de género são influenciadas pela migração, aumentando as desigualdades e papéis tradicionais ou desafiando-os e alterando-os.

De acordo com Pereira (2006: 109), «a ideologia do género dominante numa determinada sociedade vai assim interagir com outros aspectos estruturais como a classe social, o grupo ou etnia, a idade, etc., pelo que os constrangimentos sociais não se resumem apenas à ideologia do género existente. A ideologia do género, no entanto, embora

reconhecendo-se a influência de outros aspectos de ordem estrutural reflecte primeiramente a dimensão da percepção que as sociedades têm da diferença sexual. Embora a opressão das mulheres esteja associada a diversos factores, é o género que mais imediatamente demarca o universo feminino do universo masculino, polarizando-os».

No que se refere à migração cabo-verdiana convém realçar que ao contrário do que acontecia no passado, em que a emigração era sobretudo masculina e as mulheres que emigravam tinham como propósito a reunificação familiar, hoje a realidade é totalmente diferente, devido ao aumento das mulheres, particularmente solteiras, separadas, etc., no fluxo migratório. Mulheres que são chefes de agregados familiares, que se encontravam desempregadas, a executarem trabalhos mal remunerados e que almejavam por uma vida melhor. Para fazer face ao desemprego que atinge sobretudo as mulheres, a emigração constitui uma alternativa.

1.2.2. Feminização da migração

Segundo Santana (2008: 47), a maioria dos estudos sobre processos migratórios até há poucas décadas atrás, não englobavam mulheres como categoria distintiva. A autora apresenta duas razões para tal, primeiro, as teorias migratórias foram condicionadas pela teoria económica, sendo o papel económico feminino considerado de menor relevância. Segundo, porque a mulher surge unicamente na literatura como esposas de homens migrantes, mães de migrantes, viúvas de migrantes, filhas de migrantes, isto é, a mulher migrante surge como um ser dependente da figura masculina. Neste âmbito Gonçalves e Figueiredo (2005: 63) consideram que a análise dos fluxos migratórios, não só a nível internacional como nacional, tem observado frequentemente a imigração como um processo neutro do ponto de vista do género, secundarizando, muitas vezes, o papel das mulheres nos fluxos migratórios. Para Morokivasic (*in* Miranda, 2009: 22), tal aconteceu porque predominava um modelo de família patriarcal que viam as mulheres como dependentes dos homens, chefes de família e responsáveis pelo sustento do agregado familiar.

De acordo com Oso e Catarino (*in* Miranda, 2009: 22), «quer as perspectivas neo-clássicas, que analisam as decisões racionais dos indivíduos, quer as perspectivas que estudam os factores macro-estruturais subjacentes às migrações, salientam o papel dos homens migrantes como fonte de trabalho - trabalhadores e actores económicos - e negligenciam o papel desempenhado pelas mulheres. As mulheres eram relegadas para o espaço privado da casa, e a sua contribuição económica para a sociedade era largamente ignorada». Zlotnik (*in* Miranda, 2009: 22) diz que as estatísticas também colaboraram para a invisibilidade da imigração das mulheres, porque não incluíam categorizações em função do género. Segundo Dias e Rocha (2009), nas décadas de 60 e 70 a migração internacional era considerada como

um fenómeno predominantemente masculino, no entanto, assumiu contornos femininos nas décadas posteriores. Hoje, cerca de metade da população migrante no planeta é do sexo feminino (IOM *in* Dias e Rocha, 2009: 23). Segundo os relatórios internacionais cada vez mais mulheres migram de forma independente, resultado da forte procura de trabalho feminino e à crescente aceitação social da sua independência económica e mobilidade (UNFPA/IOM *in* Dias e Rocha, 2009: 23).

Abordar a temática feminização da migração é mais do que falar de um aumento numérico da presença feminina nos fluxos migratórios, até porque as mulheres sempre estiveram presente nos fluxos migratórios. A feminização da migração reflecte as actuais mudanças dos fluxos migratórios, isto é, a mudança qualitativa das motivações das mulheres nos processos migratórios, dos mecanismos de migração e da sua visibilidade no fluxo migratório. Na perspectiva de Castles e Miller (*in* Miranda, 2009: 24), «a feminização da imigração é agora internacional e alguns autores chegaram a considerar a feminização da migração como uma das características que definem a actual era das migrações». A questão que Miranda coloca é se de facto, estaremos perante uma feminização da imigração à escala global ou apenas perante à feminização do discurso sobre migrações e a uma maior aceitação da imigração das mulheres.

De acordo com Zlotnik (*in* Miranda, 2009: 23), é na sequência da introdução de políticas de imigração restritivas e do fecho das fronteiras a novos imigrantes na Europa em 1973-1974, que as mulheres começaram a dominar os fluxos de entrada, apesar de continuarem a ser minoritárias em termos quantitativos. Como salienta Miranda, o discurso referente à feminização da imigração na Europa pode ser explicado não só pelo facto de ter aumentado o número de mulheres nos fluxos populacionais, mas também pela aceitação do conceito de mulher migrante. Acontecimento que começou a ganhar relevância devido ao papel activo desempenhado pelas mulheres na migração.

Segundo Miranda (2009: 23), «para uma maior consciência das mulheres migrantes foi importante uma abordagem analítica mais aberta no domínio dos estudos sociais, que proporcionou uma maior visibilidade da contribuição económica das mulheres». No entanto, além do contributo a nível económico, a mulher deu e continua a dar um contributo adicional a nível dos serviços domésticos no seio da família, uma actividade que, apesar de grandes avanços no domínio da divisão dos trabalhos domésticos, continua a ser uma actividade feminizada pela sociedade.

No caso português, as estatísticas oficiais indicam que cerca de 45% da população imigrante a residir no país é do sexo feminino (SEF, 2007). Segundo dados disponíveis, de um total de 195 640 mulheres imigrantes em Portugal, 34 520 são naturais do Brasil, 28 850, de Cabo Verde, 15 237 da Ucrânia, 15 118 de Angola e 8178 da Guiné-Bissau (SEF, 2007 *in* Dias e Rocha, 2009:26). Actualmente, mais mulheres estão a imigrar sozinhas, procurando melhores salários e melhores condições de vida e adquirindo uma importância crescente na sociedade portuguesa (Wall, Nunes e Matias *in* Miranda, 2009: 33).

A emigração cabo-verdiana para Itália é um dos exemplos clássicos do que denominam de «feminização da migração». A emigração cabo-verdiana, iniciada no século XIX, foi e continua sendo quase exclusivamente feminina. Segundo o Dossier Estatístico Caritas/Migrantes de 2007, 72% dos imigrados cabo-verdianos na Itália eram mulheres.

O conceito de «feminização da migração» está muitas vezes associada ao conceito de «feminização da pobreza» e conseqüentemente a o que Saskia Sassen denomina de «feminização da sobrevivência», apesar das causas da migração não se resumir às questões de ordem económica, busca de melhores oportunidades ou a procura de meios para a sobrevivência.

1.2.3. Algumas causas específicas da migração feminina

São inúmeros os factores que motivam a migração, designadamente, factores de ordem económica, social, política, ambiental, entre outros. De acordo com Conceição Ramos *in* Araújo (2008: 30), para a explicação dos comportamentos migratórios, vários factores actuam e podem intervir de forma diferente ao longo do tempo: a demografia, as diferenças salariais, a distância geográfica, o tipo de inserção local e a dinâmica das relações culturais e sociais.

Segundo Rocha-Trindade (1995: 101), independentemente das motivações que possam influenciar a deslocação das pessoas de um lugar para o outro, a questão do ajustamento dos imigrantes a um novo meio ambiente constitui um dos aspectos fundamentais relativos ao processo migratório. Seja sob a influência de factores exógenos (fome, catástrofes naturais e perseguições políticas) ou simplesmente por motivos de ordem individual (na maior parte dos casos ligadas ao nível de rendimento e à realização profissional), grosso modo, os factores que intervêm no processo de ajustamento dos imigrantes podem dividir-se em dois conjuntos: os que englobam as características individuais dos imigrantes e os que se relacionam com características fundamentais dos países de origem e de destino entre os quais se processa a transferência de recursos humanos (Rocha-Trindade, 1995: 101-102).

Em simultâneo com outros processos que afectam as mulheres, nomeadamente a feminização da pobreza e do trabalho surge a feminização da migração (Boyd, 2006 *in* Dias e Rocha, 2009: 24). «As mulheres poderão ter fraca autonomia e menor capacidade de decisão sobre a sua mobilidade em contextos com níveis extremos de pobreza e reduzido acesso à educação, saúde, recursos financeiros e redes de informação sobre migração e emprego» (Boyd, UNFPA/IOM *in* Dias e Rocha, 2009: 24). Na maioria dos casos a busca de melhores condições de vida constitui a principal motivação da mulher a deixar o seu país de origem. Por outras palavras, a migração na maioria dos casos tem uma motivação económica, isto é, destina-se a ocupar vagas no mercado de trabalho. No entanto, essa expectativa de melhorar

a vida nem sempre é concretizada. De acordo com Pereira (2006: 110), «as mulheres migram por razões como a pobreza, a expropriação das suas terras, dívidas, razões políticas e outros constrangimentos de ordem estrutural (...). De entre esses constrangimentos de ordem estrutural existentes na sociedade de origem destaca-se o género, porquanto vai limitar o acesso a espaços e a recursos, ao destinar para as mulheres determinadas funções e tarefas. A migração aparece, assim, para muitas mulheres como a fuga aos constrangimentos estruturais vividos na sociedade de origem, o que, no entanto, não implica a ausência dos mesmos na sociedade receptora».

Além das razões económicas, existem outros factores que podem motivar a migração feminina. Por exemplo, nas sociedades mais conservadoras, onde não é permitido o divórcio, ou eventualmente marcadas pela violência doméstica, ou pelo costume da mutilação feminina¹, a migração aparece como a única alternativa viável para fazer face a essas realidades, proporcionando-lhes a possibilidade de melhorar a sua vida, recuperar a auto-estima e começar uma vida nova num outro país, na maioria das vezes desconhecido. «No país de acolhimento, as mulheres imigrantes tendem a enfrentar dificuldades na integração, principalmente no acesso à educação, desenvolvimento de competências e mercado de trabalho, o que se traduz muitas vezes no desempenho de actividades profissionais pouco qualificadas, mal remuneradas, destituídas de protecção social e em sectores desregulados e segregados da economia» (2006 *in* Dias e Rocha, 2009: 25, baseados em autores como Glover, Omelaniuk). Esses grupos têm oportunidades limitadas de participação na vida social, política e cultural do país de acolhimento, resultante da precariedade laboral, exclusão, situação irregular e isolamento que expõem a mulher a situações de vulnerabilidade (Dias e Rocha, 2009: 25).

Em forma de síntese podemos concluir que a própria cultura, onde predominava um modelo de família patriarcal, em que as mulheres eram submissas aos homens, dependentes destes, visto que o homem era o responsável pelo sustento e manutenção do lar, fez com que a migração feminina fosse alvo de pouca atenção dos estudiosos, nos discursos académicos, políticos, etc. A imagem da mulher era associada ao lar, aos trabalhos domésticos, e quando vistas no contexto migratório eram como acompanhantes dos maridos e não como elementos independentes destes.

No entanto, nas últimas décadas com o aumento da migração feminina, sobretudo, mulheres solteiras, verifica-se um aumento considerável das mulheres migrantes no mercado de trabalho.

¹ Esta acontece normalmente a crianças e jovens, ainda não capazes de tomar a decisão de emigrar.

CAPÍTULO II - MIGRAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO

No capítulo anterior debruçou-se sobre dois conceitos-chave deste estudo: migração e género, onde foi abordada a questão do género no espaço transnacional, a feminização da migração e as causas da migração feminina. Neste capítulo procura-se abordar a relação entre migração e mercado de trabalho.

De acordo com Pereira (2006: 109) é frequente as razões económicas aparecem como as principais causas da decisão de migrar. Na perspectiva da autora «facilmente se compreende que, quando um país já não oferece oportunidades económicas e há o conhecimento e a percepção de que essas oportunidades existem num outro lugar, o indivíduo decide migrar. Assim, muitos indivíduos migram por razões económicas para os países em relação aos quais, entre outros aspectos, percebem também oportunidades para melhorar economicamente as suas vidas».

Peixoto (2008: 20) refere que, as causas para uma tão forte incorporação de imigrantes no mercado de trabalho em Portugal passam por alguns outros factores, que não sejam de ordem económica. Primeiro, porque tem havido uma abundante procura de trabalho na economia nacional, nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito a trabalhos precários ou mal pagos, muitas vezes de natureza informal. Segundo, porque têm existido canais que permitiram a rápida entrada dos imigrantes nesses segmentos laborais e o facto de ter sido possível, até hoje, aceder ou permanecer no território português sem visto adequado e trabalhar de forma irregular explica por que motivo tantos imigrantes têm utilizado este meio. Terceiro, porque tem havido uma aparente complementaridade entre a elevada actividade dos portugueses e a dos imigrantes.

2.1. Categorias de imigrantes trabalhadores

Segundo Fonseca *et al* (2005: 18), a nível da inserção profissional, distinguem-se, em Portugal quatro categorias de imigrantes: a primeira categoria engloba os trabalhadores originários da África subsaariana, que são sobretudo constituídos por cidadãos das ex-colónias africanas, que exercem actividades com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, com salários reduzidos e socialmente desvalorizadas, como sejam a construção civil, no caso dos homens, e os serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres; na segunda categoria encontramos os indianos e os paquistaneses étnicos, e sobretudo os chineses, com uma expressão numérica ainda reduzida, que são sobretudo comerciantes e vendedores. Os chineses enquadram-se predominantemente, no sector da restauração e da distribuição alimentar; os indo-paquistaneses estão mais dispersos, desenvolveram um

empresarialidade de base étnica, mas existe também um grupo importante de trabalhadores na construção civil e de vendedores ambulantes; a terceira categoria engloba a imigração europeia e norte-americana, de natureza completamente diferente da africana e da asiática. É maioritariamente constituída por profissionais qualificados, cuja instalação em Portugal está relacionada ao processo de internacionalização da economia portuguesa, resultante da integração europeia e do aumento do investimento estrangeiro em Portugal. Além disso, existe também um fluxo importante de europeus reformados, sobretudo britânicos, holandeses e alemães, cuja migração para Portugal deve-se ao agradável clima do país, sobretudo, da Região do Algarve; por fim a quarta categoria, que engloba os brasileiros que evoluíram de uma fase inicial, em que sobressaíam os empresários e os profissionais altamente qualificados, como sejam os dentistas, jornalistas, especialistas de publicidade e marketing, etc., para uma representação cada vez maior de trabalhadores semi e pouco qualificados da construção civil, comércio, hotelaria e restauração.

Entretanto, Fonseca *et al* (2005: 18) menciona que, a partir dos finais dos anos noventa este fenómeno seguiu um contorno diferente. Acrescenta que a vaga imigratória dos últimos cinco anos caracteriza-se pela diversificação das origens geográficas, pela mudança das principais áreas de recrutamento (com ênfase para alguns países da Europa de Leste - Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia), pelas diferenças relativas aos níveis de qualificação dos imigrantes (reforço das formações intermédias, de carácter técnico e das formações superiores) e pela inserção sectorial no mercado de trabalho, aumentando a sua presença na agricultura e nalguns ramos da indústria transformadora.

2.2. Os imigrantes e o mercado de trabalho

De acordo com Fonseca e Goracci *et al* (2007: 9), a sociedade é mutável, enfrenta novos desafios e procura adquirir atitudes distintos perante o trabalho e a educação, promovendo novos valores como o empreendedorismo e a inovação tecnológica. Estes novos desafios, não sendo de todo facultativo no âmbito da globalização económica e científica, obrigam a sociedade portuguesa, e não só, a um mapeamento incessante das necessidades existentes e de acções que lhes possam responder adequadamente.

Segundo Peixoto (2008: 21), o conhecimento teórico disponível sobre a relação entre processos de imigração e mercado de trabalho é hoje relativamente vasto. E o desenvolvimento mais conhecido, que se tornou clássico, é o da teoria do mercado de trabalho segmentado. Peixoto refere que nesta teoria, os mercados de trabalho caracterizam-se por possuírem dois segmentos principais, ou apresentarem uma característica “dual”. O mercado “primário” detém como principais atributos a estabilidade das condições de emprego, bons salários, perspectivas de carreira (através de um mercado interno de trabalho

desenvolvido nas organizações), protecção social e bom estatuto social. Na prática, são as organizações públicas e algumas empresas privadas, sobretudo as de maior dimensão, as que apresentam estas características. Por oposição, o mercado “secundário” é composto por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção, ausência de protecção social e baixo estatuto social.

Para Piore *in* Portes (1999: 43), os empregos do mercado secundário são mal remunerados, exigem baixas qualificações e oferecem poucas oportunidades de mobilidade. «Desta forma, o confinamento dos imigrantes a este segmento asseguraria que aqueles que não regressam ao país de origem são relegados para um estatuto quase permanente de minorias desfavorecidas e discriminadas». No entanto, convém realçar que a teoria do mercado de trabalho segmentado não afirma que a atracção de população imigrante ocorra apenas no mercado secundário de trabalho, pois a integração dos trabalhadores imigrantes são distintos.

Se de um lado encontramos imigrantes não qualificados, do outro encontramos imigrantes altamente qualificados, sendo de acordo com Marques e Góis (2008) identificáveis três grupos de imigrantes altamente qualificados em Portugal: a) imigrantes altamente qualificados que migram para Portugal (de forma independente ou institucionalmente enquadrados) para aí exercerem profissões no segmento primário do mercado de trabalho. A estes os autores denominam de “migrantes altamente qualificados funcionalmente legitimados”; b) imigrantes altamente qualificados que migram para Portugal de forma independente (ou enquadrados por entidades no seio de uma indústria das migrações) e que vão trabalhar no segmento secundário do mercado de trabalho. A estes os autores dão o nome de “migrantes altamente qualificados funcionalmente ilegítimos”; c) imigrantes que adquirem uma formação superior em Portugal e que aqui trabalham após a obtenção dessa formação (e tanto o podem fazer no segmento primário como no segmento secundário do mercado de trabalho). A estes imigrantes os autores chamam de “migrantes internamente qualificados” (Marques e Góis, 2008: 80-81).

Na perspectiva de Phizacklea (*in* Peixoto, 2008), há algumas décadas que a imigração tem vindo a responder ao propósito de flexibilização laboral. Peixoto menciona que, segundo a autora, o regime desenvolvido na Europa Ocidental, no período a seguir à Segunda Guerra Mundial, que se tornou conhecido como “trabalhadores temporários” (*guestworkers*), dispunha já elementos que permitiam o recrutamento e abandono facilitado de trabalho estrangeiro, bem como alguma da sua mobilidade entre sectores. «A “procura constante de trabalho mais flexível e incerto” por parte dos empregadores, como salienta Phizacklea, tem levado cada vez mais à imigração e ao recrutamento de trabalhadores imigrantes, incluindo os que se apresentam com um estatuto irregular. Esta situação ocorre no contexto de uma globalização crescente, marcado por maior mobilidade do capital e deslocalização de muitas actividades para países menos desenvolvidos e com salários mais baixos» (Phizacklea *in* Peixoto, 2008:22).

Segundo Pereira (2008: 48), a precariedade nas relações laborais contemporâneas desenvolveu-se, em grande parte, como resultado da adopção generalizada de formas de trabalho denominadas flexíveis, atípicas, não tradicionais ou precárias, sobretudo no sector dos serviços e outros tendencialmente não deslocalizáveis, como o da construção civil. E estas formas de trabalho são caracterizadas por introduzirem uma maior ocorrência do trabalho temporário e em regime de part-time; o recrutamento através de agências de trabalho temporário; a contratação por outsourcers e o trabalho por conta própria (*self-employment*), estando associadas a uma maior flexibilidade, mas também a instabilidade e insegurança (Pereira, 2008: 48)².

De acordo com Pereira (2008), «nesse sentido, é importante e determo-nos analiticamente sobre o que caracteriza essa precariedade e as implicações que tem para os trabalhadores contemporâneos, em geral, e para os trabalhadores imigrantes, em particular. Ou seja, é fundamental compreender de que forma as transformações actuais nas relações laborais, associadas ao reforço das modalidades de emprego flexível, afectam os trabalhadores imigrantes em particular, nomeadamente no que diz respeito às suas possibilidades de progressão nos mercados de trabalho europeus e às trajectórias laborais dos seus descendentes» (Pereira, 2008: 49).

Apesar de a precariedade não ser um atributo exclusivo do trabalho imigrante, sobretudo dos africanos, os trabalhadores imigrantes são frequentemente considerados trabalhadores precários, não só em Portugal, mas também em muitos dos países receptores de imigrantes.

Na perspectiva de Pereira (2008) a precariedade laboral é mais do que a inexistência de um contrato permanente, a não inscrição do trabalhador na Segurança Social ou a vulnerabilidade ao desemprego. Apesar de estes indicadores serem importantes, trata-se de uma visão demasiado restritiva de trabalho precário. Devendo acrescentar outros indicadores para uma melhor compreensão das condições de trabalho dos imigrantes, incluindo a identificação da incidência do trabalho precário e de formas de trabalho flexível, como o empregador; o tipo de vínculo laboral; o número de horas de trabalho diárias; o horário de trabalho; as condições salariais; o pagamento de contribuições para a Segurança Social; a permanência/rotatividade no trabalho; a facilidade em trocar de trabalho e conseguir trabalhos mais satisfatórios; a progressão no local de trabalho; a vulnerabilidade a situações de desemprego; a discriminação no acesso e no local de trabalho; a qualificação e o acesso a formação profissional; as condições de higiene e segurança no trabalho, às quais está

² Para Kóvacs um emprego flexível é precário quando: 1) não resulta da opção dos indivíduos; 2) oferece uma cobertura deficiente em termos das condições de risco e protecção social; 3) o acesso à formação é reduzido ou inexistente e 4) as relações associativas para defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores são também reduzidas ou estão ausentes. Esta autora argumenta que nem todo o trabalho flexível é precário, existindo, pelo menos, três tipos de trajectórias: i) trajectórias de flexibilidade qualificante (que resulta da opção de indivíduos de escolaridade média-alta, em trabalhos altamente qualificados, com forte capacidade de negociação de condições salariais elevadas e alta mobilidade), ii) trajectórias de flexibilidade precarizante transitória e iii) trajectórias de flexibilidade precarizante contínua (Kóvacs, 2005b: 42 in Pereira, 2008: 49).

associado um risco de acidentes de trabalho e a satisfação dos requisitos da permanência legal do trabalhador no país receptor. Existindo, assim outros indicadores que, além de permitir uma caracterização de situações de precariedade laboral, identificam situações mais extremas de exploração laboral, incluindo o trabalho forçado, como: controlo de movimentos; apreensão de documentos; coacção psicológica; ameaças físicas, verbais ou sexuais; ameaça de denúncia às autoridades e indução de dívidas (Pereira, 2008: 53-54).

Segundo Araújo (2008: 33) geralmente, os imigrantes vindos das ex-colónias portuguesas possuem poucas ou nenhuma habilitações literárias e desempenham tarefas não qualificadas, mal remuneradas e precárias. Salvo os imigrantes vindos da Índia (ligados ao pequeno comércio), os homens trabalham na construção civil, obras públicas e nos serviços e as mulheres no comércio e serviços domésticos. Perista e Pimenta *in* Araújo (2008: 33) afirmam que os imigrantes vindos das ex-colónias portuguesas constituem a fracção mais marginalizada dos estrangeiros residentes em Portugal e, simultaneamente, a que apresenta um maior grau de vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social, pois grande parte destes imigrantes vive em condições socioeconómicas tão precárias e deficientes que pode considerar-se à margem da sociedade envolvente. Na perspectiva de Pereira (2006: 123), a entrada na sociedade receptora ocorre frequentemente pelo ingresso no mercado de trabalho, desta feita a situação social do migrante vai ser em grande parte definida em função da sua situação em relação ao mercado de trabalho e à posição que aí ocupa.

Para a International Organization for Migration (*in* Pereira, 2006: 124-125), a migração é fortemente condicionada. Por um lado, existem certos factores, reais ou percebidos, que no país receptor funcionam como factores de atracção ao potencial migrante, por outro, por factores que, no país de origem, funcionam como factores de repulsão, isto é, que provocam o movimento migratório. Podem identificar-se como factores de repulsão - *push factors* -, porque conduzem à decisão de migrar, a elevada densidade populacional e o crescimento acentuado da população, a pobreza, a falta de oportunidades económicas, a repressão ou a violência política e étnica, os conflitos armados, a degradação ambiental e os desastres naturais. Os factores de atracção, os chamados *pull factors*, são aqueles que atraem o potencial migrante e incluem a oferta de emprego, a disponibilidade de terra, as oportunidades económicas, a liberdade religiosa e a liberdade política.

CAPÍTULO III - MIGRAÇÃO: EXCLUSÃO SOCIAL E INTEGRAÇÃO

São inúmeros os problemas que conduzem os imigrantes à exclusão social, deste modo, a integração dos mesmos na sociedade de acolhimento deve ser encarada como um papel de todos (país de origem, o imigrante e o país de acolhimento). Desta feita, neste capítulo propõe-se correlacionar o conceito de migração e exclusão social assim como migração e integração.

3.1. Migração e exclusão social

A exclusão social é um fenómeno antigo. Segundo Rodrigues *et al* (1999), a sua utilização é relativamente recente, sendo a sua abordagem dificultada pela divulgação que vai tendo nos diversos discursos, sobretudo nos meios políticos e intelectuais. Como salientam Rodrigues *et al*, «à medida que a noção de exclusão se generaliza e a sua utilização se torna mais comum e consensual, ela se torna também mais fluida e, por vezes, equívoca enquanto conceito científico» (Rodrigues *et al*, 1999: 64).

De acordo com Rodrigues *et al* (1999), a exclusão apresenta-se como um fenómeno multidimensional, social ou um conjunto de fenómenos sociais associados que contribuem para a produção do excluído. Ao nível da exclusão, coexistem outros fenómenos sociais, tais como, o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, entre outros. Os autores, acrescentam a isso o facto de a exclusão ter um carácter cumulativo, dinâmico e persistente, podendo ser transmitido de geração em geração e evoluir, garantindo assim os seus mecanismos de persistência, constituindo, ao mesmo tempo, causas e consequências de múltiplas rupturas na coesão social, implicando manifestações de dualismos e de fragmentação social (Rodrigues *et al*, 1999: 64-65).

Na perspectiva de Lamarque (*in* Rodrigues *et al*, 1999: 65) a exclusão social, numa acepção sociológica é resultado de um défice de coesão social global, não se limitando a fenómenos individuais nem a simples acumulações de situações. Segundo Ruivo (2002: 13), na época em que vivemos, somos confrontados, diariamente, com o ritmo acelerado de transformações sociais que fazem mudar os comportamentos, as mentalidades e as próprias necessidades dos agentes e das organizações, de modo por vezes quase imperceptível. E um dos reflexos negativos da evolução das sociedades actuais prende-se com um problema até há pouco tempo remetido para um plano bem menos central e que disputa, hoje, foros de prioridade nas agendas políticas: trata-se justamente do problema da pobreza e da exclusão

social. Desta feita a compreensão do fenómeno da exclusão social exige uma reflexão detalhada sobre a vulnerabilidade que se encontra sujeitos certos grupos sociais, entre os quais os imigrantes, particularmente os indocumentados.

Capucha (2005: 173) refere que «ser imigrante não é em si mesmo e por si só um indicador de exclusão social na sociedade portuguesa. Circunstâncias diversas fazem, porém, destas pessoas uma categoria particularmente vulnerável, destacando-se o facto de grande parte delas possuírem baixas qualificações, ou, quando possuem qualificações mais elevadas, não as podem colocar no mercado de emprego, onde tendem a ocupar os segmentos de menor qualidade. Como é frequente a imigração ocorrer no quadro de processos controlados por redes clandestinas que encaminham os trabalhadores imigrantes para sectores informais e desprotegidos da economia, à falta de qualidade geral do trabalho associa-se a uma maior dificuldade de acesso a serviços e direitos diversos (como de reunir a família, aceder à protecção social, e a cuidados de saúde fora das urgências, entre outros), para além das inibições culturais e dos processos de segregação de que são vítimas frequentes».

Augusto e Simões (2007: 14) mencionam que, «geralmente, os imigrantes podem ser frequentemente associados a situações de relativa privação económica, sobretudo os imigrantes laborais, uma vez que se encontram numa condição de fragilidade perante o mercado de trabalho, ao confrontarem-se com condições mais precárias, em termos de vínculos contratuais, remunerações, carga horária, entre outras. Este facto, associado aos seus objectivos de aforro em períodos de tempo, o mais curto possível, para o desenvolvimento de projectos pessoais/familiares, na maioria dos casos nos países de origem, pode conduzi-los para situações de vulnerabilidade máxima e de privação económica, remetendo-os para situações de exclusão social».

Para as autoras, as possibilidades de desqualificação social objectiva de imigrantes são idênticas, podendo variar em função do seu país de origem. «A inserção socioprofissional da maior parte dos imigrantes em actividades que exigem poucas habilitações e qualificações, e também através de contratos precários e de baixos salários, são factores que podem contribuir para uma desvalorização social deste grupo por parte da população de acolhimento». Todavia, «os aspectos enunciados associados às dificuldades de inserção socioprofissional, de domínio da língua, de regularização da sua situação, assim como à experiência vivida por muitos imigrantes de empregos com salários inferiores aos trabalhadores nacionais, entre outros, são potenciadores de uma diminuição da auto-confiança e da auto-estima, peças de um processo de desqualificação social subjectiva» (Augusto e Simões, 2007: 15-16).

De acordo com Augusto e Simões (2007: 16), «a desafiliação está ligada ao facto de o processo migratório poder pressupor processos de desintegração na sociedade de origem e dificuldades de reintegração na sociedade de acolhimento. E actualmente, a quebra dos laços sociais com o país de origem pode ser atenuada, em parte, com o acesso mais facilitado aos meios de comunicação e transporte, que permitem o estabelecimento de relações mais

frequentes ou constantes com a sociedade de origem. O carácter temporário e a grande mobilidade de alguns fluxos de imigrantes, por exemplo das novas vagas de imigrantes da Europa de Leste e do Brasil, não possibilita o desenvolvimento de laços sociais com a sociedade de acolhimento, o que poderá levar a um maior isolamento dessas comunidades».

Apesar dos grandes avanços a nível dos direitos humanos e da igualdade do género, a pobreza e desigualdade social afectam particularmente as mulheres. No caso das mães solteiras abrangidas no presente estudo, são elas as principais responsáveis pelo sustento da família e dos seus dependentes. A emigração é vista neste sentido como uma fuga a essas situações de vulnerabilidade social em que se encontram. No entanto, no país de acolhimento o processo de integração constitui um dos grandes problemas enfrentados por essas mulheres.

3.2. Migração e integração

Segundo Pires (2003: 13), na literatura sociológica o conceito de integração é usado de modo corrente para designar, no plano micro, o modo como os actores são incorporados num espaço social comum, e, no plano macro, o modo como são harmonizados diferentes subsistemas sociais.

No que se refere à integração dos imigrantes (que constituem o objecto deste estudo), de acordo com Pires (2003), no processo de integração, os imigrantes precisam de “reparametrizar” na ordem interactiva, podendo ser conseguido incorporando-se em quadros de interacção autóctones ou, em alternativa, participando em novos quadros construídos pelos próprios imigrantes. Enquanto suporte da transição entre ordens sociais construtivas do processo migratório, diz-nos o autor que «o carácter centrípeto das etapas iniciais da integração não impede por si só, a possibilidade de uma progressiva inclusão em quadros de interacção autóctones. Em primeiro lugar, porque, nas sociedades modernas desenvolvidas, a autonomia dos quadros de interacção da população imigrada é limitada pelo carácter sistémico alargado dos componentes mais instrumentais da vida social, quer no plano económico quer no plano sócio-institucional (escola, saúde, etc.). Em segundo lugar, porque a aprendizagem social entretanto realizada facilita a progressiva inclusão em novos espaços de sociabilidade» (Pires, 2003: 95).

Na perspectiva de Portes (1999: 29), os modos de incorporação³ reúnem três níveis distintos de recepção. O primeiro nível de recepção engloba a política governamental em relação a diferentes grupos de imigrantes. O segundo nível abarca a sociedade civil e a opinião pública. O autor salienta que por diversas motivações históricas, algumas minorias imigrantes foram bem acolhidas, enquanto no caso de outras, a sua presença têm passado

³ Nos estudos sobre migrações, como em muito outros, traduz-se na substituição do termo “integração” pelo termo “incorporação” (Pires, 2003: 3).

despercebido ou foram ainda rejeitados pela opinião pública sendo a sua chegada contrariada pelas comunidades de acolhimento. O terceiro nível é a comunidade étnica. Alguns imigrantes pertencem a nacionalidades tão pequenas que impossibilita a construção de comunidades diferentes, acabando assim por se dispersarem entre a população nativa. Outros juntam-se a comunidades compostas sobretudo por trabalhadores manuais ou ainda juntam a comunidade onde os seus conterrâneos conseguiram criar uma considerável presença empresarial e profissional.

Portes (1999: 30), ressalta que a associação destes três níveis de recepção constitui o modo global de incorporação de um determinado grupo de imigrantes. Ele parte do pressuposto de que a recepção governamental se define por um *continuum*, que vai desde o apoio activo ao estabelecimento até à oposição activa, e que a recepção pela sociedade é condicionada pelas características fenotípicas e culturais de cada grupo. Segundo Dias e Rocha (2009), «o impacto do fenómeno migratório depende das condições de acolhimento e da capacidade de resposta dos países de destino. O choque cultural que as populações imigrantes podem sentir pela potencial diferença entre culturas, hábitos, normas e língua, pode constituir uma barreira à sua integração nas sociedades de acolhimento. O desenvolvimento de diferentes processos durante a migração que envolvem as populações imigrantes e a sociedade de acolhimento, como a adaptação, integração, assimilação, separação ou marginalização, acabam por determinar o tipo de relação entre as populações imigrantes e nacionais» (Dias e Rocha, 2009: 23).

De acordo com Fonseca e Goracci *et al* (2007: 38), a integração não é um processo isolado, mas sim um processo que inclui a adaptação recíproca entre os imigrantes e a população autóctone, implicando uma partilha de responsabilidade que envolve não só o governo, central e local, mas também outros actores, incluindo os próprios imigrantes e seus familiares, ONGs, associações, sindicatos, meios de comunicação social, etc.

Na perspectiva dos autores, a integração não é um fim, mas sim um processo que envolve a interacção entre imigrantes e autóctones e a adaptação das instituições sociais à diversidade sociocultural dos novos residentes. Portanto, a construção de uma sociedade coesa na sua diversidade é uma responsabilidade não só dos diferentes órgãos do governo, central ou local, como do envolvimento e cooperação, horizontal e vertical, entre diversas instituições (Fonseca e Goracci *et al*, 2007: 40).

Com salienta Marinho (2008: 12), a integração é influenciada tanto pelos factores internos como externos. No quadro dos factores externos encontramos as políticas dos governos no país de acolhimento e a percepção dos autóctones em relação aos imigrantes. Quanto aos factores internos encontramos os motivos dos imigrantes quanto à emigração e os objectivos quanto ao país de destino. Segundo Fonseca e Goracci *et al* (2007: 41), «após a chegada a um novo país, os imigrantes são confrontados com a difícil tarefa de compreensão das estruturas política, social, cultural e económica da sociedade de acolhimento e de nela encontrar um lugar. A integração, que pode ser definida como o processo através do qual os

imigrantes se estabelecem numa sociedade, não é apenas da responsabilidade dos próprios imigrantes, sendo partilhada com um vasto leque de actores, que incluem as comunidades locais, as instituições sociais e o governo do país anfitrião. Pois, um acolhimento bem sucedido e o subsequente processo de integração exigem a divulgação de informações, bem como apoio específico aos imigrantes em determinadas áreas-chave».

Na perspectiva de Fonseca e Goracci *et al* (2007: 41), sendo o processo de integração bidireccional, a informação tem o duplo papel de dar a conhecer aos imigrantes as normas de funcionamento e os valores da sociedade de acolhimento e, ao mesmo tempo, promover o diálogo intercultural, sensibilizar a população autóctone para as questões referentes à imigração e à diversidade, e dar-lhes a conhecer as culturas dos novos residentes.

São vários os elementos que contribuem para a integração dos imigrantes nos países de acolhimento. Entretanto, o emprego constitui um dos elementos fundamentais no processo de integração. «Efectivamente, além dos rendimentos do trabalho serem a principal e, frequentemente, única fonte de rendimento dos imigrantes e suas famílias, a participação dos estrangeiros no mercado de emprego representa um contributo de grande relevância para a sociedade de acolhimento. Contudo, a evidência empírica tem demonstrado que, de uma maneira geral, em todos os países da UE, a taxa de desemprego dos imigrantes tende a ser consideravelmente mais elevada do que a dos cidadãos nacionais» (Fonseca e Goracci *et al*, 2007: 127). Este é um dado importante relativamente ao processo de integração, uma vez que, como afirma Méda (1999: 26), o trabalho é um factor de integração não apenas por ser uma norma, mas também por ser uma das modalidades de aprendizagem da vida em sociedade que dá acesso a outras pessoas, a si próprio e à regra social. Convém realçar que do trabalho provém o rendimento que facilita a integração.

De acordo com Mozzicafreddo (1997) «a cidadania constitui um conceito fundamental na promoção da integração dos imigrantes. Nas sociedades modernas, o conceito de cidadania surge a partir da ideia de que os indivíduos são membros da comunidade política e, como tal, têm capacidades, em termos gerais, para participar no exercício do poder político através dos procedimentos eleitorais. Essa capacidade formal aparece quando os indivíduos são sujeitos de atribuição de estatuto legal enquanto entidades individuais em que se divide e se constitui a sociedade. O alargamento da categoria de cidadão através da estrutura social, significa assim que todos os indivíduos, enquanto cidadãos, são iguais perante a lei. Mozzicafreddo utiliza o conceito de cidadania social, definindo-a em termos latos, como os direitos e deveres fixados pela lei: nas sociedades modernas, os programas de segurança e protecção social e os serviços de saúde e educação, os seguros de acidentes de trabalho e de desemprego constituem o essencial dos direitos de cidadania social do Estado-Providência» (Mozzicafreddo, 1997: 181).

No caso Português é relativamente recente a concepção das políticas de integração direccionadas à população estrangeira. Sendo que inicialmente o conjunto dessas políticas tinha um carácter regulador e reactivo face ao aumento da população estrangeira no

território português e à restrição do acesso à nacionalidade. De acordo com Pires (2003: 155), durante toda a década de 80 prevaleceu este carácter reactivo em relação ao crescimento da população estrangeira residente, colocando no centro das actividades a produção legislativa, com o propósito de regular os fluxos, criar e desenvolver uma estrutura policial especializada para este efeito: o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Todavia, a mudança propriamente dita no que concerne à concepção de políticas de imigração direccionada para a população estrangeira só teve lugar a partir dos anos 90, com uma abordagem e tratamento mais amplo e integrado das questões da imigração. No entanto, a sua consolidação só teve lugar no final da década de 90, sendo que até 1995 não havia quaisquer referências às questões da imigração nos programas de Governo. Até esta data, as políticas de imigração centravam-se nas questões referentes à UE e à adesão de Portugal ao Acordo de Schengen (em 1991), assim como a segurança interna, incluindo duas medidas de política activa: a extensão dos programas de reabilitação urbana, particularmente no domínio da habitação social aos imigrantes e a regularização extraordinária dos imigrantes indocumentados (Pires, 2003: 155-156).

Contudo, nesta fase prevaleceu uma concepção restritiva sobre os direitos dos imigrantes, designadamente no domínio do trabalho⁴, havendo um conjunto de excepções constitucionais. Também havia restrições na área dos direitos políticos (direitos eleitorais, direitos de fundar partidos, etc.), bem como o exercício de funções públicas e outras estabelecidas na lei. No entanto, permite-se a possibilidade de discriminação positiva dos estrangeiros oriundos dos países lusófonos, garantindo-lhes o acesso a alguns dos direitos reservados aos autóctones, nomeadamente: direito ao ensino, à segurança social, à saúde e à habitação (Pires, 2003: 156-157).

O Programa do XIII Governo Constitucional, em 1995, é o primeiro programa do Governo que integra secções específicas sobre a imigração, desdobradas pelos domínios da administração interna e das políticas sociais. Foi indicada no referido programa: a necessidade de melhorar o controlo das fronteiras externas à União Europeia, decorrente da supressão das fronteiras internas e do aumento de pressões migratórias com origem nos países de expressão portuguesa; a necessidade de apoiar com políticas sociais inclusivas os imigrantes, os quais são definidos como um grupo “em posição de vulnerabilidade social reconhecida”, entre outros (Pires, 2003: 162).

Com a criação do Alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) em 1996 [Decreto-Lei n.º3-A/96, de 26 de Janeiro], vocacionada para lidar com os problemas da integração, a política de imigração deixa de ser da responsabilidade do Serviço Estrangeiros e Fronteiras. Em 1998 é criado o Concelho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI)

⁴ Era exigido ao imigrante estrangeiro, visto concebido pelo SEF, e à entidade patronal que pelo menos 90% do quadro da empresa seja constituída por portugueses (sempre que o quadro da empresa seja constituído por mais de cinco trabalhadores). Contudo, estas restrições apenas eram condicionalmente eliminadas no caso do trabalho de estrangeiros oriundos de países lusófonos com os quais existiam acordos bilaterais: Brasil (1971), Guiné-Bissau (1976) e Cabo Verde (1977) (Pires, 2003: 158).

pelo [Decreto-Lei n.º39/98, de 27 de Fevereiro], com vista a definição do regime jurídico das associações de imigrantes. Por outro lado, «observa-se uma progressiva implicação das questões da imigração com a execução das políticas sectoriais governamentais, em que o programa do XIV Governo Constitucional (1999-2002) inclui um capítulo autónomo, intitulado “Uma política de plena integração dos imigrantes e minorias étnicas”, que se desdobra em 17 medidas para a integração social e económica dos imigrantes. Face a essas medidas, em 2001, a coordenação da execução leva à criação de uma “comissão interministerial de acompanhamento da política de imigração” [Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2001, de 14 de Fevereiro]» (Pires, 2003: 164-169). Como consequência desta viragem nas políticas de imigração redefine-se as concepções sobre o regime de entrada, fixação, saída e expulsão de estrangeiros do território português, com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/98, de 8 de Agosto, que volta a ser alterado em 2001. À referida lei introduz mais uma vez o princípio da discriminação positiva dos imigrantes lusófonos e reduz de 10 para 6 anos o tempo de residência consecutivo requerido para a concessão do título de autorização de residência permanente. Para além disso, esta lei comporta duas inovações, designadamente: a criação do estatuto da “autorização permanente”, válido por um ano renovável até um máximo de cinco, concedido a estrangeiros a viver em Portugal em situação ilegal que pudessem provar terem um visto de trabalho após entrada e fixação ilegal no país, e a associação entre o controlo dos fluxos migratórios e a regulação do mercado de trabalho.

Nos anos 80 e 90 podem ser identificados dois períodos de evolução das políticas de imigração em Portugal. O primeiro período, que vai até 1995, é marcado por uma regulação fraca das questões de imigração, tanto no plano governativo como legislativo, e por uma representação negativa desse fenómeno, sendo a integração considerada como um problema étnico-cultural, patente na criação do Entreculturas. Num segundo período denota-se uma valorização das questões da imigração na acção governativa e legislativa, marcada por um alargamento no domínio da integração e uma reformulação das modalidades de controlo dos fluxos (Pires, 2003: 171-172).

No domínio da legislação referente à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, em 2003, verifica-se uma nova alteração, no sentido de dar resposta ao aumento da entrada de estrangeiros no país, sobretudo a imigração clandestina. No âmbito da aquisição da nacionalidade foram feitas algumas alterações. No que reporta à nacionalidade, foram introduzidas alterações à lei n.º 37/81, de 3 de Outubro em 2006, pela Lei Orgânica n.º2/2006, de 17 de Abril, modificando assim os regimes da atribuição e da aquisição da nacionalidade portuguesa, com destaque no reforço do princípio do *ius soli* enquanto critério de atribuição e aquisição da nacionalidade:

- a) Atribui-se nacionalidade originária aos imigrantes de terceira geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros que também já nasceram em Portugal);

- b) Atribui-se a nacionalidade originária aos imigrantes de segunda geração (nascidos em Portugal, filhos de estrangeiros), quando pelo menos um dos progenitores resida legalmente em Portugal há 5 anos;
- c) Concede-se um direito à nacionalidade por naturalização aos menores imigrantes de segunda geração (crianças nascidas em Portugal) cujos pais se legalizem e estejam legais há 5 anos ou que concluíam aqui o primeiro ciclo do ensino básico;
- d) Admite-se a aquisição da nacionalidade por naturalização aos imigrantes de segunda geração (que aqui tenham nascido) quando atinjam a maioridade, tendo aqui permanecido nos últimos 10 anos (ainda que em situação irregular).

Em 2007, depara-se com uma nova alteração da lei referente à entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no território português. A lei n.º23/2007, de 4 de Julho, favorece a migração legal, apresentando soluções para a legalização de cidadãos estrangeiros no território português. A referida lei não apresenta qualquer processo de regulação extraordinária e indiscriminada de cidadãos estrangeiros em situação ilegal, no entanto, permite aos cidadãos que reúnam as condições legalmente previstas de se legalizarem.

No âmbito das políticas de integração dos imigrantes em Portugal, destaca-se a elaboração do Plano para a Integração dos Imigrantes (Resolução do Conselho de Ministros n.º63-A/2007). Destacando as medidas de políticas de acolhimento, designadamente: a Consolidação dos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI); consolidação da Rede de Centros Locais de Apoio ao Imigrante (CLAI); melhoria do atendimento ao público pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre outras medidas.

CAPÍTULO IV - PORTUGAL E CABO VERDE: FLUXOS MIGRATÓRIOS

4.1. Portugal: país de emigrantes e de imigrantes

O fenómeno emigratório português não constitui o objecto deste estudo, no entanto, achou-se conveniente fazer uma breve conceptualização de Portugal enquanto país de emigração e de imigração, pois foi a saída de um grande número de portugueses que fugiram para não cumprir o serviço militar, devido à pressão económica e a política colonial, que facilitou a emigração, particularmente a emigração dos cabo-verdianos para Portugal, que foi encorajada pelo próprio Governo português para responder à necessidade de mão-de-obra masculina, sobretudo nos sectores da construção civil (Grassi e Évora, 2007). Segundo Barreto e Preto *in* Batalha (2008: 30), «enquanto em Cabo Verde as secas e fomes continuaram a empurrar os cabo-verdianos para a emigração até praticamente à independência, em Portugal o mercado de trabalho no sector da construção civil e obras públicas criou condições de atracção ainda na década de 1960, período em que Portugal viveu um crescimento económico importante, acompanhado de alguma industrialização e forte urbanização».

Durante séculos a população portuguesa viu-se forçada a emigrar para outros países, tais como, Brasil. Nos meados do século XX os destinos principais eram França e Alemanha. Face a esta realidade Portugal foi durante muito tempo considerado um país de emigrantes, mas entretanto deixou de ser apenas um país de emigrantes passando também a ser considerado um país de imigrantes. De acordo com Góis (2006: 188), «Fernando Luís Machado, por exemplo, afirma que Portugal não deve ser visto só como um país só de imigração “uma vez que, numa escala muito mais reduzida e em moldes diferentes dos do passado, a emigração continua a ter uma expressão não negligenciável». Góis (2006:188) afirma que, «no entanto, convém não esquecer que esta realidade não está equilibrada, do ponto de vista quantitativo, se bem que as estatísticas disponíveis relativamente aos fluxos migratórios nem sempre denotem a realidade, Portugal tem cerca de 20 vezes mais emigrantes que imigrantes».

De acordo com Góis (2006: 193) «o processo de transição de “país de emigração” para “país de imigração” é o resultado de um conjunto de circunstâncias históricas e de uma conjuntura socioeconómica específica de que se destacam como marcos fundamentais: o início e fim de um ciclo emigratório intra-europeu (a partir dos anos 60); o fim do império colonial português (anos 70) e a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (anos 80)». Entretanto Góis (2006: 196) refere que «Pierre Guibentif caracteriza Portugal como sendo tradicionalmente de emigração que, pouco a pouco, ao ritmo da chegada de diferentes tipos

de fluxos migratórios, se vai tornando um país com imigrantes, mas (ainda) não um país de imigração».

O autor Santos relata (2004: 17-19) que em Portugal durante as décadas de 60 a 80, houve algumas reestruturações sociais, devido ao acentuado fluxo migratório que perdurou no país. O regime ditatorial implantado no país, a pobreza e as dificuldades de emprego na zona rural, obrigaram muitos portugueses a procurar melhores condições de vida noutros territórios. Entretanto, diz que o final dos meados dos anos 70 e os meados dos anos 80 Portugal assiste à diminuição do fluxo migratório, em virtude das políticas de barreira à imigração dos países anfitriões e da situação económica.

Lopes (2007: 51) considera que a imigração em Portugal até aos anos 70, e desde muito tempo, estava limitada aos imigrantes europeus. Diz o autor que durante os anos 60, chegaram os primeiros imigrantes africanos, em número reduzido, vindos particularmente de Cabo Verde, para suprir a falta de mão-de-obra existente em Portugal, devido ao elevado número de emigrantes portugueses que se deslocaram para os países da Europa mais desenvolvidos. Como salienta Santos (2004: 18-19), «na década de 80 assiste-se também à imigração proveniente dos países recentemente independentes, anteriormente integrantes do sistema colonial português, que viram em Portugal uma oportunidade para fugir à pobreza. Ao mesmo tempo, Portugal acolhe os brasileiros que fogem ao regime ditatorial implantado naquela época no Brasil. Portugal torna-se, simultaneamente, em país de emigração e de acolhimento. É de salientar que a partir dos finais dos anos 90, Portugal recebe cidadãos dos países do Leste. Algumas das razões que conduziram a este facto têm que ver com o desmembramento da antiga União Soviética e a situação precária em que vivem os seus habitantes. Por outro lado, a facilidade de mobilidade dentro do espaço Schengen, a que Portugal pertence, ajudou a consolidar essa tendência».

De acordo com Góis (2006: 206-207), «é possível dividir a população estrangeira residente actualmente em Portugal em três grandes grupos tradicionais e, numa análise dos últimos anos, adicionar-lhe um outro grupo (ainda) genérico:

1. Um primeiro grupo constituído pelos imigrantes originários de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), i. Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique, na sua maioria migrantes laborais e que apresentam um conjunto de características comuns;

2. Um segundo grupo, composto por indivíduos com origem no Brasil, também eles migrantes laborais na sua maioria e que podem ser divididos em dois grandes subgrupos, o dos trabalhadores pouco ou não qualificados e o dos migrantes altamente qualificados;

3. Um terceiro grupo será, nesta perspectiva, integrado por indivíduos com origem em países da União Europeia, que poderá ser igualmente dividido em dois grandes subgrupos: o dos quadros empresariais, indivíduos altamente qualificados; e os dos migrantes inactivos, reformados que, a exemplo do que acontece noutros países do sul da Europa, escolhem o mediterrâneo como destino de reforma;

4. Um quarto grupo, composto por indivíduos que não têm qualquer ligação com Portugal (não têm como origem os PALOP, o Brasil, ou países da UE) e que escolhem Portugal ou como destino migratório final ou, em alternativa, como «porta de entrada» na «fortaleza» europeia, isto é, vêm para Portugal integrados numa imigração directa ou em migrações de passagem» (Machado *in* Góis, 2006: 206). De acordo com Góis (2006: 206-207) incluiríamos neste grupo indivíduos de diferentes nacionalidades como os chineses, indianos, zairenses, senegaleses, marroquinos, ucranianos, moldavos, romenos, etc. Este grande grupo é composto tanto por trabalhadores desqualificados como indivíduos com elevadas qualificações académicas, mas que não conseguem de imediato o reconhecimento dos seus diplomas e, portanto, vão integrar-se no mercado secundário de trabalho exercendo funções desqualificadas.

4.2. Breve enquadramento da história da emigração cabo-verdiana

A história da emigração cabo-verdiana é relativamente longa. Ela faz parte da própria história do povo cabo-verdiano. Góis menciona (2006: 23), que «pode afirmar-se que o cabo-verdiano já nasceu (e) migrante ou, dito de outro modo, que a emigração é um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana, antecedendo em muitas décadas a independência do país que ocorreu em 1975. Neste sentido, Cabo Verde é um exemplo, talvez único, de um Estado que nasce já transnacionalizado⁵». Como salienta Lobo (2007: 171) na vida de qualquer cabo-verdiano é inevitável a ideia de emigração.

Segundo Grassi (2006: 3), «a emigração cabo-verdiana tem características peculiares que são melhor perceptíveis quando se considera a história do país e as suas condições naturais adversas de ilhas. A história das ilhas é uma história de abandonos e repovoamentos, de secas recorrentes durante as quais os escravos depressa eram vendidos e os trabalhadores livres eram obrigados a emigrar para outras colónias portuguesas». A autora refere que talvez resida aqui uma das justificações da saída dos cabo-verdianos para fora do arquipélago, que foi sempre referida como uma necessidade (Cf. Sobrero *in* Grassi, 2006: 3). Para Góis (2006: 23), «a emigração é de tal forma estrutural à formação da nação cabo-verdiana que, para uma análise correcta, se torna necessário recuar até ao início, até ao século XV, à descoberta ou achamento de Cabo Verde pelos portugueses (que ocorreu, aproximadamente, em 1460), uma vez que, desde então, a emigração tem sido (literalmente) para este povo, como se diz em Cabo Verde, “a janela alternativa à porta que Deus fechou”. As características da

⁵ “Transnacionalismo refere-se aos processos pelos quais os imigrantes fabricam e sustentam relações sociais multientrelaçadas que unem as suas sociedades de origem e de destino” (Basch et al., 1994: 7 *in* Góis, 2006: 23).

emigração cabo-verdiana contemporânea não podem ser compreendidas sem uma análise da história desta mesma emigração secular».

Como salienta ANH (in Góis: 2006: 23-24), «é a partir de meados do século XV começa a dispersão dos nativos cabo-verdianos, primeiro emigração forçada, através da escravatura e, num segundo momento, emigração espontânea, a partir dos séculos XVIII-XIX, como recurso para colmatar as privações sentidas pelos habitantes do Arquipélago de Sahel. Paradoxalmente, Cabo Verde começou por ser terra de imigração dado que, como era um arquipélago desabitado à época das descobertas, num primeiro momento da sua história acolheu sucessivos fluxos de colonos, comerciantes e escravos para depois, e de forma progressiva, dar origem, após um longo e secular processo de adaptação, aculturação e de afirmação cultural, a uma sociedade que podemos caracterizar como eminentemente emigratória» (ANH, in Góis, 2006: 23-24).

4.2.1. Ciclos da emigração cabo-verdiana

De acordo com Pereira in Góis (2006: 43-44) «podemos, a partir de uma análise retrospectiva, dividir a emigração cabo-verdiana contemporânea em três ciclos migratórios distintos que torna necessário explicitar com detalhe para uma melhor compreensão:

a) Um primeiro ciclo, que decorre desde o final do século XIX até às primeiras décadas do século XX, é marcado por uma corrente emigratória para a América, sobretudo EUA e, simultaneamente, por uma migração para S. Tomé e Príncipe e, em alguns casos, para outras províncias do então Império Colonial Português, designadamente Angola e Guiné-Bissau. Podemos dividir este ciclo em duas correntes principais divergentes: (a1) uma que se dirige para Norte (e.g. EUA); e, (a2) outra que se dirige para Sul (e.g. São Tomé e Príncipe);

b) O segundo ciclo, que vai dos anos 20 ao fim da Segunda Guerra Mundial, mostra duas grandes tendências: uma grande diminuição do número de saídas e um nítido afastamento da corrente emigratória para o Brasil, Argentina, Senegal ou Gâmbia; a corrente de migração no interior do império colonial português permanece activa;

c) O terceiro e último ciclo arrancou com o final da II Grande Guerra e prossegue até à actualidade. Neste ciclo, os principais destinos de emigração são países europeus: Holanda, Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, Suécia, etc. Neste período, ocorre igualmente uma reactivação da corrente migratória para os EUA, reactivando a rede migratória iniciada no primeiro ciclo migratório. Podemos dividir este ciclo migratório em vários fluxos com características distintas: c1) um primeiro fluxo que se dirige para a Holanda; c2) um segundo fluxo que se dirige para Portugal; c3) um terceiro fluxo que se dirige para Itália; c4) um quarto fluxo que tem como destino outros países europeus; c5) um quinto

fluxo que retoma as linhas migratórias de ciclos migratórios anteriores» (Pereira *in* Góis, 2006: 43-44).

4.2.2. A emigração cabo-verdiana para Portugal

Segundo Góis (2008: 12), «os cabo-verdianos têm uma tradição e uma história migratória que os une a Portugal. A emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel». Segundo o censo de 2000, Portugal era o principal país de acolhimento dos emigrantes cabo-verdianos (55%), seguido dos Estados Unidos da América (19%), França (8%), Holanda (5%), e os restantes 13% dirigiram-se aos outros países. No entanto, Góis afirma (2008: 12) que, «ao longo de séculos esta migração persistiu, oculta aos olhos da maioria, escondida pelo breu da escravatura que toldava a razão. No entanto, no século XX após ser consolidada a liberdade individual e o direito de movimento, Portugal foi escolhido por um número crescente de cabo-verdianos para aqui viverem, estudarem ou trabalharem».

De acordo com Saint-Maurice (1997: 49), não foi uniforme a composição social dos fluxos migratórios de Cabo Verde para Portugal ao longo dos tempos. No entanto, ao procurarmos fasear a migração de cabo-verdianos para Portugal no último meio século, na perspectiva de Góis (2008: 12), encontramos, pelo menos, três distintas fases: (i) antes da independência de Cabo Verde; (ii) a fase pós independência; (iii) a fase da imigração laboral. Góis refere que, numa primeira fase encontramos os cabo-verdianos trabalhadores convidados. Na perspectiva do autor apesar de vários autores terem assinalado as dificuldades que as estatísticas do INE têm em detectar a origem das comunidades imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP), ainda assim, é geralmente aceite que as origens da comunidade cabo-verdiana podem ser encontradas nos anos 60, quando Portugal, a exemplo de outros países europeus, iniciou uma política activa de recrutamento de mão-de-obra, recrutando trabalhadores no interior do seu império colonial para suprir necessidades de mão-de-obra “na metrópole”. E a maioria destes trabalhadores, cabo-verdianos, chegaram a Portugal contratados como mão-de-obra de substituição, abastecendo a mão-de-obra local (que, por sua vez, emigrara para outros países europeus como a França, a Alemanha, ou encontravam-se deslocados na guerra colonial).

Segundo o autor, «os trabalhadores cabo-verdianos inseriram-se nos sectores da economia que, à época, mais carentes estavam de mão-de-obra, designadamente, no sector da construção civil e obras públicas e de forma maioritária concentraram-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML). Grupos dispersos e relativamente pequenos de migrantes cabo-verdianos foram instalar-se noutras áreas geográficas. O Algarve, região que se começa a desenvolver turisticamente nesta época, foi um dos locais de atracção sendo que, também

neste caso, a inserção laboral ocorreu igualmente no sector da construção civil e obras públicas» (Góis, 2008: 12-13).

Pires *in* Góis (2008: 13) alude que numa segunda fase encontramos os cabo-verdianos retornados/repatriados. De acordo com o autor, com a independência de Cabo Verde e das outras colónias portuguesas em África nos anos 70, ocorre um repatriamento de cabo-verdianos incluído no movimento de retorno das ex-colónias. «Este processo, com origem na guerra colonial (1962-1974), vai atingir o seu auge na segunda metade dos anos 70 com o repatriamento de centenas de milhares de colonos portugueses, de algumas dezenas de milhar de funcionários da administração colonial e suas famílias e de um número assinalável de refugiados. No entanto, de entre o conjunto de retornados/repatriados muitos eram cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa e estes concentraram-se igualmente na Área Metropolitana de Lisboa tirando partido da existência de uma rede de suporte formada por conterrâneos já instalados» (Góis, 2008: 13-14).

Góis (2008: 14) acrescenta que, entre 1974 e 1976, com a independência das ex-colónias, verificou-se um afluxo considerável de cabo-verdianos, oriundos não só directamente de Cabo Verde, como também das outras ex-colónias (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Timor ou Macau), onde exerciam tarefas administrativas das mais variadas, designadamente ligadas ao exército colonial português, à administração colonial e aos seus serviços. A independência de São Tomé e Príncipe também implicou a deslocação de muitos trabalhadores cabo-verdianos aí instalados (e.g. dos “contratados” e/ou de funcionários coloniais) para Portugal.

Segundo Góis (2008: 15), nesta fase migratória podemos distinguir em termos laborais, dois segmentos: «(i) os retornados/repatriados cabo-verdianos mais desqualificados inseriram-se, à semelhança dos seus conterrâneos já instalados em Portugal desde as décadas de 50/60 em sectores como o da construção civil e obras públicas, os serviços de limpeza industrial e/ou doméstica, ou as vendas ambulantes; (ii) os “retornados/repatriados” cabo-verdianos mais qualificados, na sua maioria quadros ao serviço do regime colonial, foram integrados na administração pública portuguesa ou em serviços ligados ao Estado português, retomando, na maioria dos casos, os lugares nas carreiras ou em carreiras equivalentes às que tinham no pré-independência de Cabo Verde».

Já na terceira fase encontramos os cabo-verdianos imigrantes laborais. De acordo com Góis (2008: 16), «a terceira fase das migrações cabo-verdianas para Portugal teve início nos anos 80 e, de certa forma, deu início a uma nova fase na imigração portuguesa. Acrescenta ainda que esta fase, que ainda decorre, é marcada por um forte predomínio de fluxos internacionais de trabalho e por um processo de reagrupamento familiar. Contudo, a partir dos anos 80 retornam as migrações laborais que tinham sido interrompidas com a independência de Cabo Verde».

Para Góis (2008: 17), «se analisarmos de forma diacrónica as migrações cabo-verdianas para Portugal, verificamos, muito claramente, que os migrantes cabo-verdianos, de

diversos tipos, pertencendo a diferentes fases migratórias, se inserem de forma semelhante no mercado de trabalho e possuem muito pouca mobilidade laboral. Os milhares de indivíduos cabo-verdianos em Portugal exercem, como é óbvio, várias profissões, mas concentram-se, essencialmente, em dois sectores de acordo com o seu sexo: os homens mais no sector da construção civil e obras públicas; as mulheres no sector das limpezas industriais e/ou domésticas».

De acordo com Góis (2008: 18-19), a partir dos anos 80, Portugal integra ao mesmo tempo pelo menos cinco tipos diferentes de migrantes cabo-verdianos:

- 1) Um primeiro tipo de migrantes laborais com entrada em Portugal antes de 1974/75 e que, com as alterações legais, podem possuir ou não a nacionalidade portuguesa e podem possuir ou não cumulativamente a nacionalidade cabo-verdiana. A estes migrantes o autor chama de migrantes convidados;
- 2) Um segundo tipo de migrantes cabo-verdianos, resultado de um retorno à “pátria” ou de um processo de reunião familiar com imigrantes do primeiro tipo, da mesma forma que os anteriores, em virtude das alterações legais, podem possuir (ou não) a nacionalidade portuguesa e, cumulativamente, podem possuir (ou não) a nacionalidade cabo-verdiana. Ao segundo tipo de migrantes o autor denomina de retornados/repatriados cabo-verdianos;
- 3) Um terceiro tipo de imigrantes cabo-verdianos que vieram para Portugal como trabalhadores, na maioria desqualificados ou semi-qualificados, possuem a nacionalidade cabo-verdiana, embora um grande número deles esteja, entretanto, a naturalizar-se português. Ao terceiro tipo o autor designa de imigrantes laborais cabo-verdianos.
- 4) Um quarto tipo - um grupo simbolicamente importante - constituído por pessoas que vieram para Portugal frequentar estabelecimentos de ensino, normalmente o Ensino Superior, e que por aqui permanecem por um tempo mais ou menos longo. A este quarto tipo o autor designa de estudantes e quadros cabo-verdianos.
- 5) Para além de todos estes tipos de imigrantes de primeira geração, existem já uma segunda, terceira e uma quarta geração de indivíduos de ascendência étnica cabo-verdiana, descendentes de todos ou qualquer dos tipos anteriores, que podem ou não possuir a nacionalidade portuguesa dependente de uma variedade de circunstâncias. A este tipo o autor nomeia de “descendentes de cabo-verdianos” (Góis, 2008: 18-19).

No que toca às condições de habitabilidade, Batalha (2008: 31) afirma que a maioria dos trabalhadores cabo-verdianos imigrantes que vieram na primeira vaga foram viver para barracas montadas pelas empresas de construção nos próprios locais de construção. No entanto, alguns alugavam quarto em pensões baratas. Outros, adaptando-se aos modos da classe operária portuguesa, conseguiram alugar quarto junto de famílias portuguesas, particularmente nas zonas urbanas. Nas décadas de 1970-80 a maior parte instalou-se em “bairros de lata” na Área Metropolitana de Lisboa, devido não só à falta de alojamento com preço acessível, mas também devido ao racismo das famílias portuguesas “brancas”, que, se recusavam a ter inquilinos “pretos”. Na perspectiva do autor a instalação desses imigrantes

em “bairros de lata” foi também, uma decisão consciente, reconhecendo que aí podiam ficar juntos, formar redes de solidariedade, ter as suas hortas e melhor reproduzir o mundo social de um Cabo Verde rural.

Batalha (2008: 32) considera que «tal como outros fluxos migratórios, que na sua fase inicial, a migração era sobretudo de homens solteiros ou casados que deixavam a família em Cabo Verde. As mulheres começaram a chegar uns anos mais tarde, quando os homens já estavam instalados e sabiam que iriam ficar por um período longo, mais longo do que muitos, inicialmente, haviam planeado. Nos “bairros de lata” não era difícil acomodar as mulheres e filhos que se iam juntando; as “barracas” de madeira e chapa de zinco canelado deram lugar a “barracas” de cimento, e quando o espaço faltava construía-se um “anexo”». Todavia, nem todos os imigrantes foram viver para “barracas” ou “bairros de lata”. Algumas famílias conseguiram arranjar habitações em zonas de habitação degradada, não só em Lisboa como noutras áreas, onde o preço do aluguer era mais acessível.

CAPÍTULO V - A MULHER NA SOCIEDADE CABO-VERDIANA: UM BREVE OLHAR

Neste capítulo propõe-se expor algumas informações sobre a situação da mulher em Cabo Verde, enfatizando três domínios que evidenciam as relações do género em Cabo Verde (família, educação e emprego), de modo a facilitar a compreensão do percurso migratório das entrevistadas.

A população cabo-verdiana é ainda relativamente jovem. Cerca de 73% da população tem menos de 35 anos, com maior expressão entre os homens (76%) do que entre as mulheres (69%). Assim da base à parte central, a pirâmide da população cabo-verdiana é relativamente larga, e achatada nos níveis superiores, devido ao reduzido peso da população em idades avançadas. Com efeito apenas cerca de 9% da população é idosa, ou seja, tem 60 anos ou mais, sendo 8% entre os homens e 10% entre as mulheres.

Em 1999, a população total residente em Cabo Verde rondava os 341.491 indivíduos, na qual mais de metade era do sexo feminino representando 52,7% desse total, no entanto, em 2000 a população total residente aumentou em 90.498 indivíduos, isto é, passou para 431.989 indivíduos, sendo 51,9% deles do sexo feminino.

5.1. Mulher e família

A mulher desempenha um papel fundamental na sociedade cabo-verdiana. Em todos os sectores (social, cultural, política, económica e familiar) a mulher cabo-verdiana tem dado e continua a dar um contributo imprescindível para o desenvolvimento de Cabo Verde, tanto no país como na diáspora.

Na organização familiar cabo-verdiana as mulheres ocupam uma posição preponderante no que diz respeito à reprodução material e simbólica da sociedade. Nas ilhas ou na diáspora essas mulheres, além de gerirem a economia dos que dependem delas por laços familiares ou de vizinhança, produzem também rendimentos de trabalho (Grassi, 2006: 2).

De acordo com Carvalho (2010: 66-67), desde o início da colonização o papel da mulher foi acima de tudo discreto, mas imprescindível, característica principal da mulher africana, como é o caso da mulher cabo-verdiana. Com a extinção da escravatura, a autora refere que a mulher continuou a assumir o seu papel dentro das quatro paredes, criando os seus filhos e assegurando a gestão doméstica. As fomes e a escassez de alimentos atacaram

muitas vezes os membros mais fracos da população, os mais pobres, idosos e crianças. Quando as fomes apareceram, foram sobretudo as mulheres que sofreram as agruras da pobreza, provocadas pelas sucessivas secas em Cabo Verde. Com os surtos migratórios iniciados pelos homens que partiam em busca de um lugar melhor se estabelecerem, as mulheres eram deixadas sozinhas no arquipélago, à frente das famílias e a aprender a gerir o dinheiro que lhes era enviado pelos familiares emigrantes.

Na compreensão da cultura cabo-verdiana, a pertinência do género prende-se sobretudo com a posição que a mulher assume na estrutura familiar daquela sociedade, que lhe atribui a responsabilidade do sustento e reprodução do agregado (Grassi e Évora, 2007: 13). No que concerne à vida interna, Carvalho (2010: 67) salienta que o papel da mulher é o de orientar a família e assegurar a sua subsistência e a dos seus, através de actividades autónomas geradoras de rendimento, como a culinária, trabalhos domésticos ou agrícolas. Deste modo, 80 a 90% dos trabalhadores do sector informal da economia cabo-verdiana são mulheres. Na perspectiva de Carvalho (2010: 69-70), se for historiada a evolução da estrutura familiar, constata-se que logo desde o início da colonização a estrutura familiar das ilhas foi, se não libertina, pelo menos liberal. Na realidade, uma união legitimada pelo casamento e que sob o conceito europeu é a única socialmente aceite, no arquipélago não se torna impedimento para que o homem tenha uma ou mais relações com outra ou outras mulheres existindo uma poligamia de facto, mas não de direito, ou seja, o homem oficializa a relação com apenas uma mulher, apesar de manter casos ilegítimos com outras, de quem tem filhos. Assim sendo, pode-se identificar em Cabo Verde vários tipos de estruturas familiares, nomeadamente, filhos de várias relações habitando no mesmo agregado, mães adolescentes a viverem com os pais e sob a responsabilidade destes, e sobretudo agregados familiares geridas por mães solteiras. Pode-se ainda encontrar várias situações em que os filhos de outras relações vivem com os avós ou outros familiares, sobretudo maternas e a mãe coabitando com o novo parceiro.

No caso em que a mulher e o novo parceiro coabitam no mesmo agregado familiar, denota-se uma forte resistência deste em se responsabilizar pela educação dos enteados e quando a mulher depende financeiramente do parceiro, e os pais dos filhos da relação anterior não se responsabilizam pela educação dos filhos, a mulher enfrenta uma série de problemas (económicos, psicológicos, violência doméstica⁶, etc.). Nessa sequência encontramos muitas mulheres com filhos de várias relações em que nenhum dos progenitores se responsabiliza pela educação dos filhos. Muitos desses pais são homens casados ou vivem em união de facto com outras mulheres e já com filhos de outras relações.

⁶ De acordo com o segundo Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística cerca de 1333 mulheres com idade compreendida entre 15 a 49 anos aceitaram falar sobre o problema da violência doméstica. Destas 22% confessaram terem sido vítimas de violência desde os 15 anos.

No ano 2000, 50,9% das mulheres com 12 anos ou mais eram solteiras. A união de facto foi a forma privilegiada de vivência a dois, com 22,5% de mulheres de 12 anos ou mais, contra 17,0% de mulheres que se encontravam casadas na mesma faixa etária.

O número de famílias chefiadas por mulheres é cada vez maior. Em 1990, os dados mostram que 38,3% dos agregados familiares eram chefiadas por mulheres, em 2000 houve um relativo aumento passando para 40,1%. A nível dos concelhos, São Miguel (53,0%), Santa Catarina (52,7%) e Tarrafal (50,6%), são os concelhos com maior proporção de agregados chefiadas por mulheres, e a emigração masculina constitui uma das principais causas.

Quadro nº 1 Distribuição dos agregados familiares, segundo o nível de instrução do chefe, por meio de residência

Nível de Instrução									
	Nunca Freqüentou	Pré-escolar	Alfabetização	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino Médio	Ensino Superior	S/R	Total
Cabo Verde	23,3	0,2	7,0	48,5	15,1	1,8	3,9	0,5	100
Meio de residência									
Urbano	15,8	0,2	5,4	49,2	20,4	2,5	6,2	0,6	100
Rural	34,5	0,2	9,3	47,5	7,1	0,8	0,4	0,4	100
Sexo do Chefe									
Masculino	13,9	0,3	5,6	53,6	18,9	2,1	5,2	0,4	100
Feminino	34,5	0,1	8,7	42,4	10,5	1,5	2,3	0,2	100

Fonte: INE, QUIBB 2007

Como se pode verificar no quadro nº 1 a maioria dos agregados familiares é chefiado por pessoas com baixo nível de instrução, no entanto, 34,5% dos agregados familiares são chefiadas por mulheres que nunca frequentaram o estabelecimento de ensino. Sendo que a maioria dos chefes de agregados familiares que nunca frequentaram o estabelecimento de ensino residem no meio rural, cerca de 34,5%.

Quadro nº 2 Distribuição dos agregados familiares, segundo a dimensão média do agregado, por meio de residência

	1-2	3-4	5-6	7+	Total	Dimensão média
Cabo Verde	20,1	32,1	26,1	21,7	100	4,7
Meio de residência						
Urbano	22,7	34,4	24,5	18,4	100	4,5
Rural	16,2	28,9	28,3	26,6	100	5,1

Fonte: INE, QUIBB 2007

Da análise do quadro verifica-se que a dimensão média dos agregados familiares em Cabo Verde é de 4,7. No entanto, 21,7% dos agregados familiares é ainda constituído por 7 ou mais indivíduos. Quanto ao meio de residência (habitat), a dimensão média dos agregados familiares no meio rural é superior à dimensão média dos agregados a nível nacional, pode-se ainda constatar-se que 26,6% dos agregados rurais é constituído por 7 ou mais indivíduos (INE, QUIBB 2007).

Na sociedade cabo-verdiana o conceito de família alargada ainda persiste, e, como refere Saint-Maurice (1997: 39), este conceito de família constitui um traço definidor da identidade cabo-verdiana, tendo a sua origem no quadro da poligamia de facto, e não de direito.

Em Cabo Verde existe uma tendência evidente para o abrandamento do crescimento da população, facto intimamente relacionado à diminuição da fecundidade da mulher cabo-verdiana. Se em 1990, o número médio de filhos por mulher era de 6, em 2000 era de 4 por mulher. Já em 2006, atingiu uma média de 2,9 filhos por mulher, nível que se aproxima do limiar de substituição, que é de 2,1. Porém, este resultado é ligeiramente diferenciado conforme habitat. Com efeito, as mulheres do meio urbano têm um nível de fecundidade um pouco mais baixo do que o que prevalece entre as mulheres do meio rural (2,7 contra 3,1 filhos por mulher respectivamente). Essa diferença de nível de fecundidade entre meio urbano e o rural observa-se em quase todas as idades, excepto no grupo etário dos 25-29 anos. É de salientar que o nível de fecundidade dos dois meios de residência diminuiu significativamente, de modo geral e para todas as idades (IDSR-II, 2005:44).

Quadro nº 3 Distribuição da população, segundo o estado civil, por meio de residência

		Estado civil						
Cabo Verde		Solteira(o)	Casada(o)	União de facto	Divorciada(o)	Separada(o)	Viúva (o)	Total
			56,6	13,8	19,9	0,5	5,4	3,8
Meio de residência								
Urbano		56,6	12,6	21,8	0,7	5,8	3,0	100,0
Rural		57,3	15,5	17,1	0,1	5,0	4,9	100,0

Fonte: INE, QUIBB 2007

De acordo com os dados apresentados no quadro nº 3 podemos verificar que 56,6 % da população cabo-verdiana é solteira. A união de facto foi a forma privilegiada de vivência a dois dos cabo-verdianos, cerca de 19,9%, contra 13,8% que se encontram casados. Quanto ao meio de residência, apesar de não se identificar grandes discrepâncias percentuais, no meio rural identifica-se maior proporção de solteiros do que no meio urbano. São sobretudo mães solteiras do meio rural que enfrentam maiores problemas de desemprego e que nas últimas décadas vêm a emigração com um escape ao desemprego e à pobreza.

Em relação, ao nível de escolaridade 40,6% das mulheres chefes de agregados nunca tinham frequentado um estabelecimento de ensino no ano de 2000. Deste modo, pode-se questionar até que ponto essas mulheres enfrentam o problema de desemprego e outras dificuldades subjacentes a este.

No caso das mães solteiras, que constituem o objecto deste estudo, é de realçar que em Cabo Verde o fenómeno de mãe solteira não é um fenómeno raro.

Podemos encontrar várias “categorias” de mães solteiras, tais como:

- a) Mulher solteira com filho(s) que não mantém nenhuma relação com o pai do(s) filho(s);
- b) Mulher solteira com filho(s) que mantém relação com um homem, mas eles não vivem juntos;
- c) Mulher solteira com filho(s) que mantém relação à distância com um homem, isto é, encontra-se fora do país;
- d) Mulher solteira com filho(s) de outras relações e que mantém relação com outro parceiro, etc.

De acordo com Grassi (2003) em Cabo Verde, aproximadamente 80% das crianças nascem fora do casamento. Geralmente o homem mantém relações sexuais com várias mulheres, num mesmo período e muitas vezes têm filhos, em simultâneo, com duas ou mais mulheres. A autora salienta ainda que em Cabo Verde são usados os termos “pai de filho” e “mãe de filho” para designar o pai e mãe da criança quando estes não se encontram casados. Isso evidencia como a sociedade valoriza mais os padrões reprodutivos do que os papéis conjugais (Grassi, 2003:163-164).

Convém frisar que o facto de ser mãe solteira não constitui um factor de exclusão social na sociedade cabo-verdiana, uma vez que é um fenómeno comum. Entretanto, a situação de pobreza e desemprego em que se encontram muitas mães solteiras, chefes de agregados familiares coloca-as em situação de exclusão social.

5.2. Mulher e educação

A educação constitui um dos indicadores privilegiados na abordagem do género na sociedade cabo-verdiana. Como salienta Souza (2007: 5 *in* Carvalho, 2010: 15) «se a questão da instrução e posição no mercado de trabalho femininos têm merecido uma atenção especial de vários investigadores (...), é porque são considerados indicadores importantes do progresso social». No domínio da educação, Cabo Verde tem realizado um esforço no sentido de reduzir o índice de analfabetismo, que por altura da independência, em 1975, era de 60%. Em 1990 aqueles que não sabiam ler nem escrever representavam 37,6% da população, no entanto, os dados revelados pelo Censo 2000 indicaram uma taxa de analfabetismo de 25,2%, correspondente a uma redução de 12,4% em 10 anos (Correia, 2008: 80-81).

No que concerne ao nível de instrução da população feminina, convém realçar que em 1990, 41,9% da população feminina com idade superior a quatro anos não tinha qualquer nível de instrução. No entanto, de acordo com o censo de 2000 e os dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, a mulher representa cerca de 64% do total de analfabetos, destacando-se o caso das chefes de família, onde cerca de 62,5% não tem qualquer nível de instrução, encontrando-se em maior proporção no meio rural. Convém realçar que em 2000 a percentagem de mulheres que frequentavam estabelecimentos de ensino era superior à dos homens, aproximadamente 51% (DGE, 1994; INE, 2000).

Quadro nº 4 Taxa de Alfabetização da população de 15 anos ou mais, segundo o sexo, por meio de residência

Ano 2007	15 Anos e mais		
	M	F	Total
Cabo Verde	87,0	73,4	79,8
Meio de residência			
Urbano	90,3	80,0	84,9
Rural	82,1	64,4	72,5

Fonte: INE, QUIBB 2007

A partir do quadro nº 4, pode-se constatar que o índice de alfabetização tem melhorado em Cabo Verde, no entanto, apesar dos avanços registados no domínio da educação, particularmente no nível de instrução das mulheres, o analfabetismo continua a afectar em maior proporção as populações do meio rural, sobretudo a camada feminina.

5.3. Mulher e emprego

Assim como a educação, o emprego pode também ser um factor de emancipação da mulher, particularmente quando a mulher estiver na posição de poder controlar os seus próprios rendimentos. A adesão crescente ao mercado de trabalho, formal ou informal, vem despertando alguma atenção nos estudos da população, em função não só das mudanças sociais que acarreta, mas, principalmente, pelas relações que tem com as questões demográficas, especialmente aquelas vinculadas com aspectos de reprodução (IDSR-II, 2005: 29).

As dificuldades das mulheres acederem ao emprego e ao mercado de trabalho está intimamente relacionada ao baixo nível de instrução. Em 1999 uma percentagem considerável das mulheres era dona de casa⁷, representando 41,9% (DGE, 1994).

⁷ Esta actividade não é considerada uma actividade económica, nem profissional pela sociedade Cabo-verdiana.

Quadro nº 5 Taxa de actividade e de desemprego por sexo

	Sexo					
	Masculino		Feminino		Total	
	Taxa de actividade	Taxa de desemprego	Taxa de actividade	Taxa de desemprego	Taxa de actividade	Taxa de desemprego
Cabo Verde	67,5	17,8	54,7	25,8	60,7	21,6
Meio de Residência						
Urbano	70,3	19,1	59,3	26,6	64,6	22,7
Rural	63,3	15,9	48,5	24,4	55,3	19,9

Fonte: INE, QUIBB 2007

Como se pode verificar no quadro nº 5 a taxa de actividade em Cabo Verde era de 60,7%, no entanto, a taxa de actividade masculina é superior à taxa de actividade nacional. Comparando com a taxa de actividade feminina pode-se afirmar que a taxa de actividade feminina é 12,8% inferior à taxa de actividade masculina e por sua vez inferior à taxa de actividade nacional. Quanto à taxa de desemprego pode-se constatar que a situação é inversa, isto é, a taxa de desemprego feminino é superior à taxa de desemprego nacional e também superior à taxa de desemprego masculina. Com isso pode-se concluir que o desemprego em Cabo Verde atinge sobretudo o sexo feminino residente no meio urbano e a maioria dessas mulheres são mães solteiras e chefes de agregados familiares.

Em Cabo Verde, para cada 100 homens no desemprego, existem 211 mulheres na mesma situação e a pobreza afecta claramente o sexo feminino, principalmente as famílias chefiadas por mulheres, que representam 44,6% das chefias de famílias (QUIBB 2007).

Apesar de se verificar melhorias significativas da condição da mulher perante o trabalho, os dados demonstram a clara dificuldade que a mulher cabo-verdiana tem em ingressar no mercado de trabalho. No entanto, apesar dos dados demonstrarem a elevada taxa de desemprego das mulheres em Cabo Verde em relação aos homens, isto não impede que elas tenham fonte de rendimento, mesmo que informal, que historicamente tem demonstrado o carácter empreendedor e batalhador da mulher cabo-verdiana, que através de meios próprios tem sustentado de forma positiva a sua família, através da agricultura, da criação de gado, do comércio informal, etc. Em Cabo Verde muitas mulheres recorrem ao

comércio informal para fazer face ao desemprego. Trata-se de uma actividade com características distintas que ocorre em todas as ilhas do arquipélago, sobretudo na capital do país. Denominadas “rabidantes”⁸, essas mulheres compram produtos de diversa natureza, e revendem-nos. Convém realçar que este sector (comércio informal) é constituído maioritariamente por mulheres, solteiras e com baixo nível de escolaridade. O comércio informal constitui uma das estratégias de sobrevivência adoptadas por essas mulheres que, não raras vezes, são chefes de agregados numerosos com vários filhos a seu cargo para sustentar sem apoio do(s) progenitor(es).

Após a análise da situação da mulher na sociedade cabo-verdiana, com a finalidade de inteirar o leitor sobre a realidade cabo-verdiana⁹, de forma a facilitar a compreensão dos resultados da pesquisa, procede-se, seguidamente, à apresentação das histórias de vida recolhidas junto de dez mães solteiras residentes no concelho da Amadora.

⁸ Vide – GRASSI, Marzia (2003), “Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde”.

⁹ Vide anexo I – Evolução da situação das mulheres em Cabo Verde.

PARTE II

INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

CAPÍTULO VI - METODOLOGIA

O número relativamente reduzido de estudos realizados sobre a migração feminina, e o seu carácter fragmentário despertou um enorme interesse em trabalhar esta temática, no sentido de explorar e caracterizar este grupo-alvo, que são as migrantes. O presente trabalho insere-se num estudo exploratório cujo universo são as mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal.

Desta feita, neste capítulo, pretende-se apresentar os principais objectivos da pesquisa, as questões orientadoras, os pressupostos, assim como as opções metodológicas, os instrumentos de recolha, tratamento e análise de dados.

6.1. Objectivos, questões orientadoras e os pressupostos

Segundo Isabel Guerra «os objectivos gerais descrevem grandes orientações para as acções e são coerentes com as finalidades do projecto, descrevendo as grandes linhas de trabalho a seguir e não são, geralmente, expressos em termos operacionais, pelo que não há possibilidade de saber se foram ou não atingidos». Por outro lado, «os objectivos específicos são objectivos que exprimem os resultados que se espera atingir e que detalham os objectivos gerais, funcionando como a sua operacionalização» (Guerra, 2002: 164).

6.1.1. Objectivos gerais e específicos

A situação das mulheres africanas, e particularmente as cabo-verdianas, solteiras, chefes de família foi e continua a ser uma preocupação, uma vez que constituem uma população económica e socialmente vulnerável, sobretudo aquelas que possuem baixo nível de instrução, estão/são desempregadas ou possuem trabalho precário.

O presente estudo aborda fundamentalmente a vivência das mães solteiras cabo-verdianas e o percurso migratório em Portugal. Com isso pretende-se conhecer a vivência das mães solteiras cabo-verdianas anterior e posterior ao projecto migratório. Especificamente procura-se conhecer a situação socioeconómica das mães solteiras anterior à emigração;; identificar os principais problemas enfrentados por essas mulheres no processo de integração em Portugal; saber qual é o contributo das redes familiares no processo de integração dessas

mulheres em Portugal; compreender até que ponto a ausência dos filhos tem influência na integração das mães em Portugal.

6.1.2. Questões orientadoras

No presente estudo procurou-se através de entrevistas semi-directivas a dez mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal, responder às seguintes questões:

1. Que factores desencadearam as decisões de emigrar das mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal?
2. Quais as principais dificuldades enfrentadas por essas mulheres em Portugal?
3. Qual é o papel das redes familiares e de amigos no processo migratório dessas mulheres?
4. Em que medida os familiares residentes em Portugal contribuem para a integração dessas mulheres no país de destino?
5. De que forma a ausência dos filhos interfere na integração das mães no país de acolhimento?

6.1.3. Pressupostos

Neste caso, que se trata de uma investigação qualitativa, em vez de hipóteses trabalhamos com pressupostos, que têm, igualmente, uma função de orientação. Sendo a área de interesse o processo de integração (ou não) de mulheres cabo-verdianas, é importante ter em conta que o processo de integração não é um processo isolado, envolve um conjunto de factores. No caso dos imigrantes, particularmente das mães solteiras, a integração é condicionada por vários factores. Sendo assim, e baseada na bibliografia lida e da observação efectuada na fase exploratória, chega-se aos seguintes pressupostos, apresentados numa ordem aleatória:

1. A busca de melhores condições de vida constitui o principal factor desencadeador da decisão de emigrar dessas mulheres;
2. A falta de documentação constitui a principal dificuldade enfrentada pelas mães solteiras de origem cabo-verdiana em Portugal;
3. O nível de instrução dessas mulheres condiciona o processo de integração em Portugal; Quanto menor é o nível de instrução maior é a dificuldade de integração dessas mulheres;
4. Os familiares e amigos residentes em Portugal constituem os principais agentes de integração dessas mulheres;
5. A ausência dos filhos reflecte-se negativamente na integração das mães em Portugal;

6.2. Instrumentos e técnicas de investigação

A natureza do tema e o objecto do presente estudo implica a opção de uma metodologia qualitativa. Fernand Gauthier citado por Lessard-Hébert *et al* (2005: 47) adopta a definição do termo “qualitativo”, atribuída em 1986 por Jerone Kirk e Marc Miller, que sublinha o carácter de *proximidade* entre o investigador e os participantes na investigação qualitativa centrada na construção de sentido. Esta proximidade manifesta-se tanto no plano físico (o terreno) como no simbólico (a linguagem):

A tradição de investigação qualitativa, em ciências sociais, consiste essencialmente em estudar e em interagir com as pessoas no seu terreno, através da sua linguagem, sem recorrer a um distanciamento que levaria ao emprego de formas simbólicas estranhas ao seu meio (Gauthier, 1987: 32 *in* Lessard-Hébert *et al*, 2005: 47).

Um dos objectivos essenciais da investigação qualitativa é compreender melhor os factos ou os fenómenos sociais ainda mal elucidados (Fortin *et al* 2009: 290).

Rossmann e Rallis (*in* Fortin *et al*, 2009: 298) apresentam as principais características da investigação qualitativa, que consideram indispensável conhecer:

- 1) A investigação qualitativa desenrola-se no meio natural dos participantes;
- 2) Utiliza múltiplos métodos tais como a participação de todos na recolha de dados;
- 3) As questões de investigação precisam-se à medida que o estudo avança;
- 4) Dá lugar a uma interpretação, ou seja, faz a descrição de um indivíduo, de um meio, põe em evidência temas ou categorias na análise dos dados e extrai conclusões;
- 5) Implica que o investigador tenha um papel de observador participante e de agente de investigador;
- 6) Supõe uma visão holística dos fenómenos sociais;
- 7) Baseia-se em princípios ou em estratégias na colheita e na análise de dados.

6.2.1. Entrevista semi-directiva

Como é sabido, a escolha dos métodos e técnicas de pesquisa é uma etapa crucial no processo de investigação. A existência de uma variedade de métodos e técnicas de investigação disponível obriga-nos a fazer uma opção metodológica. A selecção das técnicas de recolha de informações está intimamente relacionada com o problema de pesquisa. Assim, com base nos objectivos traçados e os pressupostos formulados e considerando as vantagens e desvantagens das várias técnicas de recolha de dados optou-se pela entrevista semi-directiva.

De acordo com Fortin *et al* (2009: 375), a entrevista é o principal método de recolha de dados nas investigações qualitativas. Quivy e Van Campenhoudt (2008: 193):

Os métodos de entrevistas caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores (...)» (Quivy e Van Campenhoudt (2008: 192). De acordo com os referidos autores, a entrevista é útil, uma vez que a análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados; a análise de um problema específico; a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado (Quivy e Van Campenhoudt, 2008: 193).

De acordo com Fortin *et al* (2009) «a entrevista tem três funções: 1) examinar conceitos e compreender o sentido de um fenómeno tal como é percebido pelos participantes; 2) servir como principal instrumento de medida; 3) servir de complemento aos outros métodos de colheita de dados» (Fortin *et al*, 2009: 375).

Entre os tipos de entrevistas encontra-se a entrevista semi-estruturada, que foi a utilizada no presente estudo. Zajc (*in* Fortin *et al*, 2009: 377) define este tipo de entrevista da seguinte forma:

[...] Uma interacção verbal animada de forma flexível pelo investigador. Este deixar-se-á guiar pelo fluxo da entrevista com o objectivo de abordar, de um modo que se assemelha a uma conversa, os temas gerais sobre os quais deseja ouvir o respondente, permitindo assim destacar uma compreensão rica do fenómeno em estudo (Zajc *in* Fortin *et al*, 2009: 377).

Nas entrevistas semi-directivas:

O entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reacções por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixados a seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista (Ghiglione e Matalon, 2001: 64).

O investigador recorre a este tipo de entrevista nos casos em que deseja obter mais informações particulares sobre um tema. Quando o investigador quer compreender a significação de um acontecimento ou de um fenómeno vivido pelos participantes (Fortin *et al*, 2009: 376-377).

A opção pela entrevista semi-directiva prende-se com o facto de poder propor um conjunto de temas que permite às entrevistadas estruturar o seu pensamento em torno da questão proposta ao mesmo tempo que possibilita que elas tenham a liberdade de falar sobre as suas vivências.

Procurou-se através da realização da entrevista semi-directiva, obter informações de natureza qualitativa, relativamente à vivência e o projecto migratório das mulheres abrangidas no estudo através da recolha das histórias de vida¹⁰.

¹⁰ Convém realçar que se recorreu às entrevistas semi-directivas com o propósito de recolher apenas algumas dimensões de histórias de vida, podendo ser consultada no guião de entrevista em anexo.

De forma a garantir o anonimato exigido pelas mães abrangidas no presente estudo decidiu-se atribuir-lhes nomes fictícios. Convém realçar que as entrevistas foram realizadas na língua materna, isto é, em crioulo, de modo a facilitar a compreensão das questões por parte das mulheres entrevistadas e posteriormente foram transcritas em português.

Durante o processo de recolha de dados, foram surgindo algumas questões consideradas pertinentes para o estudo, desta feita decidiu-se acrescentá-las ao guião de entrevista. O referido guião é composto por oito blocos, com questões diversificadas e a entrevista tem uma duração prevista de 50 minutos.

Importa frisar que no processo de recolha de informações foram efectuadas entrevistas informais (durante as férias em Cabo Verde - natal de 2009) com algumas pessoas que assumiram a responsabilidade de cuidar dos filhos das mães quando emigraram, assim como algumas crianças filhos de mães imigrantes. Estas entrevistas informais foram feitas com o propósito de recolher algumas informações sobre a situação em que vivem, o que sentem, que dificuldades enfrentam, entre outras.

6.2.2. Percurso das entrevistas

A realização das entrevistas foi uma etapa bastante criteriosa. Para a recolha de dados fez-se uma primeira visita a alguns bairros da cidade de Lisboa onde reside uma grande percentagem dos cabo-verdianos. Após conhecer alguns bairros decidiu-se limitar a amostra, escolhendo um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa. O concelho de Amadora foi escolhido por ser um dos concelhos onde residem muitos cabo-verdianos e em condições distintas.

A realização das entrevistas não foi fácil, porque a identificação de mulheres com as características pretendidas exigiu muito tempo, uma vez que de acordo com o plano de trabalho só poderiam ser entrevistadas, mães solteiras de origem cabo-verdiana, residentes no concelho da Amadora, que já tinham sido mães antes do projecto migratório e que não vivem maritalmente. Por isso, decidiu-se utilizar a técnica “bola de neve”¹¹ para identificá-las. Ao identificar uma mãe solteira foi possível descobrir outras mães solteiras através desta técnica. Entretanto, a realização das entrevistas seguiu um percurso diferente do previsto, uma vez que houve a necessidade de agendar a data das entrevistas de acordo com a disponibilidade das entrevistadas para que pudesse ir a casa destas para realizar a entrevista.

Às mulheres contactadas para a realização da entrevista foram explicados os objectivos do estudo, a sua importância, e só depois agendado o dia, a hora e o local da

¹¹ Consiste em identificar as entrevistadas a incluir na amostra a partir das próprias mães entrevistadas, procurando assim identificar outras entrevistadas que tenham características semelhantes.

realização das entrevistas. As entrevistas foram realizadas em dias de folga, fins-de-semana ou no final do dia, algumas das vezes à noite após o trabalho, uma vez que as mães não dispunham de tempo para serem entrevistadas durante o dia pelo período de 50 minutos.

O tempo estipulado para a realização das entrevistas foi bastante inferior ao tempo real gasto, sendo que deparou-se com algumas situações que dificultaram a realização da mesma. Tal deveu-se, em parte, ao facto das entrevistas terem sido realizadas em casa das entrevistadas. Algumas entrevistas foram interrompidas porque houve situações em que a mãe tinha que cuidar dos filhos, atender o telefone, fazer alguma tarefa de urgência, entre outras situações.

Convém realçar que algumas entrevistadas mostraram-se inseguras e pouco à vontade em responder a algumas questões. Em tais circunstâncias foi necessário persuadi-las a responder, sublinhando novamente que o seu anonimato estaria garantido.

Embora as entrevistadas tenham sido informadas sobre os objectivos do estudo e do carácter confidencial e anónimo da sua participação, foi possível observar algum nervosismo e constrangimento por parte das entrevistadas relativamente a algumas questões, havendo algumas respostas bastante simplificadas, sobretudo as entrevistadas que se encontram em situação de ilegalidade. Importa ainda realçar que as entrevistas foram realizadas entre Abril e Maio de 2010 de forma individual¹².

6.2.3. Análise de conteúdo

Os dados recolhidos através das entrevistas, após a sua transcrição¹³ na íntegra, foram trabalhadas mediante a técnica de análise de conteúdo. «A análise de conteúdo é hoje uma das técnicas mais comuns na investigação empírica realizada pelas diferentes ciências humanas e sociais» (Vala, 2001: 101). Como sublinha Guerra (2006: 62), «todo o material recolhido numa pesquisa qualitativa é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu accionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência».

De acordo com Isabel Guerra «a análise de conteúdo pretende descrever as situações, mas também interpretar o sentido do que foi dito. De facto, falamos de uma série de operações como descrever os fenómenos (nível descritivo), descobrir as suas co-variações ou associações (nível correlacional e *grosso modo* objectivo da análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade/de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo e *grosso modo* corresponde à análise tipológica)» (Guerra, 2006: 69).

¹² Com o consentimento de todas as entrevistadas, utilizou-se um gravador para registar as informações.

¹³ Devem transcrever-se os dados registados antes de os analisar (Fortin, 2009: 379).

6.3. Procedimento metodológico

Face ao tema do estudo, aos objectivos traçados e aos resultados pretendidos, seguiu-se os seguintes procedimentos:

- A primeira fase encarregou-se da pesquisa documental sobre a problemática em estudo, onde foi efectuada o levantamento dos estudos, artigos, documentos já produzidos à volta dos conceitos-chave desta investigação.
- A segunda fase foi dedicada à elaboração do guião de entrevista. O guião de entrevista encontra-se dividido em partes distintas. A primeira parte é dedicada à caracterização sócio-demográfica das entrevistadas, tendo como finalidade recolher informações sobre as principais características das entrevistadas, designadamente a idade, naturalidade, local de residência e nível de instrução; a segunda parte debruça-se sobre a situação das entrevistadas anterior ao projecto migratório, onde são apresentadas as condições económicas/profissionais, condições habitacionais e situação familiar das entrevistadas; a terceira parte encarrega-se das razões da emigração; a quarta parte aborda a questão das redes migratórias; a quinta parte aborda a situação legal das entrevistadas; a sexta parte encarrega-se da situação laboral; a sétima parte debruça-se sobre a situação familiar e a oitava parte encarrega-se da integração das entrevistadas na sociedade portuguesa.
- Numa terceira fase, foi testada o guião de entrevista, em termos de duração e compreensão das questões. Ao identificar uma fraca compreensão das questões e dificuldades em respondê-las em Português decidiu-se aplicá-la na língua materna das entrevistadas, isto é, todas as entrevistas foram em crioulo.
- A quarta fase foi dedicada à transcrição e análise das entrevistas.
- A quinta fase encarregou-se da apresentação, análise e interpretação dos resultados obtidos.
- Finalmente, a sexta e última fase são dedicadas à conclusão dos resultados obtidos.

6.4. População-alvo

De acordo com Carmo e Ferreira (1998: 191), a população ou universo é o conjunto de elementos abrangidos por uma mesma definição. Esses elementos têm, obviamente, uma ou mais características comuns a todos eles, características que os diferenciam de outros conjuntos de elementos. No presente estudo a população-alvo são as mães solteiras cabo-verdianas residentes em Portugal.

6.5. Amostra

De um modo geral, as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade (Gil, 1999: 99). Por isso é frequente e aconselhável trabalhar com amostra.

A amostra é a fracção de uma população sobre a qual se faz o estudo. No entanto, no presente estudo utilizou-se a amostragem por redes, também designada amostragem «em bola de neve». Este método é frequentemente utilizado quando é difícil encontrar indivíduos que têm as características procuradas (Fortin, 2009: 323). Nesse caso os indivíduos são identificados por intermédio dos participantes, os primeiros identificados identificam os seguintes e assim sucessivamente.

Não se pretende com este estudo a representatividade do grupo alvo (mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal). A amostra é constituída por dez mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes no concelho de Amadora¹⁴. Este concelho foi escolhido de forma intencional, por ser uma área geográfica de grande concentração dos imigrantes cabo-verdianos.

6.5.1. Critérios de inclusão

No quadro deste estudo como critérios de inclusão, considera-se apenas as mães solteiras¹⁵ que já tinham sido mães antes de virem para Portugal e que não vivem “maritalmente”, ou seja, que não vivem em união de facto. Este critério foi exigido uma vez que se depara com múltiplas situações de mães solteiras o que dificultaria a análise e interpretação dos resultados da pesquisa. Procurou-se diversificar a amostra quanto à ilha de origem, o nível de instrução e idade, no sentido de identificar as semelhanças e as diferenças no percurso migratório dessas mulheres.

¹⁴ Do ponto de vista geográfico o estudo incide sobre o concelho de Amadora. O concelho da Amadora, que se insere na Área Metropolitana de Lisboa, tem uma área territorial de 24 km² e cerca de 176 mil habitantes. De Portugal inteiro, detém o quarto lugar quanto ao número de habitantes e a primeira posição em termos de densidade populacional (Lopes, 2007: 117).

¹⁵ Neste estudo o conceito de “mãe solteira” deve ser entendida enquanto pessoa de sexo feminino, com filhos, que nunca tenha contraído matrimónio (civil ou religioso) e que não esteja a viver em união de facto, isto é, que não vive maritalmente.

6.5.2. Caracterização das mães entrevistadas

Tabela nº 1 Caracterização sócio-demográfica das entrevistadas

Ilha de origem	Idade	Habilitações	Condições perante o trabalho (anterior à emigração)	Condições perante o trabalho (posterior à emigração)	Número de Filhos
Santiago (Ana)	23 Anos	Frequência do ensino secundário	Desempregada (Doméstica)	Empregada (Limpeza)	1
Santiago (Patrícia)	27 Anos	Frequência do ensino superior	Desempregada (Estudante)	Empregada ¹⁶ (Estudante)	1
Santiago (Liliana)	28 Anos	Frequência do ensino secundário	Desempregada (Doméstica)	Empregada (Limpeza)	1
São Vicente (Augusta)	32 Anos	Frequência do ensino primário	Empregada (Empregada doméstica)	Empregada (Restauração)	3
Maio (Albertina)	33 Anos	Ensino primário	Desempregada (Peixeira)	Empregada (Empregada doméstica)	3
Santiago (Natália)	36 Anos	Frequência do ensino primário	Desempregada (Vendedeira ambulante)	Empregada (Limpeza)	4
Santiago (Domingas)	38 Anos	Frequência do ensino primário	Empregada (Empregada doméstica)	Empregada (Empregada doméstica)	4
Santiago (Maria)	39 Anos	Ensino primário	Desempregada (Fazia "biscates")	Empregada (Empregada doméstica)	4
São Nicolau (Catarina)	40 Anos	Frequência do ensino secundário	Empregada (Educadora de infância)	Empregada (Limpeza)	5
Santo Antão (Paula)	45 Anos	Frequência do ensino primário	Desempregada (Doméstica)	Empregada (Limpeza)	4

¹⁶ Patrícia tem o estatuto de trabalhador-estudante e trabalha como assistente de loja. De acordo com Baganha *et al* (1999: 168), os estudantes estrangeiros, enquanto trabalhadores-estudantes, desenvolvem em regime de *part-time* uma actividade ocupacional de modo a complementarem as bolsas de estudo ou os rendimentos concebidos pelos pais ou outros familiares.

Como já foi anteriormente mencionado, todas as mulheres abrangidas no estudo são mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal, mais concretamente, no concelho de Amadora. Convém ainda realçar que todas elas já tinham sido mães antes de emigrarem e algumas foram mães antes de atingirem a maioridade, isto é, antes dos 18 anos. Como se pode verificar na tabela nº 1 as entrevistadas têm idades compreendidas entre os 23 e os 45 anos.

As mães entrevistadas têm origens diversificadas. A tabela nº 1 ilustra-nos que, a maioria das mães, ou seja, seis, são provenientes da ilha de Santiago, uma é natural de São Vicente, uma da ilha do Maio, uma da ilha de São Nicolau e por último uma da ilha de Santo Antão. Convém realçar que na história da migração cabo-verdiana desde sempre os nativos da ilha de Santiago¹⁷, escolhem Portugal como destino. Como refere Mendes (2008: 48), “cada ilha tem, tendencialmente, um destino migratório particular. A emigração cabo-verdiana para os Estados Unidos teve o seu início, basicamente, a partir das ilhas da Brava e Fogo. Para Itália, a ilha de origem da maioria dos imigrantes cabo-verdianos é a de Santo Antão. Para o continente português, o fluxo migratório cabo-verdiano é sustentado por indivíduos provenientes, sobretudo, da ilha de Santiago”.

Quanto ao local de residência actual, como já tinha sido referido, todas as entrevistadas residem no concelho de Amadora. No que se refere à freguesia de residência, quatro das entrevistadas residem na Buraca, duas na Damaia, duas na Reboleira, uma na Falagueira e uma em Alfovelos.

Em relação ao nível de escolaridade, as características da amostra exibem a preeminência de mulheres com ensino primário. Com isso pode-se concluir que o nível de escolaridade das entrevistadas é relativamente baixo, pois apenas uma encontra-se a frequentar o ensino superior. Convém realçar que das dez mães entrevistadas apenas uma prosseguiu com os estudos, sendo a única que concluiu o ensino secundário no país de origem. Ela (Patrícia) desenvolveu este percurso migratório apenas com o propósito de estudar. Ainda a partir da tabela nº 1 pode-se verificar que quanto maior é a idade das entrevistadas menor é o nível de instrução, com excepção do caso da Maria.

Relativamente ao número de filhos por mãe entrevistada, convém sublinhar que varia entre 1 a 5 filhos. No entanto, nem todos os filhos residem com a mãe em Portugal, encontrando-se em Cabo Verde, principalmente sob a responsabilidade dos avós maternos.

¹⁷ Das nove ilhas habitadas, a ilha de Santiago foi a primeira a ser povoada e nela reside metade da população cabo-verdiana. De acordo com a projecção feita pelo INE para o ano 2010, do total da população de Cabo Verde (525.310 habitantes), cerca de 299.920 habitantes residiria na ilha de Santiago.

CAPÍTULO VII - VIVÊNCIAS E PERCURSOS MIGRATÓRIOS DAS MÃES SOLTEIRAS CABO-VERDIANAS EM PORTUGAL

Da fase da delimitação da metodologia passa-se para a fase da análise empírica. Este capítulo encontra-se estruturado em seis secções. Na primeira secção apresenta-se a situação das entrevistadas anterior à emigração, seguida pela segunda secção em que será abordada a situação das entrevistadas numa fase posterior à emigração. Seguidamente, na terceira secção, encontra-se uma síntese das histórias de vida e do percurso migratório das entrevistadas e finalmente, na quarta secção, será exposta uma síntese das entrevistas informais realizadas com algumas crianças em Cabo Verde cujas mães se encontram migradas e algumas pessoas é que ficaram responsáveis por elas quando as mães migraram.

7.1. Situação das entrevistadas anterior à emigração

Não é possível compreender a vivência e o processo de integração das mulheres entrevistadas se descuramos a situação em que elas viviam no país de origem. Ao analisar-se a situação, ou seja, a vivência dessas mulheres anterior ao processo migratório, pode-se verificar que a própria situação em que viviam desencadeou a emigração.

7.1.1. Situação económica/profissional

As mulheres entrevistadas consideram que possuíam baixas condições de vida no país de origem, antes de emigrarem. De facto, pode-se verificar na tabela nº 1 que a maioria das entrevistadas encontrava-se desempregada (sete) e apenas três delas exerciam uma actividade profissional antes de virem para Portugal. As entrevistadas que se encontravam empregadas auferiam de remunerações extremamente baixas no país de origem, ordenados muito inferiores ao que obtêm actualmente. No entanto, este facto não implica que todas elas estejam satisfeitas com as condições salariais actuais. No que concerne ao tipo de actividade em que desempenhavam antes de emigrarem, convém sublinhar que a maioria das mães entrevistadas trabalhava no comércio informal ou como empregada doméstica.

«Eu era empregada doméstica. Trabalhava o dia inteiro, lavava, passava, cozinhava, cuidava da casa e das crianças, para receber uma miséria no final de mês. Apesar de ser muito pouco, conseguia com este salário dar aos meus

filhos o básico (comida, roupa, estudo). Sentia-me triste quando os meus filhos diziam “mamã quero isso quero aquilo”. São cinco, os mais crescidos entendiam que não tinha como dar aquilo que queriam, mas os mais pequenos não compreendiam. Sabes como é que é? Por isso pedi emprestado, pedi aos meus familiares, poupei para conseguir pagar para vir aqui, para poder dar uma vida melhor aos meus filhos (...).».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Eu era doméstica e vivia na casa dos meus pais. Cuidava da casa, dos animais, ajudava o meu pai no campo, cozinhava, lavava, apanhava água, etc. Conseguia um dinheirinho porque criava animais e vendia. Era chato porque dependia muito dos meus pais e dos meus irmãos que estavam emigrados. Já não dava porque mal conseguia dar aos meus filhos o que precisavam, por isso, deixei os meus filhos com os meus pais e emigrei».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Empregada? Quem me dera. Eu era vendedeira ambulante. Comprava e revendia mercadorias chinesas (roupa, sapatos, entre outros). Andava de porta em porta, expondo ao sol, chuva, vento para vender as mercadorias».

[Extracto da entrevista com a Natália]

A insatisfação em relação às condições de vida no país de origem foi enunciada com frequência pelas entrevistadas. Nenhuma delas estava satisfeita com a situação em que se encontrava em Cabo Verde. A insatisfação sentida por essas mulheres relaciona-se particularmente com as condições económicas/financeiras.

«Trabalhava durante um mês e ganhava o equivalente a 90 euros, com este salário pagava as despesas escolares dos meus filhos, casa, alimentação, vestuário, enfim, tinha que dar para tudo. Nem sei como conseguia gerir aquela miséria de salário [risos], não sei mesmo».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Para sobreviver e dar de comer aos meus filhos arriscava a minha vida na apanha de areia no mar. Por ser uma actividade proibida pela lei, os militares fiscalizavam as praias, por isso tínhamos que correr para não sermos apanhadas. Mesmo assim arriscávamos porque não tínhamos trabalho e os nossos filhos precisam de comer, ir à escola...Caí uma vez [risos] ao evitar que fosse apanhada e estive alguns dias sem trabalhar. Era uma vida dura mas não havia outra alternativa, tinha de ser, é a vida».

[Extracto da entrevista com a Maria]

Quando questionada sobre a situação económica no país de origem, a partir dos relatos das entrevistadas, pode-se constatar que elas dispunham de poucas ou nenhuma condições económicas. Algumas dependiam do apoio dos familiares, sobretudo dos familiares que se encontram migrados.

«Não posso falar de condições económicas, porque não tinha nenhuma. Os meus pais é que pagavam tudo. Eu era dependente deles. Imagina com um filho e a depender das pessoas, é muito chato não é?».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«A minha situação económica em Cabo Verde era péssima. Trabalhava das 07:30 às 18:00 para receber 10 mil escudos (equivalente a 100 euros). Nem sei como conseguia gerir aquele salário. Antes de receber já tinha feito dívidas que ultrapassavam o salário que usufruía. Era uma miséria mesmo, mas tinha muita esperança de que um dia a vida ia mudar para melhor. Nada sobrava do meu salário, não sabia o que era poupança, porque não tinha nada para poupar [Risos]. A não ser deixar de comer e pagar as dívidas para poupar».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«A minha situação económica não era nada boa, batalhava muito para conseguir um pão para comer todos os dias. Não sobrava nada. A vida que eu levava era dura e cansativa. Andava de um lado para outro com alguidar sobre a cabeça a vender peixe debaixo de sol, vento e chuva para conseguir dar aos meus filhos o básico».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

A situação laboral condicionou a situação económica da maioria das entrevistadas. No entanto, o suporte económico nem sempre é proveniente do trabalho desempenhado por essas mulheres, como é o caso, de algumas pessoas em Cabo Verde que contam exclusivamente com o apoio financeiro dos familiares migrados, isto é, com as remessas dos emigrantes. Como salientam Góis e Marques (2008:94), as remessas dos emigrantes têm constituído um factor muito importante para o equilíbrio da economia de muitas famílias em Cabo Verde.

7.1.2. Condições habitacionais

As condições económicas reflectem-se nas condições habitacionais dos indivíduos, quando são nulas ou limitadas, as condições habitacionais tendem a ser mínimas. No que concerne às condições habitacionais das entrevistadas, convém salientar que a maioria delas não tinha casa própria, viviam com os pais (é o caso da Ana, Patrícia, Maria e Liliana) ou casa alugada (é o caso da Augusta, Albertina, Domingas e Paula) e as restantes entrevistadas (Catarina e Natália) dispunham de casa própria. Tanto aquelas que residiam em casa própria como as que residiam em casa de aluguer manifestavam-se pouco satisfeitas com as condições habitacionais que tinham, uma vez que as casas estavam em condições pouco agradáveis e algumas não possuíam saneamento básico (água, electricidade, etc.).

«Antes vivia com os meus pais. Não dava para viver na casa deles a vida toda, mas quando vivia com eles as coisas eram mais simples. Com dois filhos tinha de procurar o meu cantinho não é? Eu e a minha irmã decidimos alugar uma pequena casa e dividir as despesas porque a vida não estava fácil. Ela tem dois filhos. A nossa casa tinha apenas dois quartos, uma cozinha e uma casa de banho. Não tinha água canalizada, por isso tínhamos que levantar todos os dias bem cedo antes de irmos trabalhar para apanhar água no chafariz».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«A minha casa é casa de pobre, [risos] mas pelo menos já não pagava aluguer. É bastante pequena, não tem luz nem água canalizada. [onde adquiriam água?] Apanhava água no chafariz, todos os dias de manhã, eu e os meus filhos. Mas se Deus quiser quando eu regressar construirei mais quartos e irei colocar luz e água».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«Eu sou natural do concelho de Santa Catarina, interior da ilha de Santiago, mas vivia na capital do país, no “Tira Chapéu”, um dos bairros periféricos da capital e muito pobre. A habitação onde vivia era alugada, não tinha mínimas condições, sem saneamento básico, tinha um quarto e uma cozinha. Lá vivia com os meus filhos».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Eu não tinha casa própria nem alugada, vivia com os meus pais. A casa era modesta, mas não tínhamos condições financeiras para ter uma casa melhor. Era uma casa antiga, não tinha electricidade, não tinha água, nem estava revestido de reboco. Era muito fria e situava-se numa zona montanhosa».

[Extracto da entrevista com a Paula]

7.1.3. Situação familiar

A maioria das entrevistadas foi mãe muito cedo, algumas (caso da Ana, Liliana, Albertina e Catarina) foram mães ainda menores de idade¹⁸, isto é, antes dos dezoito anos. A relação com os pais das crianças é na maioria dos casos, inexistente e os pais dos seus filhos não se responsabilizam pela educação dos mesmos, obrigando-as a assumir a responsabilidade de educação dos filhos sozinhas.

«Engravidei aos 17 anos, o pai do meu filho tinha na altura 26 anos e tinha uma outra família, a minha mãe e os meus familiares ficaram durante muito tempo zangados comigo. [Porquê?] Pelo facto do pai do meu filho não se responsabilizar pela educação dele. Com o passar do tempo acabaram por aceitar a situação».

¹⁸ Actualmente em Cabo Verde a taxa de gravidez precoce está a volta dos 15%. A ilha de Santo Antão tem a mais alta taxa de gravidez precoce do país.

«O pai do meu filho reagiu mal com o nascimento da criança porque já tinha uma família, o que poderia gerar conflitos com a minha família e com a outra mulher. [E tu como reagiste?] Fiquei desorientada com muito medo e muita vergonha dos meus pais, familiares e colegas. Eu era na altura estudante e menor de idade. As pessoas criticam muito e os pais às vezes chegam a bater, a pôr para fora de casa, etc. A relação com o pai do meu filho é quase nula, depois do nascimento do meu filho cheguei a falar com ele duas vezes, primeiro para comunicar o nascimento do meu filho e depois para registar a criança».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Engravidei aos 16 anos. O pai da minha filha era mais velho do que eu, tinha 21 anos. Tanto eu como ele ficamos com muito medo da reacção das pessoas e sobretudo dos nossos pais. Mas para os rapazes as coisas são bem diferentes. Não são expulsos de casa, não têm a necessidade de deixar os estudos, e nem sempre sentem a responsabilidade de cuidar dos filhos como as raparigas».

«O pai da minha filha inicialmente ajudava na educação da criança mas dois anos depois acabamos por terminar a relação e ele deixou de apoiar e a responsabilidade ficou a cargo exclusivo dos meus pais. Quando decidi trazer a minha filha ele arranjou muitos problemas porque não queria, mas acabou por dar a autorização para trazê-la».

[Extracto da entrevista com a Liliana]

«Tive o meu primeiro filho com 20 anos. Os meus pais ficaram zangados porque nunca imaginaram ter uma filha mãe solteira a viver com eles. Eles sempre imaginavam o dia em que me viam entrar numa igreja de véu e grinalda. Mas a vida nem sempre é como sonhamos».

«Tive filhos com dois homens. Com o primeiro tive dois filhos e quando tive o primeiro filho ele ajudava muito, mas no segundo nos abandonou aos poucos. Olha sinceramente não gosto de falar das minhas relações, só me trazem más recordações».

[Extracto da entrevista com a Paula]

A família ocupa um lugar de destaque na cultura cabo-verdiana. A partir dos depoimentos das entrevistadas pode-se verificar a importância que a família desempenha nas suas vidas.

«A minha situação familiar era boa, apesar de não ter uma presença masculina em casa, isto é, um marido ou um companheiro, éramos felizes e ajudávamos uns aos outros. Para além disso, contava com o apoio da minha família e sobretudo da minha irmã que era também a minha vizinha».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

«A situação familiar era razoável. Vivia eu e os meus filhos. Os meus pais e restantes familiares residem no interior da ilha de Santiago. Íamos visitá-los de quinze em quinze dias. Não dava para ir todas as semanas. Mas dávamos muito bem».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

7.1.4. Redes de apoio

Quando questionadas sobre as redes de apoio no país de origem, apurou-se que a rede familiar é a mais evidenciada pelas entrevistadas, seguido dos amigos e dos vizinhos. Todas as entrevistadas contavam com o apoio dos familiares, amigos, vizinhos no país de origem e esse apoio foi importante na decisão de emigrar, pois para emigrar precisavam de pessoas que se disponibilizassem para ficar com os seus filhos.

«Os meus familiares, amigos, vizinhos são para mim a melhor rede de apoio que possa existir».

[Extracto da entrevista com a Maria]

«Tenho uma família muito unida, amigos e vizinhos. Lá em Cabo Verde, sobretudo no meio rural as pessoas são muito solidárias, os vizinhos são prestativos em todas as situações, na alegria (festas de casamento, baptizado), na tristeza (doença e morte), etc. É muito bom ter esta rede de apoio».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Em Cabo Verde todos têm uma rede de apoio. Lá as pessoas, particularmente no meio rural, apoiam-se mutuamente de várias formas. Se precisas sair os vizinhos tomam conta dos nossos filhos, se não tens de comer os vizinhos oferecem e os familiares ajudam financeiramente, principalmente os que se encontram migrados. Mas aqui as coisas são diferentes, apesar de encontrares redes semelhantes nalguns bairros onde existem muitos imigrantes, como na Buraca por exemplo».

[Extracto da entrevista com a Paula]

7.2. Situação das entrevistadas posterior à emigração

7.2.1. Razões da emigração

Para todas as mães entrevistadas, Portugal foi desde o início do projecto migratório o único país de destino, no entanto, algumas passaram por outros países para chegar a Portugal, como é o caso da entrevistada Domingas, para quem a França constituiu um país de trânsito. Apenas a entrevistada Liliana tenciona migrar para outro país. Liliana refere: «*Assim que eu conseguir a nacionalidade vou viver na França. Lá tenho a minha irmã, tias, primos*».

As dez mães entrevistadas vieram para Portugal da sua ilha de origem e a emigração para Portugal constituiu a primeira saída dessas mulheres do país de origem.

A trajetória migratória dessas mulheres tem como suporte uma grande expectativa de melhorar as condições de vida e vir a prestar apoio aos familiares no país de origem. As motivações para a migração não são distintas entre as entrevistadas. Com exceção de uma entrevistada que veio para Portugal com o propósito de continuar os estudos, as demais apontam o trabalho/emprego como principal motivo. A partir dessas informações pode-se concluir que o factor económico constitui a principal razão que desencadeou a decisão de emigrar por parte dessas mulheres, contrariando a tendência habitual em que as mulheres emigram no quadro do reagrupamento familiar.

A partir dos relatos das entrevistadas pode-se verificar que em todos os casos, com exceção da entrevistada Patrícia, a emigração aparece como uma fuga à pobreza, à situação de precariedade em que se encontravam no país de origem. Por outro lado, surge como uma oportunidade para melhorar as condições de vida.

«Com quatro filhos, sem emprego, sem ajuda dos pais dos meus filhos, decidi deixar os meus filhos com a minha mãe e emigrar para garantir uma vida melhor para eles (...). Por mais que seja duro, o trabalho aqui, compensa porque pelo menos agora posso ajudar a minha mãe e dar-lhe uma vida melhor, escola aos meus filhos, para não ficarem como eu que não estudei e tive que trabalhar duro».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«O único motivo da minha vinda para cá é a busca de melhores condições de vida, melhores condições de trabalho e melhores condições salariais. O salário que eu ganhava não dava para viver, era apenas um meio de sobrevivência».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Emigrei para escapar da vida de miséria que levava. Vim à procura de melhores condições de vida e trabalhar».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

De acordo com Mendes (2008: 47), a forma como se processa um movimento migratório é um indicador privilegiado para se perceber as várias dinâmicas e estratégias diferenciadas adoptadas pelos indivíduos migrantes. As razões das migrações condicionam muito a forma como se concretizam.

Coloca-se a questão: *porque essas mulheres escolheram emigrar para Portugal e não para outros países?* Na verdade, a escolha de Portugal como país de destino não é um factor isolado. Para a maioria das mulheres entrevistadas a escolha de Portugal está relacionado ao facto de ser um país onde a comunidade cabo-verdiana é numericamente mais representativa. Outros factores motivacionais a ter em conta são: a influência dos familiares residentes em Portugal; a possibilidade de poder contar com o apoio dos familiares e amigos

residentes em Portugal e a língua que consideram mais fácil, pois as entrevistadas são nativas de um país onde o português é a língua oficial, apesar da língua materna (crioulo) ser a mais utilizada.

«Olha, escolhi Portugal porque aqui tenho alguns familiares e amigos, que me incentivaram a emigrar e sabia que podiam me ajudar logo que chegasse em termos de alojamento, trabalho, etc. Acho que é mais fácil adaptar num país onde conheces pessoas, tens amigos, familiares, falas e compreendes minimamente a língua desse país».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Portugal era o único país que poderia emigrar na altura porque tinha alguns contactos. Não arriscaria emigrar para um país onde não tenha amigos ou familiares que poderiam me acolher. Ainda mais a língua é mais fácil de compreender. Não falava bem, mas compreendia razoavelmente o Português».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«Portugal tem mais cabo-verdianos, aqui sempre temos um conhecido, um familiar ou um amigo para nos apoiar no início. Porque sem ajuda é difícil estabelecer-se num país desconhecido».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

É de salientar que o maior número de emigrantes de origem cabo-verdiana residentes em Portugal é proveniente da ilha de Santiago, que é igualmente a ilha de origem da maioria das entrevistadas. Desta feita, os imigrantes provenientes da ilha de Santiago têm forte rede de apoio em Portugal, constituído sobretudo pelos familiares.

7.2.2. Redes migratórias

Todas as entrevistadas emigraram sozinhas para Portugal. No entanto, todas elas afirmam ter familiares residentes em Portugal e já tinham uma ideia vaga do país, mas o seu retrato real (políticas da imigração, leis, condições de integração no mercado de trabalho, direitos e deveres do imigrante, etc.) nem sempre é do conhecimento das pessoas que decidem emigrar. As expectativas iniciais em relação ao país de acolhimento são muitas, entretanto, o que encontram nem sempre corresponde às expectativas iniciais dos migrantes. Desta feita, elas enfrentam inúmeras dificuldades de integração social, laboral, sobretudo, no período inicial de adaptação.

«Antes de vir para Portugal pensava que era tudo fácil, no entanto, as coisas foram bastante difíceis para mim. Estive aqui quatro anos sem documentos, por isso tive dificuldades em encontrar um emprego melhor remunerado e com contrato. Mas o que me deixava mais triste é o facto de ficar longe dos meus filhos durante todo esse tempo e sem saber quando poderia tê-los aqui comigo».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

A família de origem das mulheres entrevistadas, normalmente, reside em Cabo Verde. Todas as entrevistadas quando vieram para Portugal deixaram os filhos no país de origem. Os filhos ficam sobretudo com os avós maternos que constituem um grande suporte para essas crianças, que, na maioria dos casos, vivem sem a presença e supervisão de nenhum dos progenitores.

«Quando vim para Portugal deixei a minha filha com a minha mãe. Ela é uma boa mãe e gosta muito da minha filha. Sabia que com a minha mãe ela ficaria bem e podia ficar mais tranquila».

[Extracto da entrevista com a Liliana]

«Os meus quatro filhos ficaram separados, três ficaram ao cuidado da minha mãe, que também cuida dos outros netos e o mais pequeno ficou com a minha irmã».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«Ficaram em casa com a minha filha mais velha e sob a supervisão da minha irmã, que é também minha vizinha».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

7.2.3. Situação legal

A expectativa de vir a ter melhores condições de vida leva muitas pessoas a procurar meios para emigrar. No entanto, nem todos os meios utilizados são legais. Questionadas sobre o tipo de documento que possuíam quando entraram no país de destino, com excepção de uma mãe que veio para Portugal com o visto de estudo, a maioria das entrevistadas entrou no país com o visto uniforme (conforme o acordo do Schengen). Convém realçar que são várias as estratégias usadas para conseguir um visto, no entanto, notava-se durante as entrevistas uma certa desconfiança e receio em abordar essa questão.

«Foi difícil conseguir o visto, porque já não estava a estudar por isso não poderia pedir o visto de férias. Mas com a ajuda de algumas pessoas consegui um visto de férias como se fosse uma trabalhadora que queria vir para

Portugal passar férias. [Como conseguiram?] Não sei, a pessoa que me ajudou, tem os seus contactos, não dizem quem são esses contactos nem como fazem para conseguir. [E o que recebem em troca?] O que achas? Dinheiro, claro. [Quantos?] Bom, o que posso dizer é que é uma boa quantia em escudo cabo-verdiano».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Tive que arranjar estratégia para sair do país, não me colocavam visto porque não tinha requisitos para tal, não trabalhava como poderia pedir visto de férias? Por isso alguém me ajudou a sair do país em troca de uma boa quantia, que tive que pedir emprestado. [cerca de quantos euros?] Muitos, cerca de 3000 euros».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

«Só consegui visto numa segunda tentativa. A primeira foi recusada, pois não tinha todos os documentos exigidos, por isso paguei a alguém para me passar esses documentos [quais documentos?] um desses documentos é um contrato de trabalho, para poderem me dar visto de férias, o outro é extracto bancário [como fazem isso?] é só passar o dinheiro para a minha conta e depois de ter o extracto passo o dinheiro para a conta dessa pessoa de novo».

[Extracto da entrevista com a Natália]

Todas as entrevistadas recordam o dia em que chegaram a Portugal, sendo que constitui uma das recordações mais marcantes das suas vidas. O tempo de residência das entrevistadas em Portugal varia entre dois a nove anos, sendo a Paula e a Maria as entrevistadas que encontram-se há mais tempo em Portugal (nove anos) e a Albertina a entrevistada com menos tempo no país (dois anos).

«Resido aqui desde 2001. Recordo com clareza o dia que cheguei aqui, era um dia muito frio e chuvoso. Já passou nove anos. Nem senti o tempo passar».

[Extracto da entrevista com Paula]

«Estou aqui a apenas dois anos. Ainda não me acostumei, aqui tudo é diferente, sobretudo o clima».

[Extracto da entrevista com Albertina]

Quadro nº 6 Situação legal das entrevistadas

Não Legalizadas	Aguarda pela resolução do SEF	Título de residência provisório	Título de residência permanente	Nacionalidade portuguesa
Albertina	Ana	Patrícia Liliana Augusta Natália Domingas Catarina	Paula	Maria

No que concerne ao estatuto legal actual, pode-se verificar no quadro nº 6 que a maioria das entrevistadas (6) têm título de residência provisória, uma tem título de residência permanente, uma tem nacionalidade portuguesa, uma aguarda pela resolução do SEF e uma não tem nenhuma documentação, isto é, encontra-se em situação ilegal.

«Estive três anos e tal sem documento e só agora consegui reunir as condições para o solicitar. No momento estou a aguardar a resolução do SEF, mas estou confiante de que vou ter o meu título de residência provisória em breve. Isso deixa-me um pouco aliviada, porque assim que eu conseguir vou começar a tratar dos documentos necessários para trazer o meu filho».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Hoje, graças ao Pai do Céu, tenho a nacionalidade portuguesa. Nem imaginas como é bom estar legalizada e sobretudo com nacionalidade portuguesa. É um grande alívio não ter de me preocupar com a renovação dos documentos todos os anos. Ter todas as regalias, não ter de aceitar certas situações laborais, [que tipo de situações?] [Risos] trabalho sem contrato, sem nenhuma regalia, sem férias, salários abaixo do normal...».

[Extracto da entrevista com a Maria]

«Infelizmente estou ilegal! Nem gosto de falar nesse assunto, durmo e acordo a pensar nessa situação. Deixa-me triste e angustiada quando sou abordada sobre o assunto. O pior é que nem sei quando vou estar legalizada e poder trazer os meus filhos. O facto de não poder trazer os meus filhos é que deixa-me pior (...).».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

7.2.4. Situação laboral

O estatuto legal dos imigrantes tem uma influência directa no acesso ao emprego, sobretudo ao emprego bem remunerado. Todas as entrevistadas sentiram algumas dificuldades para encontrar trabalho, pois não tinham documentação que as permitisse exercer alguma actividade profissional. Mas com a ajuda dos amigos, conhecidos e sobretudo familiares conseguiram-no. O tempo que demoraram a encontrar trabalho é diverso. De acordo com as informações fornecidas pelas entrevistadas, à excepção de Patrícia que por opção própria começou a trabalhar um ano depois de estar em Portugal, referindo: «*bom, só arranjei trabalho um ano depois de estar aqui. Precisava integrar-me um pouco e adaptar-me ao sistema de ensino português*», em média demoraram três meses a conseguir um trabalho. Algumas entrevistadas conseguiram trabalho em menos de três meses, como é o caso da Ana que com a ajuda da prima conseguiu um emprego na mesma entidade empregadora em menos de dois meses após a sua chegada a Portugal.

«(...) Eu demorei um mês para encontrar trabalho (...). Foi a minha prima que me conseguiu um trabalho (...)».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Estive quatro meses desempregada. Esta situação era bastante complicada. Imagina, eu que sempre batalhei muito encontrar-me sem nenhuma ocupação e a depender dos familiares. Nada agradável mas o que podia fazer?».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

É imprescindível avaliar a inserção das entrevistadas no mercado de trabalho, o tipo de actividade que exercem, o vínculo que possuem com as entidades empregadoras, o salário que usufruem e o grau de satisfação em relação ao trabalho. Como se verifica na tabela nº 1, todas as entrevistadas encontram-se empregadas, no entanto, «(...) o migrante, nos primeiros tempos da imigração, possui um capital social e simbólico muito limitado, que não lhe permite “grandes expedientes” noutros sectores de actividade» (Mendes, 2008: 55), que não seja o sector de limpeza e restauração, etc., como são o caso das mulheres abrangidas no estudo.

As entrevistadas distribuem-se fundamentalmente pelos seguintes sectores de actividade: empregada de limpeza, empregada doméstica, restauração e assistente de loja. O trabalho que executam nem sempre é estável e para algumas delas é apenas um meio de sobrevivência.

«Continuo a trabalhar na limpeza, é o que aparece, se tivesse estudado seria bem diferente. Hoje lamento muito por não ter continuado os estudos. Quando vejo os meus antigos colegas, actualmente alunos universitários, fico triste. Demorei muito para adaptar-me às duras e longas horas de trabalho,

sabendo que poderia estar a estudar, mas quando lembro-me que tenho uma filha para sustentar fico mais animada».

[Extracto da entrevista com a Liliana]

«Do salário que eu ganho pouco sobra. Pago as despesas da casa, renda, luz, água, alimentação ... e ocasionalmente envio dinheiro para a minha família em Cabo Verde. Não muito, mas ajuda um pouco».

[Extracto da entrevista com a Natália]

Existe uma forte relação entre o nível de instrução e a actividade profissional. O baixo nível de instrução das mulheres entrevistadas reflecte-se directamente no acesso ao emprego. Para as entrevistadas é importante ter habilitações compatíveis com as exigências do mercado de trabalho, no entanto, com a excepção da Patrícia, nenhuma entrevistada demonstrou interesse em continuar os estudos. A justificação dessas mulheres por não terem prosseguido com os estudos no país de acolhimento é pouco distinta.

«Estudar? [o que a impede?] Agora a minha cabeça não dá para essas coisas. Agora quero trabalhar e dar aos meus filhos escola, para terem um vida melhor do que eu. Mas também mesmo se quisesse não podia, não tenho tempo. Trabalho o dia todo, mal encontro tempo para alimentar-me em condições».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Claro que gostaria de estudar, mas como? Não posso dar-me ao luxo de deixar de trabalhar para estudar porque tenho um filho em Cabo Verde para sustentar. Se fosse hoje não teria filho tão cedo. Ficar a trabalhar nessas condições enquanto as minhas colegas estudam. É triste mesmo, imagina, poderia estar a estudar para ter uma vida diferente. Mas o quê se pode fazer agora? É a vida, não é?».

[Extracto da entrevista com a Ana]

Ao analisar o vínculo contratual verifica-se que metade das mães entrevistadas (5) têm um contrato trabalho a prazo, três trabalham sem nenhum contrato de trabalho e apenas duas estão efectivas. Com o intuito de aferir até que ponto o estatuto legal das entrevistadas influencia no tipo de contrato, cruzou-se as variáveis «estatuto legal» e «tipo de contrato». A partir dos relatos das entrevistadas pode-se verificar que as que não têm nenhuma documentação trabalham sem nenhum contrato, enquanto, as que têm título de residência provisório ou nacionalidade portuguesa enquadram-se no contrato a prazo ou estão efectivas.

«Tenho contrato a prazo. Às vezes renovam-nos o contrato outras vezes mandam-nos para o fundo de desemprego».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«Não tenho nenhum contrato porque não tenho documento. Muitos com documento não têm contrato, imagina se vão fazer contrato de trabalho a uma pessoa ilegal».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

«Não tenho contrato de trabalho. Não me fizeram contrato porque ainda não tenho documento, estou a aguardar pela resolução do SEF. É complicado trabalhar sem contrato, mas seria pior estar sem trabalho. Nós desenrascamos, temos que arranjar estratégias para safarmos, nem sempre é correcto, mas também estar sem trabalho a passar dificuldades não é melhor».

[Extracto da entrevista com a Ana]

Ao analisar o grau de satisfação das entrevistadas em relação ao trabalho que executam com o estatuto actual em Portugal, verificou-se que as que estavam ilegais, isto é, as que não têm nenhuma documentação declaram-se menos satisfeitas com o trabalho que exercem, apesar de encontrarmos algumas entrevistadas com contrato que manifestaram a sua insatisfação com o trabalho, por motivos salariais, condições de trabalho, entre outros factores.

«Eu estou pouco satisfeita com o trabalho que desempenho, mas pelo menos consegui ter uma vida independente e ajudar na educação do meu filho. [Porque se sente pouco satisfeita com o trabalho que desempenha?] Acho que ninguém gostaria de passar o dia todo a limpar o chão, trabalhar sem contrato e ser explorada porque não tem documento. Além disso os salários que ganhamos são muito inferiores ao esforço que fazemos. Eu faço isso porque não tenho habilitação suficiente para desempenhar outro tipo de trabalho».

[Extracto da entrevista com a Ana]

A documentação que possibilita executar tarefas com contrato de trabalho e benefícios sociais, obriga essas mulheres a aceitarem trabalhos em sectores laborais vulneráveis, em condições precárias, sujeitas a exploração laboral, usufruindo salários baixos, sem contrato e conseqüentemente sem oportunidade de serem inscritas na segurança social.

«A minha primeira ocupação foi empregada interna numa casa de família. [Como foi a sua experiência como empregada interna?] Olha nem gosto de lembrar dessa experiência, porque não foi boa. Quando trabalhava como interna, fui humilhada até por crianças. Uma vez o filho da patroa deitou as coisas no chão propositadamente e mandei-o apanhar. Sabes o que a criança me disse? Apanha, empregada não sou eu, tu és paga para isso. Como não tinha escolha tive que suportar aquilo».

[Extracto da entrevista com a Ana]

A insatisfação com o trabalho relaciona-se também com o número de horas de trabalho. Algumas entrevistadas trabalham várias horas por dia e a maioria delas não trabalha num único lugar, têm mais do que um trabalho. Como é o caso da entrevistada Paula que faz sete horas de manhã (das 06h00 às 13h00) num lugar e mais quatro horas à noite (das 19h00 até às 23h00) num outro, totalizando onze horas de trabalho por dia. Apesar de algumas não se sentirem satisfeitas com a situação laboral, em nenhum momento mostraram-se arrependidas por terem emigrado. Dos seus discursos é possível aferir que encontram-se satisfeitas, mesmo trabalhando nestas condições, conseguiram melhorar as suas condições de vida e proporcionar uma vida melhor aos filhos.

«Trabalho na limpeza. Levanto às 05:30 horas para fazer sete horas de trabalho. À noite faço mais quatro horas num supermercado e saio às 23 horas. Fico com muito medo de estar na rua até essa hora, mas tem de ser, é a vida não é? Se não for assim não consigo dar uma vida melhor aos meus filhos e aos meus pais em Cabo Verde que já estão velhinhos».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Não estou nada satisfeita. Não tenho contrato, não tenho férias, mas faço de tudo para permanecer neste trabalho uma vez que não reúno as condições para procurar um outro. Seria pior se não estivesse a trabalhar e não pudesse enviar dinheiro aos meus pais para os gastos com os meus três filhos que se encontram em Cabo Verde sob a responsabilidade deles».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

«Satisfeita com o trabalho não estou, mas sim conformada, porque a vida não está fácil aqui. Quando cheguei aqui as coisas eram bem melhores».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«Não estou nem satisfeita nem insatisfeita. O meu trabalho é muito cansativo e trabalho muitas horas. Mas mesmo assim consegui melhorar a minha vida. Estar desempregada é pior».

[Extracto da entrevista com a Liliana]

7.2.5. Situação habitacional

A nível habitacional todas as entrevistadas afirmam que ficaram em casa de familiares ou amigos quando chegaram a Portugal. Algumas entrevistadas habitavam inicialmente em barracas, em casas degradadas sem mínimas condições e em casas partilhadas com amigos e familiares que em alguns casos estavam sobrelotadas. Entretanto, depois de algum tempo mudaram para outras casas com melhores condições habitacionais.

«Vivo numa casa alugada, antes vivia com a minha irmã na Buraca, a casa era péssima, não dava para continuar, saí de lá mesmo antes de os meus filhos virem para Portugal».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«Quando cheguei aqui vivia numa casa perto daqui com uma amiga, lá não pagava renda, apenas partilhávamos os gastos, mas não tinha nenhuma condições e também com quatro filhos precisava de ter um espaço para os ter aqui. Não é grande coisa, mas é só nosso (...)

[Extracto da entrevista com a Paula]

Dado que as entrevistas foram realizadas nas respectivas casas das entrevistadas constatou-se as más condições em que se encontram as habitações de algumas entrevistadas.

A maioria das entrevistadas, designadamente a Patrícia, a Liliana, a Augusta, a Natália, a Catarina e a Paula habitam em casas arrendadas. Ana vive em casa de um familiar (tia), Albertina vive num quarto arrendado, enquanto as duas mães (Domingas e Maria) habitam em casa própria. Entretanto, ambas as habitações foram construídas há muitos anos de forma clandestina, podendo vir a ser demolidas e requalificadas pelas autarquias e cedidas a essas mães casas em bairros de habitações sociais. Apesar das condições habitacionais não serem boas, essas duas mães não manifestaram desejo de saírem desses bairros.

«As minhas condições habitacionais são precárias, mas damos um “jeitinho”, ali e acolá e vivemos dentro das nossas possibilidades. Mas aqui temos uma vizinhança solidária, sentimos como se estivéssemos no nosso país, por isso não quero ir viver para outro sítio. Já estou acostumada, foram muitos anos de convivência. Tudo isso faz parte da nossa história de vida, nem sempre boa, mas é a nossa história».

[Extracto da entrevista com a Maria]

A maioria das entrevistadas habitou em Portugal em mais do que uma casa. Apesar de se verificar melhoria das condições habitacionais, a maioria delas não possui boas condições, contudo algumas entrevistadas pensam em procurar casas com melhores condições.

A casa onde habito já é velha, não tem as mínimas condições e tem problemas de infiltração. Mas no momento não tenho condições de arrendar uma melhor porque são mais caras. Quando cheguei aqui vivia com uma prima, depois fui dividir uma casa com uma conhecida, mas como pretendia trazer os meus filhos tive de procurar uma casa só para nós.

[Extracto da entrevista com Catarina]

As condições da casa são mesmo más. Muito velha, sem condições, mas pretendo mudar-me daqui a alguns meses. Estou à procura de uma casa com melhores condições e mais barata.

[Extracto da entrevista com Augusta]

A partir dos relatos das entrevistadas pode-se verificar que as mães que possuem casa própria, são as que se encontram no país há mais tempo, como é o caso da entrevistada Domingas (oito anos em Portugal) e da entrevistada Maria (nove anos em Portugal).

Quanto às entrevistadas que residem em habitações arrendadas, a renda mensal da habitação onde residem vai dos 150 euros (caso da Patrícia que partilha a casa com mais três alunas cabo-verdianas e da Albertina que vive num quarto) aos 300 euros.

«Pago 300 euros de renda. Além disso, pago as despesas todas. Do salário que ganho não sobra nada. Tenho que gerir bem para chegar».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

O número de residentes com quem as entrevistadas partilham o espaço onde habitam varia entre dois a cinco indivíduos. Se cruzarmos as variáveis, número de divisões e número de residentes, no espaço habitacional onde as entrevistadas residem, pode-se verificar que os espaços são limitados para o número de residentes, no entanto, algumas entrevistadas arranjam estratégias para solucionar o problema, como é o caso da Paula.

«A casa tem apenas dois quartos, tem uma sala que separei com aquelas placas de madeira e fiz uma parte quarto e outra sala, tem também uma cozinha e uma casa de banho, lá vivem cinco pessoas».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«A casa é composta por dois quartos, num fica os meus três filhos, no outro fico eu e a minha filha e na sala dorme numa cama móvel o meu filho mais velho. É chato ter que tirar a cama todos os dias, mas não tenho como arranjar uma casa maior, o meu salário é pouco e nós temos de desenrascar».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

A casa tem um quarto, uma pequena cozinha, uma sala bem pequena e uma casa de banho. Somos três, eu, a minha filha e a minha prima que se encontra aqui a fazer um curso.

[Extracto da entrevista com a Liliana]

Em forma de síntese, pode-se concluir que a maioria das entrevistadas não reúne boas condições habitacionais, encontrando-se algumas habitações parcialmente degradadas, no entanto, as entrevistadas manifestaram o interesse em melhorar as condições habitacionais, apesar de garantirem que não dispõem de condições financeiras suficientes para melhorá-las.

7.2.6. Situação familiar

Inicialmente, as mulheres cabo-verdianas que chegavam ao país de destino, neste caso Portugal, acompanhavam os seus maridos/companheiros, segundo processos de reunificação familiar. No entanto, «muitas mulheres cabo-verdianas chegavam sozinhas, muitas delas constituindo famílias monoparentais e tendo que sustentar os filhos sozinhos» (Sertório e Pereira *in* Miranda, 2009: 36), deixando os filhos ao cuidado de parentes, preferencialmente os avós maternos, e em alguns casos ao cuidado dos irmãos mais velhos, muitas vezes em idade escolar, sem a presença e supervisão de nenhum dos progenitores. Quando acontece situações em que os filhos menores ficam ao cuidado dos irmãos, estes enfrentam uma série de dificuldades, uma vez que têm que conciliar os estudos e os trabalhos domésticos.

A separação das mães em relação aos filhos constitui uma preocupação para as mães que chegam ao país de destino, que têm como perspectiva mandar vir os filhos o quanto antes. Habitarem-se a viver separadas dos filhos constitui uma das várias dificuldades enfrentadas pelas mães entrevistadas e a busca de condições necessárias para conseguir trazer os filhos de Cabo Verde nem sempre é fácil.

«Chorei muito por ter deixado os meus filhos e por não saber quando os poderia ver. Com muita esperança e coragem consegui trazer os meus filhos. O meu filho mais pequeno já não me reconhecia e nem me chamava de mãe. Foi muito duro, mas hoje considero-me uma mulher feliz».

«Trabalhei muito, nem imaginas. Tinha que reunir as condições necessárias para poderem aceitar que trouxesse os meus filhos. Passei de tudo, foi muito duro, muito duro. [Emocionada Maria não resiste e chora]. Hoje posso dizer que sou uma mulher feliz porque graças a Deus tenho comigo os meus filhos. Todos encontram-se na escola e faço de tudo para continuarem a estudar para que nunca passem pelas dificuldades que passei na vida (...)

[Extracto da entrevista com a Maria]

«Infelizmente não pude trazer os meus filhos. Ainda não reúno as condições para trazê-los. Nem documentos tenho, como posso mandar buscá-los? Se não fosse pelos meus filhos já tinha perdido a esperança».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

Com excepção da Patrícia que veio para Portugal apenas com o propósito de continuar os estudos, as demais mães abrangidas no estudo já tinham a intenção de mandar vir os filhos mesmo antes de emigrarem. No entanto, nem todas as entrevistadas conseguiram trazê-los, uma vez que não reúnem as condições exigidas para tal.

O facto de algumas entrevistadas estarem separadas dos filhos reflecte-se fortemente na sua integração em Portugal. Para a maioria das entrevistadas, a saudade, as preocupações com os filhos, a solidão não lhes permite sentirem-se integradas na sociedade de acolhimento.

«Não tenho palavras para expressar o sentimento de uma mãe que deixa os filhos para viver num país desconhecido. É muita tristeza, preocupação e solidão. No início fiquei deprimida de tanta tristeza e saudade dos meus filhos. Não passeava, não divertia-me e dificilmente ria. Com o passar do tempo confortei-me, mas foi bastante complicado».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«Nossa senhora é muita tristeza e preocupação. Nunca imaginava que seria tão difícil estar separada dos meus filhos. Nem queiras saber, mesmo que eu te diga nunca poderás perceber exactamente o que uma mãe sente ao separar-se de um filho, só sentindo na pele mesmo».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Ter que deixar os filhos sozinhos, apesar de estarem sob a supervisão da minha irmã, que era ao mesmo tempo a minha vizinha, foi uma das decisões mais difíceis que já tomei até agora. Culpei-me muito por ter deixado os meus filhos, mas por outro lado, senti força para suportar as tristezas, as saudades e dedicar-me ao trabalho com a expectativa de vir a proporcionar aos meus filhos melhores condições de vida e garantir um curso superior à minha filha mais velha que tanto o deseja».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

As mães solteiras imigrantes com filhos menores enfrentam algumas dificuldades em conciliar o trabalho com a vida familiar, pois não têm com quem deixar os filhos, uma vez que saem cedo para trabalhar e os familiares e amigos também têm os seus compromissos.

«(...) Estar aqui com filhos menores é complicado, porque começo a trabalhar cedo. Tenho que conciliar sozinha o trabalho com a família. Mal encontro tempo para cuidar dos meus filhos e saber como se encontram na escola. As pessoas não podem ajudar porque também saem para trabalhar, então, temos de organizar-nos bem para poder conciliar as duas coisas».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

Todas as entrevistadas mantêm contactos com o país de origem. A maioria dos contactos efectuados é feita por telefone. Apesar da existência de outros meios de comunicação, como por exemplo a internet, que constitui um dos meios de comunicação mais utilizado na actualidade, com excepção de uma entrevistada (Patrícia), as demais nunca utilizaram este meio de comunicação para estabelecerem contactos com os familiares, amigos e conhecidos no país de origem.

«Comunico com os meus familiares e amigos sempre. Em geral, uso a internet para falar com os meus amigos, mas também telefono para falar com a minha filha e com os meus pais».

[Extracto da entrevista com a Patrícia]

«Os meus filhos falam com os amigos pelo computador, acho que é internet, mas eu não sei usar essas coisas. Eu falo com os meus familiares sempre que posso, mas pelo telefone».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

Todas as entrevistadas enviam dinheiro para Cabo Verde para apoiar os familiares, pagar dívidas, investir na compra de terrenos, construção de habitações, depositar no banco, entre outros.

«Não dá para enviar sempre, mas de vez em quando envio dinheiro e também outros artigos, como roupas e sapatos aos meus familiares».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Eu todos os meses envio dinheiro para ajudar nas despesas com a saúde, alimentação dos meus pais que já estão em idade avançada e também para pequenos investimentos, como por exemplo, na compra de terreno para, futuramente, construir uma casa. Aos restantes familiares e amigos ocasionalmente envio uns euros, porque não dá para mais. Para nós a vida aqui está cada vez mais difícil».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Envio dinheiro aos meus pais todos os meses, para os gastos com os meus três filhos que deixei sob a responsabilidade deles. Mas mesmo se os meus filhos não estivessem em Cabo Verde os ajudaria na mesma. Mas também envio uma pequena quantia de vez em quando para depositar no banco em Cabo Verde».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

7.2.7. Integração na sociedade portuguesa

No processo migratório os imigrantes, particularmente as mulheres, enfrentam uma série de dificuldades. Quanto à questão das dificuldades sentidas pelas entrevistadas quando chegaram a Portugal convém realçar que todas afirmam terem encontrado obstáculos. No entanto, algumas entrevistadas referem que ainda hoje continuam a enfrentar os mesmos problemas.

«Quando cheguei aqui enfrentei muitas dificuldades. Para entrar em Portugal passei por França, onde tive uma semana. De lá vim para Portugal de autocarro. Foi complicado. Sem documento tive alguns meses sem trabalho. Imagina estar na casa de alguém sem poder ajudar nas despesas, é chato não é? Mas depois consegui um trabalho como empregada doméstica. Não sabia falar o Português e a minha patroa não tinha paciência para me explicar as coisas. Apesar de trabalhar sem contrato e sem férias, trabalhei lá durante muito tempo. Também não podia procurar outro porque sem documentação é difícil não é?»

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Enfrentei muitas dificuldades. Olha, fiquei alguns meses sem trabalhar. Foi dos piores momentos que passei aqui. Não é fácil sair do nosso país com o propósito de vir trabalhar e melhorar a nossa vida e ficar dentro de casa sem poder trabalhar. Mas depois consegui um trabalho com o documento da minha prima. Ela é que recebia o meu salário e depois me devolvia. Com o tempo consegui um outro trabalho como empregada doméstica através da patroa da minha prima, mas também não tinha contrato. É chato porque se acontecer alguma coisa ficamos mal perante a justiça, mesmo se tivermos razão».

[Extracto da entrevista com a Maria]

Todavia, a falta de documentação constitui uma das principais dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas quando chegaram a Portugal, tendo impacto directo na integração no mercado de trabalho. Face a esta situação nem sempre as entrevistadas recorrem a meios legais para conseguirem trabalho.

«É uma situação complicada. Estive aqui dois anos sem documento, chorava e lamentava todos os dias o facto de passar todos esses anos sem ver os meus filhos e não poder trazê-los para cá. Mas nunca perdi a esperança até conseguir trazê-los (...). Suportei muitas coisas, nem gosto de lembrar e falar disso. Mas fiz tudo o que estava ao meu alcance, suportei tudo o que tinha de suportar para poder conseguir ter documentação e condições suficientes para trazer os meus filhos».

[Extracto da entrevista com a Maria]

«Encontrei muitas dificuldades, mas a principal é a que continuo a enfrentar, a falta de documentação. É uma situação muito desagradável».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

«Passei por muitas dificuldades. Passei péssimos momentos aqui, mas hoje faço de tudo para que os meus filhos não tenham de passar o mesmo. Estive sem documentação durante quase quatro anos e a trabalhar sem contrato, a ser explorada porque sabiam que precisava daquele trabalho. Mas fazia de tudo para que as dificuldades que cá enfrentava não se reflectissem na vida dos meus filhos que se encontravam em Cabo Verde».

[Extracto da entrevista com a Natália]

As redes migratórias constituem um meio fundamental no processo de integração dos imigrantes, em particular para as mães solteiras entrevistadas. No caso das entrevistadas todas elas contaram com uma rede de apoio em Portugal. Esta rede é composta fundamentalmente por familiares e amigos, podendo em algumas situações englobar pessoas sem nenhuma relação de afectividade e de parentesco, como é o caso das pessoas que se apoiam pelo facto de serem do mesmo país de origem. Apesar da vinda das mulheres entrevistadas para Portugal seguir uma lógica individual e a maioria delas virem sozinhas, o suporte económico dessas mulheres no início do processo migratório tem como base, sobretudo, a ajuda dos familiares imigrantes no país de destino.

«Infelizmente vim sozinha, mas logo que cheguei já tinha à minha espera no aeroporto familiares e amigos».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Aqui fui ajudada por várias pessoas, como por exemplo, os meus irmãos, os meus amigos e conhecidos. Primeiro fui ajudada logo que cheguei pelo meu irmão que me recebeu em sua casa durante algum tempo e que depois ajudaram-me a encontrar emprego. Eu trabalhava com recurso a documentos da minha irmã e de uma amiga».

[Extracto da entrevista com a Maria]

O papel dos familiares e amigos residentes em Portugal é também de extrema importância para as mães no processo migratório. No momento da chegada a Portugal, as entrevistadas contam com o apoio dos familiares e amigos que constituem o principal meio de ajuda. Pode-se afirmar que a família constitui a principal rede de apoio às mães entrevistadas e os amigos emergem como o segundo apoio às mesmas. A maioria das mães tem recebido apoio dos familiares residentes em Portugal a nível habitacional, económico, psicológico, entre outros.

«Se não fosse a minha irmã passaria por mais dificuldades. Com dinheiro que consegui em Cabo Verde paguei para poder migrar. Deixei dívidas por isso tinha que trabalhar o máximo para poder pagar e ajudar a minha mãe que ficou com os meus filhos. A minha irmã acolheu-me em sua casa apesar de não ter condições suficientes e consegui um trabalho para mim na limpeza em nome dela, pois eu não me encontrava legalizada (...)».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

É importante mencionar que nenhuma das entrevistadas afirmou ter recorrido ao apoio de instituições locais (públicas ou privadas), a serviços de acolhimento ou qualquer entidade estatal ao chegar a Portugal.

A avaliação do grau de integração de uma minoria na sociedade passa, necessariamente, por avaliar a forma como ela é envolvida e se envolve nas várias dinâmicas

sociais. Geralmente, o factor tempo de residência tem uma relação muito estreita com a integração ou exclusão. Contudo, o factor tempo não age de forma voluntária sobre as dinâmicas que potenciam a integração/exclusão (Mendes, 2008: 60).

A participação associativa das entrevistadas é reduzida, as associações religiosas constituem as únicas em que algumas entrevistadas dizem serem membros. No entanto, algumas participam nas actividades realizadas pelas associações locais. É de realçar que apesar das entrevistadas não serem membros associativos contaram com o apoio da Associação Cultural Moinho da Juventude¹⁹.

«Realizam actividades no bairro com frequência. Quando calha num dia em que eu me encontro de folga participo porque é muito bom faz-nos aliviar um pouco dos nossos problemas».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«(...) A Associação Cultural Moinho da Juventude ajudou-me muito a conseguir a autorização de residência. Sem a sua ajuda seria mais complicado porque não entendo dessas coisas. São muitas papeladas e não sabia como proceder».

[Extracto da entrevista com a Natália]

«(...) Graças a esta Associação o meu filho iniciou um curso de carpintaria e hoje encontra-se empregado. Se não fosse ela o meu filho, possivelmente, estaria a vaguear pelas ruas de Lisboa».

[Extracto da entrevista com a Maria]

No que concerne às relações de sociabilidade, no prisma de relacionamento intra-étnico, isto é, entre pessoas da mesma nacionalidade, neste caso entre os cabo-verdianos, a relação é estável e aceitável, pois todas as entrevistadas dizem manter uma boa convivência com os cabo-verdianos.

«Mantenho uma boa relação com os cabo-verdianos, acho que aqui as pessoas precisam uma das outras porque estamos longe da nossa terra e dos nossos familiares».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Dou-me muito bem com os cabo-verdianos. Também seria grave se não me desse bem com os meus patrícios, sobretudo aqui em que nos encontramos longe da nossa terra».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

¹⁹ A Associação Cultural Moinho da Juventude, situado no Alto da Cova da Moura - Buraca, foi oficialmente construída pelos próprios moradores em 1987. Desenvolvem actividades a nível social, cultural e económico, envolvendo crianças, jovens e adultos.

No prisma de relacionamento inter-étnico, apesar de ser menos fluente, oito entrevistadas consideram razoável a relação com os portugueses, uma considera boa e apenas uma considera má a relação com os mesmos, relatando situações de discriminação e preconceito, sobretudo nos locais de trabalho. Como é sabido, quando a relação inter-étnica é favorável ou satisfatória esta favorece a integração dos imigrantes, no entanto, nem sempre existem boas relações inter-étnicas, não sendo o caso das entrevistadas.

«Acho que em geral são simpáticos, mas às vezes demonstram um certo racismo e egoísmo, sobretudo, na universidade».

[Extracto da entrevista com a Patrícia]

«Acho que são um pouco racistas. Mas não quero dizer que todos são iguais, conheço muitos que são boas pessoas, que ajudam os outros independentemente da raça, cor ou religião».

[Extracto da entrevista com a Ana]

Quando questionadas acerca da maneira como acreditam que os portugueses as vêem, algumas das entrevistadas não têm ideia da percepção dos portugueses sobre si.

«Acho que nos vêem como se estivéssemos a prejudicá-los. [Em quê?] Por exemplo como se tivéssemos a tirar o emprego. Mas na verdade os trabalhos que fazemos nem sempre elas gostam de fazer, porque nós fazemos todos os tipos de trabalho».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«(...) Aqui no bairro tudo o que acontece de mal é associado aos imigrantes, sobretudo a nós africanos. É claro que estamos incluídos aí também. Mas na verdade encontramos pessoas más, tanto entre os brancos como entre os africanos».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Nós, os cabo-verdianos? Acho que nem sempre nos vêem bem, às vezes colocam-nos no mesmo saco. É claro que existe cabo-verdianos do bem e do mal, assim como nas outras nacionalidades, por isso, cada um deve ser visto como é e não se deve generalizar».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

«Não faço a mínima ideia como os portugueses nos vêem».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

Todas as entrevistadas mantêm hábitos culturais do seu país de origem, incluindo a língua, a culinária, a música, a dança, etc. Esses hábitos revestem-se de significados e

traduzem o apego dessas mulheres à(s) sua(s) cultura(s). Para elas, é importante preservar as raízes culturais cabo-verdianas e transmiti-las aos filhos.

«Claro que mantenho hábitos da minha terra. [Que tipo de hábitos?] Falo crioulo com os meus amigos e familiares, cozinho pratos de Cabo Verde como a cachupa, cuscuz (...) oiço e danço músicas de Cabo Verde, etc.».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«(...) Não podemos perder as nossas raízes não é? Os meus filhos também não podem esquecer, nem sentirem-se inferiores perante a cultura dos brancos».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Na minha casa encontras todos os DVD's de funaná. O crioulo nunca deixei de falar e nem pretendo, quando os meus filhos chegaram no início a professora aconselhou-me a falar com eles em português para que pudessem aperfeiçoar, mas agora que já falam bem, passei a falar com eles crioulo em casa. Eles não podem esquecer da nossa língua. Também faço comida de Cabo Verde, como cachupa, cuscuz, xerem, etc.».

[Extracto da entrevista com a Maria]

Nos seus tempos livres, as mães entrevistadas visitam os familiares e amigos, passeiam com as crianças, vão à missa, vêem televisão, cuidam da casa e aproveitam para dormir. No entanto, as que se encontram ilegais confessam uma falta de vontade de saírem, e de se divertirem nos tempos livres, como é o caso da entrevistada Albertina.

«Sempre que tenho tempo visito os meus amigos, contamos uns aos outros as novidades, os nossos problemas, etc. Na verdade, todos os dias convivemos no trabalho, nos transportes e na vizinhança».

[Extracto da entrevista com a Domingas]

«Aos fins-de-semana quando estou de folga saio com os meus amigos para passear, visito os meus familiares e às vezes quando não estou com vontade de sair fico em casa, assisto aos programas na televisão ou durmo».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Quase não tenho tempo livre. Gostaria muito de estar alegre, de sair com as minhas amigas, mas a angústia e a saudade que sinto dos meus filhos e da minha família de Cabo Verde não me deixa com vontade de sair e divertir-me. São alguns anos de muita tristeza e muita preocupação, às vezes realizam actividades no bairro, mas não participo, preciso estar alegre para divertir-me, por isso prefiro ficar em casa».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

No que se refere ao regresso à terra natal, com excepção das entrevistadas Liliana e Patrícia, nenhuma regressou a Cabo Verde desde que emigraram para Portugal, embora

manifestem grande vontade e ansiedade de voltar ao país de origem para reverem os familiares, amigos e conhecidos.

«Depois de estar em Portugal fui a Cabo Verde em 2009 com a minha filha visitar os meus pais, os demais familiares e amigos. Estar em Cabo Verde representou para mim uma grande satisfação, pois estive anos sem regressar ao meu país».

[Extracto da entrevista com a Liliana]

«Ainda não fui nenhuma vez a Cabo Verde desde que estou cá, mas no próximo ano espero regressar a Cabo Verde para visitar a minha ilha, os meus queridos familiares e amigos».

[Extracto da entrevista com a Augusta]

«Nunca fui à minha terra depois de estar em Portugal. Olha, sonho ir à minha terra natal para rever os meus amigos e familiares, mas de momento preciso repor os gastos que tive com a vinda dos meus filhos e só depois planear a minha ida a Cabo Verde».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

Apesar das dificuldades enfrentadas, das barreiras ultrapassadas e dos problemas actuais, todas as entrevistadas estão satisfeitas com a decisão de terem emigrado para Portugal e acrescentam que em nenhum momento das suas vidas se arrependeram.

«Sinto-me satisfeita com o meu percurso migratório. Os problemas que já passei deixei de pensar neles, agora o que eu quero é ver os meus filhos realizados e conseguir dar aos meus pais melhores condições de vida».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Nunca arrependi-me por ter vindo para Portugal mesmo quando estive em situação ilegal. Dizia para mim mesma “já que estou aqui, vou lutar até ao fim, Deus não vai deixar-me desamparada”. Muitas vezes precisamos buscar a força a onde estiver para podermos suportar as dificuldades da vida».

[Extracto da entrevista com a Catarina]

«Em nenhum momento arrependi-me de ter vindo, porque a vida que levo aqui é melhor da que levava em Cabo Verde. Não dá para comparar mesmo».

[Extracto da entrevista com a Ana]

A percepção das entrevistadas, no que se refere à integração na sociedade de acolhimento é diversa. No entanto, partilham opiniões semelhantes quando questionadas sobre os aspectos que consideram necessário para a sua integração em Portugal.

As entrevistadas que referiram sentir dificuldades de integração na sociedade portuguesa apontam a falta de documentação e a impossibilidade de ter aqui os filhos como

as principais razões. No entanto, as entrevistadas que conseguiram trazer os filhos dizem estar integradas. Neste sentido, pode-se concluir que a ausência dos filhos interfere negativamente na integração das mães no país de acolhimento.

«Não me sinto integrada porque estou ilegal, trabalho sem contrato, várias horas, sem férias e nem posso ter os meus filhos aqui. Não sinto vontade de sair, divertir-me, etc.».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

As entrevistadas justificam o facto de se sentirem integradas ou não em Portugal da seguinte forma:

«Sinto-me integrada porque já tenho a documentação, os meus filhos já estão aqui a estudar e outros a trabalhar, tenho o meu trabalho e não temos nenhum problema de saúde. Agora é aproveitar a vida e mais nada».

[Extracto da entrevista com a Paula]

«Não posso dizer que sim porque estou ilegal ainda, apesar de aguardar a resolução do SEF, não tenho nenhuma regalia enquanto imigrante».

[Extracto da entrevista com a Ana]

Às entrevistadas foi apresentado um conjunto de elementos considerados importantes para a integração dos imigrantes em Portugal, designadamente: estar legalizado; saber a língua portuguesa; ter amigos portugueses; ter amigos da sua nacionalidade; ter amigos de outras nacionalidades; saber como funciona os serviços de imigração, saúde e educação; ter trabalho com benefícios sociais; fazer parte de uma associação; participar nas actividades associativas; ter apoio dos familiares e amigos; manter contacto com o país de origem; manter hábitos do país de origem; conhecer os direitos e deveres dos imigrantes; ter direito à filiação política e direito ao voto; ter uma casa; ter os filhos consigo e adaptar-se à cultura portuguesa.

Os elementos considerados importantes pela maioria das mães entrevistadas são: estar legalizado (10), saber a língua portuguesa (10), saber como funcionam os serviços de imigração, saúde e educação (10), ter trabalho com benefícios sociais (10), ter apoio dos familiares e amigos (10), manter contacto com o país de origem (10), ter uma casa (10), ter amigos da sua nacionalidade (10), manter hábitos do país de origem (9), ter os filhos consigo (9), ter amigos portugueses (6), ter amigos de outras nacionalidades (5), conhecer os direitos e deveres dos imigrantes (5) e adaptar-se à cultura portuguesa (5).

Convém salientar que alguns elementos considerados imprescindíveis para a integração na sociedade de acolhimento não foram evidenciados pelas entrevistadas, como direito à filiação política e direito ao voto. Por outro lado, outros elementos foram pouco

evidenciados, designadamente: a participação associativa (1) e a participação em actividades associativas (3). Estes dados evidenciam o desinteresse das mulheres relativamente a questões políticas e a desconfiança das mesmas quanto aos políticos. Deste modo, verifica-se um desinteresse em relação a uma das esferas do exercício da cidadania.

«Para os políticos nós servimos no período das eleições. Sabes porquê? Porque precisam dos nossos votos. Depois disso não precisam de ninguém».

[Extracto da entrevista com a Albertina]

«Eu nunca votei e nem me interessa agora. Não vou ganhar muito com isso. Quem ganha são eles, os seus familiares e amigos íntimos».

[Extracto da entrevista com a Ana]

«Olha em relação à política nunca tive interesse, mesmo antes de emigrar. Para mim os políticos são todos iguais, mentem, enganam o povo para os colocar no poder e depois esquecem-se de nós. Nós que somos pobres, que não temos estudos, só servimos para lhes dar votos. Por isso nem quero saber disso. Para ser franca há muitos anos que deixei de votar».

[Extracto da entrevista com a Paula]

Quadro nº 7 Cinco elementos considerados pelas entrevistadas como mais importantes para a integração em Portugal

1º lugar	2º lugar	3º lugar	4º lugar	5º lugar
Estar legalizado (7)	Ter trabalho com benefícios sociais (3)	Ter uma casa (3)	Ter os filhos consigo (6)	Ter apoio dos familiares e amigos (5)
Ter trabalho com benefícios sociais (3)	Saber a língua portuguesa (3)	Ter trabalho com benefícios sociais (3)	Ter uma casa (3)	Ter os filhos consigo (3)
	Ter uma casa (3)	Estar legalizado (3)	Ter apoio dos familiares e amigos (1)	Saber a língua portuguesa (1)
	Saber como funciona os serviços de imigração, saúde e educação (1)	Saber como funcionam os serviços de imigração, saúde, e educação (1)		Adaptar-se à cultura portuguesa (1)

Para saber de forma mais precisa quais os elementos que as entrevistadas consideraram mais pertinentes foi solicitado que apresentassem por ordem decrescente cinco elementos

que consideram mais importantes para a integração em Portugal. Pode-se verificar no quadro nº 8 que estar legalizado é considerado o elemento mais importante pela maioria das entrevistadas (7), seguindo-se o trabalho com benefícios sociais (3).

Convém realçar que o facto de o item “ter os filhos consigo” aparecer no quarto e no quinto lugar poderá estar associado ao facto das entrevistadas terem a consciência que para terem os filhos consigo deverão reunir algumas condições, designadamente: estar legalizado, ter um trabalho e ter uma casa. Tal justifica-se, uma vez que durante as entrevistas, todas demonstraram claramente o quanto ter os filhos consigo é fundamental para se sentirem integradas no país de acolhimento.

7.3. Síntese das histórias de vida e do percurso migratório das entrevistadas

Neste ponto apresenta-se a síntese das histórias de vida e do percurso migratório das dez entrevistadas que constituem o público-alvo deste estudo.

E1- Ana

Ana tem 23 anos, é natural da ilha de Santiago, concelho de Santa Catarina e tem um filho de cinco anos. No país de origem vivia com os pais, numa família numerosa, constituída por avós maternos, a mãe, quatro irmãos e o filho. Aos 17 anos ela engravidou por esta razão teve de deixar de estudar. Na altura frequentava o 10º ano, no entanto, não chegou a concluir.

No país de origem nunca chegou a trabalhar, isto é, nunca chegou a ter um trabalho remunerado. Todavia, ajudava em casa nos trabalhos domésticos, agrícolas, etc. Por este motivo, ela não podia falar de condições económicas uma vez que dependia totalmente dos pais e apoios dos familiares imigrados.

Ana enfrentou em Cabo Verde vários problemas familiares após o nascimento do filho. Para além disso, já não estudava há dois anos e encontrava-se desempregada, a depender financeiramente dos pais e sem apoio do pai da criança.

A decisão de emigrar surgiu após o nascimento do seu filho, do incentivo dos pais e dos restantes familiares. Ana emigrou aos 19 anos deixando a terra natal, familiares e o único filho. Deixar para traz o filho ainda pequeno foi bastante difícil para ela.

Ana escolheu Portugal porque tem aqui familiares e amigos que a incentivaram a emigrar e sabia que poderia contar com o apoio deles logo que chegasse, em termos de alojamento, trabalho, etc. Por outro lado, acreditava que era mais fácil adaptar-se a um país

onde conhecesse pessoas, tivesse amigos e familiares e compreendesse minimamente a língua desse país.

Num domingo do ano de 2006, com o apoio financeiro dos pais e alguns familiares, deixou a terra natal com destino a Portugal, onde à sua espera estavam os familiares e amigos. Estar em Portugal constitui para ela uma oportunidade de ter um emprego e dar ao filho uma boa educação e melhores condições de vida.

A expectativa que tinha de Portugal era grande, tinha a ideia de que iria encontrar facilmente trabalho bem remunerado, no entanto, não foi como previa. Logo que chegou a Portugal os familiares, particularmente a tia arranhou-lhe um trabalho através do seu documento, uma vez que Ana não dispunha de nenhuma documentação que a permitisse trabalhar. Sem contrato, sem descontos para a segurança social, sem direito a férias teve que suportar durante anos várias situações desagradáveis como salário baixo, horas extraordinárias sem serem pagas, discriminação, etc.

Ana contou com a ajuda de várias pessoas em Portugal, sobretudo dos familiares, que a ajudaram com o alojamento, alimentação e a encontrar emprego. Actualmente, ela trabalha como empregada de limpeza. Encontra-se pouco satisfeita com o emprego, pois trabalha sem contrato e é explorada porque não tem documento, mas por outro lado, o trabalho permitiu-lhe alguma independência financeira e ajudar na educação do seu filho.

Depois de estar em Portugal há mais de três anos sem documentação, conseguiu reunir as condições necessárias, deu entrada ao processo de legalização e no momento está a aguardar a resolução do SEF. Logo que conseguir a documentação pretende procurar as condições necessárias para trazer o filho que há quatro anos não vê.

Ana sente-se mal, preocupada e muito triste por estar longe do filho. Todos os meses, envia dinheiro para Cabo Verde para ajudar os pais e sobretudo para os gastos com o filho. Ela já enfrentou vários problemas em Portugal, mas considera a falta da documentação a principal dificuldade.

Ana já vivenciou experiência de discriminação no local de trabalho por parte dos portugueses. Não se sente integrada na sociedade portuguesa uma vez que encontra-se ilegal, estando, no momento da entrevista, a aguardar a resolução do SEF.

A entrevistada mantém hábitos culturais do país de origem, mantém boa relação com os cabo-verdianos residentes em Portugal e uma relação razoável com os portugueses. Nos tempos livres sai com os amigos para passear, visita os familiares ou fica em casa a assistir os programas na televisão.

Por encontrar-se sem documentação, Ana nunca foi de férias, mas mesmo nessas condições em nenhum momento arrependeu-se de ter vindo, uma vez que a vida que leva aqui é bem melhor daquela que levava em Cabo Verde.

E2- Patrícia

Patrícia tem 27 anos, é natural da ilha de Santiago, concelho da Praia. Em Cabo Verde vivia com os pais, os dois irmãos e a sua filha. Engravidou aos 18 anos, antes de terminar o ensino secundário. O pai da criança tinha na altura 19 anos e frequentava o 12º ano. Patrícia e o namorado terminaram o namoro logo depois da filha nascer. Com o apoio dos pais ela não enfrentou grandes dificuldades com o nascimento da filha. O sonho dos pais era ver a filha formada, por isso continuaram a apoiá-la.

Dois anos depois com o apoio dos pais, Patrícia conseguiu uma vaga em gestão de empresas e veio para Portugal continuar os estudos, deixando a filha com os pais. Em Portugal ela é trabalhadora/estudante, pois precisa de ajudar os pais nas despesas com a filha, uma vez que o pai da criança não ajuda na educação da filha, e está no Brasil a estudar.

Por opção própria, Patrícia começou a trabalhar um ano depois de estar em Portugal. Conciliar os estudos com o trabalho não é fácil para ela, mas teve que suportar e ultrapassar as dificuldades para poder dar à filha melhores condições de vida e para que no futuro próximo possa regressar a Cabo Verde para exercer a profissão de gestora de empresas.

Lamenta muito não ter aproveitado os bons momentos com os colegas da universidade em Portugal. Enquanto os colegas passeavam, divertiam-se, ela tinha de trabalhar (numa loja de vestuário no Colombo) e mal encontrava tempo para estudar. Em relação ao trabalho está satisfeita, dá-se bem com os colegas, com o patrão e nunca teve problemas no trabalho. Mas está prestes a regressar a Cabo Verde para rever a filha e os pais que não vê há anos. Sente-se triste por não ter acompanhado o crescimento da filha e nunca ter sido chamada de mãe, pois a filha chama os avós de mãe e pai.

E3- Liliana

Liliana tem 28 anos, é natural da ilha de Santiago, concelho de Santa Catarina. Tem uma filha e vivia com os pais. Engravidou aos 16 anos quando frequentava o 9º ano. Os pais indignados expulsaram-na de casa e foi morar com a avó materna. Meses depois os pais a aceitaram de volta. O pai da criança inicialmente ajudava na educação da filha, mas dois anos depois terminaram a relação e este deixou de a apoiar e a responsabilidade ficou a cargo exclusivamente dos seus pais. Aos 21 anos com o apoio dos familiares residentes em Portugal Liliana deixou a filha com os pais e veio para Portugal.

A emigração nunca fez parte do sonho de Liliana, mas face à situação em que estava passou a ser uma alternativa. Há sete anos que Liliana deixou o país de origem. No país de destino não enfrentou muitas dificuldades, pois encontrou um forte suporte familiar, que a apoiou e continua a apoiar. Até hoje lamenta não ter continuado os estudos. Quando vê os antigos colegas, actualmente alunos universitários, fica triste. Demorou muito para adaptar-

se a duras e longas horas de trabalho, sabendo que poderia estar a estudar, mas quando lembra-se que tem uma filha para sustentar fica mais animada.

Teve dois anos sem documentação, mas com a intervenção dos familiares conseguiu a residência. Hoje encontra-se legalizada e tem consigo a filha, actualmente, uma adolescente de onze anos. A filha encontra-se a estudar e consegue ter boas notas. Neste momento, sente-se orgulhosa e faz de tudo para que a filha venha a ter um futuro radiante. Não pensa em ter mais filhos nos próximos anos, antes quer ver a filha crescer e formar-se.

Liliana vive com a filha e uma prima que se encontra em Portugal a estudar. Nos tempos livres sai com os amigos, visita os familiares e amigos. Não é membro de nenhuma associação, mas costuma participar nas actividades promovidas pelas associações locais.

Depois de estar em Portugal foi a Cabo Verde apenas no ano passado com a filha visitar os pais, os demais familiares e amigos. Estar em Cabo Verde representa para ela uma grande satisfação, pois esteve anos sem regressar ao país de origem.

E4- Augusta

Augusta tem 32 anos, é natural da ilha de São Vicente, tem três filhos (um nasceu em Portugal) e era empregada doméstica.

A sua situação económica em Cabo Verde era péssima. Trabalhava das 07h30 às 18h00 para receber 10 mil escudos (equivalente a aproximadamente 100 euros). Não sabia como conseguia gerir aquele salário. Antes de receber o ordenado já tinha contraído dívidas que ultrapassavam o salário que usufruía.

A vida de Augusta em Cabo Verde era de sacrifícios, por isso emigrou para Portugal à procura de oportunidades. A ideia que tinha de Portugal é que era um país de oportunidades, no entanto, nem tudo foi como ela imaginava.

Augusta escolheu emigrar para Portugal porque na altura tinha alguns contactos neste país. Não queria emigrar para um país onde não tivesse amigos ou familiares que a pudessem acolher. Por outro lado, considera a língua portuguesa mais fácil de falar e compreender.

Aos 28 anos deixou os dois filhos e o país que a viu nascer à procura de melhores oportunidades num país desconhecido. Nem tudo aconteceu como previsto, ficou dois meses desempregada, até conseguir um trabalho. Sem documentos, as condições de trabalho não eram satisfatórias, mas pelo menos o salário era muito superior comparado com aquele que usufruía em Cabo Verde.

Augusta esteve dois anos sem documentação. Durante esse tempo passou dificuldades, pois o salário quase não chegava para pagar as despesas e para poder enviar algum dinheiro à irmã e assim ajudá-la nas despesas com os dois filhos. De um relacionamento nada agradável Augusta teve mais um filho e mais uma vez a relação não foi bem sucedida. Augusta conta que já não estavam juntos antes do filho nascer, pois o pai não queria ter mais filhos e pediu-lhe que fizesse um aborto.

Após o nascimento da criança conseguiu autorização de residência e logo mandou vir os dois filhos que tinha deixado em Cabo Verde. Hoje, apesar de a vida não ser fácil (pois tem filhos ainda pequenos, tendo que conciliar o trabalho com a família) declara estar bastante feliz e satisfeita.

E5- Albertina

Albertina tem 33 anos, é natural da ilha de Maio, tem três filhos e era peixeira²⁰. A vida que levava era bastante cansativa, pois deslocava-se de um lado para outro com os peixes num alguidar sobre a cabeça (ver imagem abaixo indicada), debaixo de sol, vento e chuva. A dura vida que Albertina tinha em Cabo Verde fez dela uma mulher batalhadora e forte. Cansada da sua condição, viu a emigração como um meio para escapar à situação em que estava. Deixou os três filhos, familiares e amigos para procurar melhores condições de vida num país desconhecido.

Albertina encontra-se em Portugal há dois anos, mas ainda não conseguiu legalizar-se. Esteve alguns meses desempregada. Uma situação bastante embaraçosa uma vez que não é fácil uma mulher que sempre batalhou, estar sem nenhuma ocupação num país desconhecido a depender dos familiares.

Mas com o apoio de uma amiga conseguiu um trabalho como empregada doméstica. Trabalha até hoje nessa área, sem contrato, sem férias, mas faz de tudo para permanecer neste trabalho uma vez que não reúne as condições para procurar outro. Para Albertina seria pior se não estivesse a trabalhar e não pudesse enviar dinheiro aos pais para os gastos com os três filhos que encontram-se em Cabo Verde sob a responsabilidade destes.

Mulheres a comprar peixes para revender



Fonte: Site Alma do Viajante/Jornalismo de Viagens

²⁰ Actividade praticada maioritariamente por mulheres em Cabo Verde.

Albertina sente-se desintegrada na sociedade portuguesa uma vez que encontra-se ilegal, trabalha sem contrato, durante várias horas, sem férias e não tem como trazer os filhos. Albertina tem pouco tempo livre. Gostaria muito de estar alegre, de divertir-se, sair com as suas amigas, mas a angústia e a saudade que sente dos filhos e da família em Cabo Verde deixa-a sem vontade de realizar essas actividades.

E6- Natália

Natália tem 36 anos, é natural da ilha de Santiago, tem quatro filhos e era vendedora ambulante, ou seja, comprava e revendia mercadorias chinesas (roupa, sapatos, entre outros). Andava de porta em porta, exposta ao sol, chuva e vento para vender as mercadorias. A sua vida não era fácil, pois mal dava para pagar as despesas. Sem apoio dos pais das crianças sentiu-se obrigada a procurar uma outra alternativa, e a emigração que nunca fez parte do seu sonho, passou a ser a única alternativa à situação em que se encontrava.

Chegar a Portugal foi bastante complicado para Natália, dado que apenas numa segunda tentativa conseguiu o visto para Portugal. Os quatro filhos de Natália ficaram separados (três ficaram ao cuidado da sua mãe, a qual também cuida dos outros netos e o mais pequeno com a sua irmã). Ter de deixar os filhos foi uma opção difícil, mas o facto de os filhos ficarem separados a deixou ainda mais triste.

Há sete anos que Natália deixou Cabo Verde à procura de melhores oportunidades, no entanto, as oportunidades demoraram muito para surgir na vida de uma mulher que teve de ficar cerca de quatro anos ilegal. Lutou, trabalhou muito para que as dificuldades (sobretudo económicas) sentidas em Portugal não se reflectissem na vida dos filhos. Há mais de três anos que conseguiu a legalização com o grande apoio da Associação Cultural Moinho da Juventude (com sede no Alto da Cova da Moura - Buraca). Logo depois de estar legalizada conseguiu trazer os filhos. No entanto, continua a enfrentar algumas dificuldades, pois cada vez mais sente a necessidade de trabalhar mais horas por dia para poder pagar as despesas, mas a grande dificuldade está em conciliar o trabalho com a família.

O salário que usufrui permite-lhe apenas a subsistência, pois dele pouco sobra para guardar ou investir no país de origem.

Natália sonha poder regressar a Cabo Verde e melhorar as suas condições habitacionais, uma vez que a casa onde residia no país de origem não possui as condições mínimas de habitabilidade como electricidade, água canalizada, entre outros.

E7- Domingas

Domingas tem 38 anos, é natural da ilha de Santiago, concelho de Santa Catarina, mas vivia na cidade da Praia (capital do país) num dos bairros periféricos da capital, numa

habitação com poucas condições e sem saneamento básico. Tem quatro filhos, trabalhava como empregada doméstica e era chefe de família. Na busca de melhores condições de vida decidiu emigrar deixando os filhos em casa sob a responsabilidade da sua irmã mais nova que vivia com os pais.

Domingas deixou o país de origem há oito anos. Numa sexta-feira do mês de Fevereiro do ano de 2002 deixou a terra natal com destino a Portugal. No entanto, veio pela França (onde esteve duas semanas) e de lá veio para Portugal de autocarro. Chegada a Portugal recebeu o apoio dos familiares, sobretudo da irmã mais velha. Embora com poucas condições habitacionais e económicas, ela a acolheu em sua casa durante o tempo em que esteve sem emprego.

Depois de três meses sem emprego, a irmã conseguiu-lhe um trabalho como empregada doméstica, que exerceu durante muito tempo. O trabalho que desempenhava não era difícil uma vez que em Cabo Verde tinha o mesmo tipo de ocupação, no entanto, enfrentou algumas dificuldades e constrangimentos, pois não sabia falar a língua portuguesa e a patroa não tinha paciência para explicar as coisas. Além disso, trabalhava várias horas além das estipuladas e não recebia o pagamento por essas horas, mas o desejo de poder garantir uma vida melhor aos filhos deu-lhe força e motivação para continuar.

Domingas esteve quatro anos sem nenhuma documentação que a permitisse residir em Portugal. A maior dificuldade foi ultrapassada quando conseguiu o título de residência provisória e a tristeza transformou-se em alegria quando reuniu as condições necessárias para mandar vir os filhos. Hoje, apesar das dificuldades do dia-a-dia, Domingas considera-se uma mulher feliz, pois já não é ilegal e tem consigo os filhos, após quatro anos sem os ver.

E8- Maria

Maria tem 39 anos, é natural da ilha de Santiago, tem quatro filhos e vivia com os pais. Encontrava-se desempregada, mas ajudava os pais no campo e nos trabalhos domésticos. Para ganhar algum dinheiro fazia alguns “biscates” na construção civil e na “apanha de inertes”, particularmente a areia²¹ (ver imagens abaixo indicadas).

Cansada da vida que levava decidiu pedir ajuda aos dois irmãos que se encontravam em Portugal para poder emigrar. Maria emigrou para Portugal há nove anos atrás e deixou no país de origem quatro filhos sob a responsabilidade dos seus avós maternos. Durante esses anos já enfrentou múltiplas dificuldades. Esteve três anos em situação de ilegalidade, trabalhou com recurso a documentos de familiares e amigos, sem contrato, sem férias e muitas horas por dia. Confessa que chorou muito por ter deixado os filhos e por não saber quando os voltaria a ver. Com muita esperança e coragem, conseguiu trazer os filhos depois de terem estado separados seis anos. O filho mais pequeno já não a reconhecia e não a

²¹ A actividade é ilícita e bastante perigosa. Praticada sobretudo pelas mulheres que não têm outro rendimento.

chamava de mãe. Foi muito duro para Maria, mas hoje considera-se uma mulher feliz. Tenta fazer de tudo para que os filhos estudem e tenham uma vida melhor. A única preocupação é os pais que encontram-se em Cabo Verde com idades avançadas.

Mulher a apanhar areia no mar



Fonte: Imagem publicada no Jornal A Semana Online (06/09/07)

Areia pronta para ser vendida



Fonte: Imagem publicada no Jornal A Semana Online (06/09/07)

E9- Catarina

Catarina tem 40 anos, é natural da ilha de São Nicolau e tem cinco filhos. Era educadora de infância, mas não estava satisfeita com as condições de trabalho e sobretudo com o salário que usufruía. O primeiro filho de Catarina foi uma menina que actualmente tem 22 anos. À procura de uma vida melhor para os filhos e para proporcionar à filha mais velha um curso superior em Cabo Verde, deixou os quatro filhos em casa sob a responsabilidade da filha mais velha (na altura com apenas 18 anos) com a supervisão da irmã e emigrou para Portugal.

Catarina reside em Portugal há quatro anos. Ter de deixar os filhos sozinhos (apesar de estarem sob a supervisão da sua irmã, que era ao mesmo tempo a sua vizinha) foi uma das decisões mais difíceis que ela já tomou. Catarina culpou-se muito por ter deixado os filhos, mas por outro lado, sentiu força para suportar as tristezas, as saudades e dedicar-se ao trabalho com a expectativa de vir a proporcionar aos filhos melhores condições de vida e garantir o curso superior à filha mais velha que tanto desejava.

Passou por inúmeras situações desagradáveis, ultrapassou várias barreiras, mas depois de estar dois anos sem documentos, conseguiu a autorização de residência em 2009 e logo conseguiu trazer quatro dos seus cinco filhos. A filha mais velha ficou em Cabo Verde e pretende em Setembro de 2010 vir para Portugal para continuar os estudos. A filha mais velha esteve dois anos sem estudar à espera que a mãe reunisse as condições para mandar buscar os irmãos.

Hoje, Catarina considera-se uma mulher feliz e aliviada, pois ficava bastante preocupada e com receio que acontecesse algo com os filhos. No entanto, hoje procura trabalhar o máximo que poder garantir à filha o curso que tanto deseja e uma educação sólida e boas condições de vida aos restantes filhos.

Quanto aos familiares residentes em Cabo Verde, ajuda-os sempre que pode e ocasionalmente envia-lhes dinheiro e outros bens.

Sonha regressar a Cabo Verde para rever os amigos, familiares e a terra natal. Mas de momento precisa repor os gastos que teve com a vinda dos filhos e só depois planear a sua ida a Cabo Verde.

E10- Paula

Paula tem 45 anos, é natural da ilha de Santo Antão e tem quatro filhos. Encontrava-se desempregada e vivia da agricultura e criação de gado. Dessas duas actividades mal conseguia dar aos filhos as condições básicas (alimentação, vestuário e educação), por isso com o apoio dos irmãos e de uma amiga residentes em Portugal decidiu emigrar à procura de melhores condições de vida, no sentido de proporcionar aos filhos uma vida melhor.

Paula veio para Portugal no ano de 2001. Ter de deixar os filhos foi bastante duro para ela, pois não sabia quando os poderia ter junto dela. A vontade de trabalhar era muita. Apesar de ter de levantar-se muito cedo, trabalhar várias horas por dia (em regra onze horas de trabalho por dia, sete horas num trabalho e quatro horas noutra), em nenhum momento mostra-se arrependida por ter emigrando.

Foram anos de muita angústia, tristeza e lágrimas, por sentir-se muito distante dos filhos e dos pais. Mas os piores momentos foram ultrapassados após ter conseguido legalizar-se e trazer os filhos. Hoje, os dois filhos mais velhos encontram-se a trabalhar e os mais novos a estudar. Os que trabalham ajudam nas despesas e apoiam os que estão a estudar. O sonho da Paula é ver os filhos realizados e conseguir dar aos seus pais melhores condições de vida.

Por isso, todos os meses, envia-lhes dinheiro para ajudar nas despesas com a saúde, alimentação, etc. No próximo ano pensa ir a Cabo Verde de férias com os filhos para ver os pais que há vários anos não vê.

Já foi várias vezes discriminada no local de trabalho pelas colegas, mas nunca se sentiu inferior às demais. Acredita que todos nós somos iguais, apontando Deus como único criador e nós como irmãos.

Nos tempos livres, Paula vai à missa (sábados ou domingos), frequenta actividades religiosas, visita os amigos e familiares.

7.4. Síntese das entrevistas informais²²

A solidariedade e a inter-ajuda constituem algumas das características do povo cabo-verdiano. Apesar de nos grandes centros urbanos de Cabo Verde esta característica ser menos perceptível, ela ainda persiste.

No momento da partida as mães entrevistadas contaram com ajuda dos familiares, amigos e vizinhos. A família desempenha um papel de relevo neste processo, uma vez que todas as mães entrevistadas deixaram os filhos sob a responsabilidade de algum familiar, embora a maioria, preferiu deixar os filhos com os avós, sobretudo maternos.

As pessoas que se responsabilizaram em ficar com os filhos das entrevistadas, assim como as crianças que tiveram de se separar das suas mães enfrentam uma série de dificuldades sobretudo nos primeiros tempos. Para as crianças que já habitavam com essas pessoas, antes de a mãe emigrar, enfrentam menos dificuldades de adaptação às regras e aos hábitos da família. Desta feita, achou-se pertinente entrevistar algumas pessoas que ficaram responsáveis pelas crianças quando as mães emigraram e algumas crianças cujas mães se encontram emigradas. No entanto, convém realçar que não existe nenhuma relação entre esses entrevistados e as mães que participaram no presente estudo. Tanto as responsáveis como as crianças, não têm nenhuma relação com as entrevistadas, isto é, nenhuma criança entrevistada é filho de nenhuma mãe entrevistada em Portugal e nem as pessoas que assumiram a responsabilidade de ficar com as crianças têm alguma relação com as mães abrangidas no estudo.

«Depois de tantos anos a cuidar dos meus netos sinto-me incapaz, já estão crescidos e já não aceitam as minhas regras. Às vezes rezo para que a mãe consiga a documentação e os mande buscar, já estou velha, a minha cabeça já não aguenta. Agora os adolescentes estão terríveis, fazem muita asneira, não tenho controlo sobre eles como antes. Quando eram crianças tudo estava muito bem, mas agora é diferente (...). Não é que quero livrar-me dos meus

²² Convém realçar que este ponto relata as entrevistas informais efectuadas junto às pessoas que ficaram responsáveis pelas crianças quando as mães emigraram, assim como algumas crianças cujas mães se encontram emigradas.

netos, eu gosto muito deles e desejo a eles toda a sorte do mundo, o problema é que já não me sinto capaz».

[Relato de uma avó]

«Foi muito difícil para mim no início. A minha irmã não tinha com quem deixar os filhos por isso tinha que a ajudar para que pudesse ir à procura de melhores condições de vida. Ela sempre envia-me dinheiro para cuidar dos filhos e manda presentes (roupas, sapatos, entre outros). O grande problema era adaptar os hábitos dos meus sobrinhos aos meus e aos dos meus filhos que eram diferentes. Sempre os tratei igual aos meus filhos, mas sinto que sentem muito a falta da mãe. Ninguém consegue substituir uma mãe, não é verdade? Quando dou castigo muitas vezes reclamam e acham que é pelo facto de não ser a mãe deles, mas quando é necessário tenho que castigar. Aos meus filhos também dou castigo quando fazem asneira. Trato os meus sobrinhos da mesma forma que trato os meus filhos».

[Relato de uma tia]

«Quando a minha mãe emigrou eu era pequena, mas lembro-me claramente. Chorei muito porque não queria ficar longe dela, nem ficar sob a responsabilidade da minha avó. Ela é muito exigente, comporta-se como se estivesse na época em que nasceu. Hoje as coisas são bem diferentes, mas ela não entende. Não me deixa sair com os meus amigos, controla-me em tudo, é chato isso não é? Não aguento isso, agora tenho dezassete anos ela comportasse como se eu tivesse dez anos. Já não sou mais uma criança! Preciso de uma certa liberdade, não é que ela deva deixar-me fazer tudo o que me apetece, mas devia dar-me mais liberdade. Todos os meus colegas saem, vão às festas, mas eu tenho horário para tudo!»

[Relato de uma filha]

«Nem imaginam o que passo todos os dias com esses meninos. São dois, mas dão-me muito trabalho. Nasceram aqui em casa, a mãe deles não teve muita sorte, o pai dos seus dois filhos nunca cuidou deles e não a ajuda em nada. A minha filha os deixou, mas até hoje lamenta porque não os viu crescer. Eles chamam-me de mamã e a mãe pelo nome. Já passaram cinco anos e ainda não conseguiu levá-los. Quando emigrou o seu filho mais pequeno tinha apenas quatro anos e o mais velho tinha sete anos. O maior dá-me muito trabalho, ele sai sem avisar, não aceita ordens, pensa que já é adulto e que pode fazer o que bem entender. Às vezes acho que a mãe não vai poder controlá-los em Portugal. Se aqui já não respeitam as regras imagina em Portugal onde as pessoas trabalham o dia todo e não têm tempo para nada. O mais velho já reprovou várias vezes porque não estuda e não respeita os professores. Já perdi a conta das vezes que fui chamada pelo director da escola e pelos professores. Mas o que posso fazer? É o meu neto! Rezo todos os dias para que ele mude de comportamento e seja mais responsável».

[Relato de uma avó]

«Quando a minha mãe emigrou eu era muito pequeno, lembro-me vagamente. Mas ela faz-me muita falta. Fiquei com a minha avó. Vivemos no meio rural e eles vivem da prática da agricultura e da criação de gado. Levanto-me bem cedo para cuidar dos animais e apanhar água. É muito cansativo, mal tenho tempo para estudar. Gostaria muito de poder ir viver com a minha mãe em Portugal, poder aproveitar a minha adolescência e estudar para ter uma vida bem diferente da dos meus avós e da minha mãe».

[Relato de uma filho]

“Sinto muito porque os meus netos sentem muita falta da mãe. A minha filha emigrou e deixou os filhos comigo. Quando ela telefona os meus netos fazem muita pressão, pedem para irem ter com a mãe e não compreendem que as coisas são mais complicadas do que parecem ser. A minha filha fica muito triste, muitas vezes chora porque não é fácil estar longe dos filhos durante muitos anos. Eu apesar de não estar com saúde para cuidar dos meus netos faço de tudo para que a minha filha fica menos preocupada possível”.

[Relato de uma avó]

“Olha, estou a cuidar dos meus sobrinhos há 8 anos. A mãe deles esteve quase nove anos em situação de ilegalidade na Suíça. Só este ano conseguiu regressar a Cabo Verde para ver os filhos. Quando chegou foi uma combinação de tristeza e alegria não só para ela como para mim, porque não reconheceu a filha que deixou com apenas 3 anos. Quando descobriu que era a sua filha chorou muito. É triste, o pior é que não conseguiu levá-los porque não reunia as condições suficientes para tal. Os filhos não reconhecem a mãe em termos afectivos, é como se fosse uma estranha para eles”.

[Relato de uma tia]

“Fiquei desorientada quando a minha mãe emigrou e deixou os meus irmãos mais novos comigo em casa, tinha apenas 18 anos. Não estava preparada para assumir tantas responsabilidades. Tive de deixar os estudos porque não conseguia conciliar estudos com os trabalhos domésticos. Mas com o tempo acostumei-me e retomei os estudos. A minha mãe telefona-nos todos os fins-de-semana, e nos envia dinheiro mensalmente para as despesas com os estudos, alimentação, etc. Sinto muita falta dela e os meus irmãos perguntam-me sempre quando é que a nossa mãe vem buscar-nos e eu digo-lhes que em breve, apesar de saber que ela ainda não pode levar-nos porque não tem documento”.

[Relato de uma filha]

Os relatos dessas pessoas evidenciam grande solidariedade para com as mães que emigram à procura de melhores condições de vida. No entanto, a separação não é aceite positivamente pelos filhos que ficam no país de origem, na maioria dos casos sem a supervisão de nenhum dos progenitores. Para as pessoas que ficaram responsáveis por essas crianças não é uma tarefa fácil, na medida em que é extremamente complicado para as crianças, sobretudo as que não habitavam com essas pessoas antes da emigração das mães, a adaptação às novas condições habitacionais, novos membros da família, novas regras, entre outras situações.

CONCLUSÃO

Como referiu-se a deslocação populacional não é uma novidade, mas um fenómeno antigo. Essas deslocações populacionais trazem implicações, não só pessoais como sociais, culturais, económicas e políticas, tanto para o país de origem como para o país de acolhimento.

Durante muito tempo a migração era vista como um fenómeno exclusivamente masculino e as mulheres enquanto agentes da migração encontravam-se despercebidas, quase invisíveis no contexto migratório. No entanto, nas últimas décadas o fluxo migratório tem sido cada vez mais diversificado e complexo. A emigração feminina começou a ganhar visibilidade social e destaque nos estudos sobre a migração, apesar de ainda existir uma grande lacuna neste domínio.

Sabendo que as mulheres ocupam uma grande importância no estudo das migrações, é necessário estudar a mulher migrante num ângulo que não seja enquanto mulher esposa, mulher acompanhante do marido, mas sim estudá-la enquanto “mulher imigrante independente”.

Sendo Cabo Verde um país com poucos recursos naturais (pouca água, solos inférteis e limitados), a emigração constitui uma das formas que o país encontrou, desde épocas passadas, para fazer face a esta escassez de recursos. As elevadas remessas financeiras dos emigrantes ajudam bastante a economia do país. A emigração feminina cabo-verdiana é um fenómeno que tem aumentado nas últimas décadas. Estes emigrantes são sobretudo mulheres solteiras, que investem um esforço pessoal na busca de novas oportunidades num país desconhecido e de cultura diferente.

A mulher que é imigrante em Portugal, mãe solteira e chefe de família constituiu o objecto deste estudo. Um grupo bastante vulnerável no país de destino que face às inúmeras dificuldades no país de origem, vêem a emigração como alternativa, no sentido de melhorar as suas condições de vida e proporcionar aos filhos e familiares uma vida melhor. Neste caso, a emigração surge para essas mães como uma estratégia, marcada pela busca de melhores condições de vida, seguindo assim uma lógica económica, uma vez que quase todas as mães entrevistadas neste estudo declararam terem vindo para Portugal por razões económicas, e destas, a maioria não encontrava-se empregada no país de origem. A emigração é vista por essas mães como um modo de vida, um escape à situação de pobreza, desemprego e vulnerabilidade social em que se encontravam.

Com base nas observações realizadas e principalmente nos depoimentos das mulheres entrevistadas, pode-se referir que as mulheres entrevistadas receberam apoios tanto antes como depois de emigrarem. Para saírem do país foram ajudadas pelos familiares migrados, a nível da documentação e dinheiro para poderem emigrar, uma vez que a maioria não dispunha de condições económicas favoráveis para seguir este projecto migratório. Para se

estabelecerem no país de acolhimento todas as mães entrevistadas recorreram aos familiares e amigos residentes em Portugal. Os familiares, em particular, prestam apoios a nível habitacional, ajudam na procura de emprego, ajudam a tratar da documentação, entre outros expedientes.

Os imigrantes, particularmente as mães solteiras entrevistadas, enfrentam uma série de obstáculos. As dificuldades sentidas no percurso migratório englobam dificuldades iniciais (preparativos de partida, a viagem propriamente dita e a chegada no país de destino), bem como as dificuldades sentidas após a chegada no país de destino. Em Portugal são inúmeras as dificuldades enunciadas pelas entrevistadas, no entanto, a falta de documentação foi para algumas (sete entrevistadas) e continua sendo para outras (duas entrevistadas) a principal dificuldade enfrentada por desencadear outros problemas.

Com a aquisição da documentação, muitas dificuldades são superadas e estas mulheres começam a beneficiar de um conjunto de direitos anteriormente negados, visto que não estavam legalizadas. Apesar de algumas mães entrevistadas encontrarem-se ilegais, a perspectiva de trazer os filhos foi enunciada por todas as mães como sendo uma prioridade, com a excepção de uma que veio com o propósito de estudar e logo depois pretende regressar ao país de origem. Os filhos vêm do país de origem mediante o processo de reunificação familiar. A pressão social e familiar para que as mães tragam os filhos é grande, por isso, as que não conseguiram reunir as condições para tal sentem-se tristes, insatisfeitas e ansiosas, um estado de espírito que se reflecte directamente no processo de integração no país de acolhimento.

Deve salientar-se que, apesar das dificuldades enfrentadas por algumas mães entrevistadas, elas ainda vêm a emigração como uma opção preferível face à situação em que se encontravam. Pois, apesar das dificuldades de integração inerentes ao percurso migratório, a saída do país de origem permitiu às entrevistadas a autonomia e o desenvolvimento de algumas competências, designadamente: maior poder de decisão, competências para tomar decisões, planear, priorizar, gerir, investir, entre outras. Como salienta Giuffrè (2007: 194), quando voltam ao lugar de origem, estas mulheres, mais autónomas e independentes, “encenam” a sua nova identidade introduzindo novos valores e propondo novos modos de ser mulher.

Verifica-se uma melhoria progressiva das condições de vida comparando a situação anterior e posterior à emigração. Comparando as condições de vida no país de origem às condições de vida no país de destino, tais como retratadas pelas mulheres entrevistadas, pode-se dizer que houve melhorias consideráveis. No entanto, não se pode falar de boas condições de vida, uma vez que no país de acolhimento as entrevistadas consideram-se “pobres” em relação aos padrões de vida dos autóctones. As condições em que se encontram algumas entrevistadas são bastante precárias, sobretudo a nível habitacional, uma vez que algumas entrevistadas habitam nos bairros degradados, em casas construídas de forma clandestina, habitações sociais, onde a pobreza e a vulnerabilidade são elevadas. Todavia,

verifica-se uma melhoria das condições habitacionais, comparando a situação inicial e actual das entrevistadas. Esta melhoria poderá estar associada ao facto da maioria das entrevistadas conseguirem legalizar-se e ter um trabalho melhor remunerado.

Os imigrantes cabo-verdianos em Portugal encontram-se maioritariamente concentrados na Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para os bairros periféricos que incluem Damaia, Buraca, Amadora, Reboleira. Algumas entrevistadas residentes nesses bairros, particularmente na Reboleira, Damaia e Buraca vivem em condições habitacionais precárias. Todavia, não manifestaram a intenção de mudarem de residência nos próximos tempos, por dois motivos: primeiro, pelo facto de viverem num meio social onde a solidariedade, a inter-ajuda dos vizinhos é forte, e segundo pelo facto de não reunirem as condições económicas para terem melhores condições habitacionais. A questão que se coloca é: *será que o facto de residirem em bairros onde a maioria dos residentes são da mesma nacionalidade favorece a integração social no país de acolhimento? ou o facto de se manterem fechados, num círculo de pessoas da mesma nacionalidade e cultura, não dificulta a abertura para outras culturas?*

O nível de instrução é um indicador importante para avaliar o nível de integração dos imigrantes no mercado de trabalho. A desqualificação académica leva muitas mulheres imigrantes a segmentos do mercado de trabalho menos qualificados, menos remunerados e socialmente desvalorizados. No que se refere às mães entrevistadas, as suas habilitações influenciaram negativamente a integração laboral no país de destino. A situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho está intimamente relacionada ao baixo nível de escolaridade das entrevistadas. Denota-se uma sobre-representação de categorias menos qualificadas, inseridas em sectores pouco atractivos, socialmente desvalorizados e feminizados, designadamente os serviços de limpeza, empregada doméstica e a restauração. Os trabalhos executados pelas mães entrevistadas são mal pagos, em condições precárias, muitas vezes sem contrato de trabalho e conseqüentemente sem benefícios sociais.

Para essas mulheres, particularmente aquelas com filhos menores e dependentes a residir com elas, conciliar o trabalho com a vida familiar é bastante difícil, uma vez que a maioria delas saem para trabalhar muito cedo, têm mais do que um trabalho, trabalham muitas horas por dia e conseqüentemente têm pouco tempo para dedicar à vida familiar. Pelo facto de serem mães solteiras e não terem apoio financeiro dos pais dos seus filhos, independentemente de terem ou não os filhos consigo, sentem a necessidade de trabalhar mais horas no sentido de assegurarem a sobrevivência do agregado familiar e prestar apoio aos familiares no país de origem.

Os sentimentos mais comuns referidos pelas entrevistadas, quando confrontadas com o facto de se separarem dos filhos são a tristeza, preocupação, saudade, o medo que aconteça algo com os filhos, entre outros. Segundo os relatos das dez entrevistadas ter de deixar os filhos no país de origem, foi para elas uma decisão bastante difícil, mas mesmo assim gratificante, uma vez que permitiu-lhes melhorar as suas condições de vida.

O período que medeia a vinda dessas mulheres para Portugal até ao reagrupamento dos filhos é complexo, uma vez que encontramos mães que conseguiram trazer os filhos pouco tempo depois de estarem em Portugal e outras que demoraram muito tempo para conseguirem trazer os filhos, assim como aquelas que depois de vários anos residentes em Portugal ainda não puderam trazer os seus filhos.

A busca de melhores condições de vida para fazer face às condições de vida adversas em que se encontravam as entrevistadas, no período anterior à emigração, fez com que elas se sujeitassem, no país de destino, a inúmeras situações, com o objectivo de reunir as condições que as permitissem trazer os filhos. Entre estas citamos: um contrato de trabalho, a documentação, condições razoáveis de alojamento e um salário que as permitisse assegurar a educação dos filhos no país de acolhimento. Também a pressão dos familiares (directa ou indirectamente), particularmente dos filhos, leva as mães a redobram os esforços para os trazer. Deste modo, os familiares não só ajudam, também exigem.

Todas as mães entrevistadas que têm ao seu cuidado os filhos em Portugal, manifestaram uma grande satisfação, alegria e estabilidade emocional. As mães que não têm os filhos perto de si, na época da realização da entrevista, estavam a envidar esforços nesse sentido.

A integração na sociedade de acolhimento é um processo multidimensional, engloba questões de natureza jurídica, cultural, económica, política, social, entre outras. São vários os factores que influenciam a integração dos imigrantes no país de acolhimento. A integração dos imigrantes, particularmente as mães solteiras envolve um conjunto complexo de factores. As mulheres entrevistadas apresentaram um conjunto de itens que consideram imprescindíveis para a sua integração em Portugal, designadamente: estar legalizado, saber falar o português, ter trabalho, ter os filhos consigo, etc.

Todavia, alguns itens considerados pertinentes para a integração foram pouco evidenciados pelas entrevistadas, designadamente: ser membro de uma associação, participar nas actividades promovidas pelas associações, filiação política e votar. Com isso pode-se concluir que para as mães entrevistadas os elementos mais importantes estão relacionadas com a estabilidade financeira (trabalho e salário), familiar (ter os filhos consigo) e habitacional (ter uma casa), dando assim pouca importância a questões de participação cívica, participação associativa e de cidadania.

Apesar de verificar-se uma melhoria no que se refere ao processo de integração dos imigrantes em Portugal, incluindo um Plano para a Integração dos Imigrantes, verifica-se a necessidade de um plano de políticas migratórias específicas dirigidas às mulheres.

Uma estratégia importante para os Estados receptores de imigrantes, em particular o governo português, será fazer um diagnóstico da situação das mulheres imigrantes, em particular das mães solteiras que foi o objecto deste estudo, conhecer as principais dificuldades, as suas experiências migratórias, em resultado da sua tripla condição de mulheres, mães solteiras e de imigrantes.

BIBLIOGRAFIA

AMÂNCIO, Lúcia (2003), “O Género no discurso das ciências sociais”, *Análise Social*, Vol. XXXVIII (168), 687-714.

AMÂNCIO, Lúcia (2004), *Aprender a ser homem: construindo masculinidades*, Lisboa: Editora Livros Horizonte.

ARAÚJO, Sónia Almeida (2008), “Contributos para uma educação para a cidadania: professores e alunos em contexto intercultural”, *Teses*, nº 17, Lisboa: ACIDI, I.P.

AUGUSTO, Amélia e SIMÕES, Maria João (coord.) (2007), “Migrações” in: *Diagnóstico Social em Concelhos da Beira Interior*, Covilhã: Universidade da Beira Interior, Centro de Estudos Sociais, (Disponível em <http://observatorio.insercoes.org>).

BAGANHA, Maria Ioannis, FERRÃO, João e MALHEIROS, Jorge Macaísta (1999), “Os imigrantes e o mercado de trabalho: o caso português”, *Análise Social*, 147 - 173.

BATALHA, Luís (2008), “Cabo-verdianos em Portugal: “Comunidade” e Identidade”, in: GÓIS, Pedro (org), Batalha, Luís *et al* (2008), *Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, I.P., 25-36.

CAPUCHA, Luís, Antunes, (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras: Celta.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro (1998), *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa: Universidade Aberta.

CARVALHO, Marisa (2010), *A participação da mulher na vida de Cabo Verde*, Coleção Prometeu 37, Edições Ecopy.

CORREIA, Ângelo António Neves (2008), *Análise sectorial da educação e desenvolvimento em Cabo Verde: que intervenções?*, Dissertação apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Aberta, para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na Especialidade de Gestão Pedagógica e Administração Educacional, Lisboa.

DIAS, Sónia e Gonçalves, Aldina (2007), “Migrações e Saúde”, *Revista Migrações - Imigração e Saúde*, Revista do Observatório da Imigração, Nº 1, Lisboa: ACIDI I.P., 15-26.

DIAS, Sónia Ferreira; ROCHA, Cristiane Famer e HORTA, Rosário (2009), “Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: Um estudo qualitativo”, *Estudos OI*, nº 32, Lisboa: ACIDI, I.P.

DGE (1994), *A mulher cabo-verdiana* - RGPH/1990, Praia.

ÉVORA, Iolanda Maria Alves (2007), “Minha gente, minha terra - as atribuições sociais do papel do imigrante em Cabo Verde”, GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Estudos e Investigações nº 43, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 63-98.

FONSECA, Maria Lucinda (coord.) *et al* (2005), “Reunificação familiar e imigração em Portugal”, *Estudos OI*, nº15, Lisboa: ACIDI I.P.

FONSECA, Maria Lucinda; GORACCI, Mónica *et al* (2007), *Mapa de Boas Práticas: Acolhimento e Integração de Imigrantes em Portugal*, Lisboa: OIM e ACIDI IP.

FORTIN, Marie-Fabienne *et al* (2009), *Fundamentos e etapas do processo de investigação* (2009), Loures: Lusodidacta.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamim (2001), *O Inquérito*, Lisboa: Celta editora.

GIL, António Carlos (1999), *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*, 5ª edição, São Paulo: Atlas.

GIUFFRÈ, Marina (2007), “Mulheres que ficam e mulheres que migram: dinâmicas numa relação complexa na ilha de Santo Antão (Cabo Verde)”, GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Estudos e Investigações nº 43, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 193-215.

GÓIS, Pedro (2006), *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, ACIME.

GÓIS, Pedro (2008), “Entre Janus e Hydra de Lerna: As Múltiplas Faces dos Cabo-verdianos em Portugal”, GÓIS, Pedro (org.), Batalha, Luís *et al* (2008), *Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, I.P., 9-24.

GONÇALVES, Marisa e FIGUEIREDO, Alexandra (2005), “Mulheres Imigrantes em Portugal e o Mercado de Trabalho: Diferentes percursos, Inserções Laborais Semelhantes”, ALMEIDA, Adriano *et al* (2005), *Imigração e Etnicidade: Vivências e Trajectórias de Mulheres em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo.

GRASSI, Marzia (2003), *Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GRASSI, Marzia (2006), “Cabo Verde pelo mundo: o género e a diáspora cabo-verdiana”, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (orgs.) (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Estudos e Investigações, 43, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

GUERRA, Isabel Carvalho (2002), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção: O planeamento em Ciências Sociais*, Estoril: Príncípa.

GUERRA, Isabel Carvalho (2006), *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso*, Estoril: Príncípa.

INE (2001) *Educação - RGPH/2000*, Praia.

INE, (2008), *Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva (IDSR-II) 2005*, Praia.

INE (2001), *Migrações - RGPH/2000*, Cabo Verde, Praia.

INE E ICIEG (2008), *Mulheres e homens em Cabo Verde: Números e factos*, Praia.

INE (2009), *Questionário Unificado de Indicadores básicos de Bem-Estar - Cabo Verde 2007*, Praia.

LESSARD-HÉBERT, Michelle *et al* (2005), *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*, Lisboa: Instituto Piaget.

LOBO, Andréa de Souza (2007), “Tão longe e tão perto. Emigração feminina e a organização familiar: Boa Vista - Cabo Verde”, GRASSI, Marzia e ÉVORA, Iolanda (Organizadoras), (2007), *Género e Migrações Cabo-Verdianas*, Estudos e Investigações nº 43, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 169-191.

LOPES, Lídia Correia (2007), “Gravidez e Seropositividade em Mulheres Imigrantes na Região de Lisboa”, *Teses*, nº 11, Lisboa: ACIDI I.P.

MARINHO, Elsa Clara Monteiro (2008), “*Configurações da imigração e integração na sociedade de acolhimento: 1990 - 2007*”, Tese de Mestrado em História Contemporânea, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, José Carlos e GÓIS, Pedro (2008), “Imigrantes altamente qualificados em Portugal: uma tipologia”, *Revista Migrações - Imigração e Mercado de Trabalho*, Revista do Observatório da Imigração, nº 2, Lisboa: ACIDI I.P., 73-94.

MÉDA, Dominique (1999), *O trabalho: um valor em vias de extinção*, Lisboa: Fim de Século.

MENDES, Paulo (2008), “A comunidade cabo-verdiana nos Açores”, *in* GÓIS, Pedro (org), Batalha, Luís *et al* (2008), *Comunidade (s) Cabo-verdiana (s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, I.P., 37-66.

MIRANDA, Joana (2009), *Mulheres imigrantes em Portugal: memórias, dificuldades de integração e projectos de vida*, Lisboa: ACIDI I.P.

MOZZICAFREDDO, Juan (1997), *Estado-providência e cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta.

PEIXOTO, João *et al* (2006), *Mulheres migrantes: percursos laborais e modos de inserção socioeconómica das imigrantes em Portugal*, Relatório final de projecto, Lisboa: ISEG.

PEIXOTO, João (2008), “Imigração e Mercado de Trabalho em Portugal: Investigação e Tendências Recentes”, *Revista Migrações - Imigração e Mercado de Trabalho*, Revista do Observatório da Imigração, nº 2, Lisboa: ACIDI I.P, 19-46.

PEREIRA, Elisabete Maria Magalhães (2006), *Mulheres Imigrantes de São Tomé e Príncipe em Portugal- um estudo de caso no Bairro Vale de Chicharos*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais, Lisboa: Universidade Aberta.

PEREIRA, Sónia (2008), “Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica”, *Revista Migrações - Imigração e Mercado de Trabalho*, Revista do Observatório da Imigração, nº 2, Lisboa: ACIDI I.P, 47-71.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras: Celta

PORTES, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras: Celta.

QUIVY, Raymond e VAN CAMPENHOUDT, Luc (2008), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva.

RAMOS, Natália (org.) (2008), *Saúde, migração e interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas*, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

RIBEIRO, Silvana Mota (2005), *Retratos de mulher: Construções sociais e representações visuais no feminino*, Colecção Comunidade e Sociedade 2, Porto: Campo das Letras Editores.

ROCHA-TRINDADE, B. (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa: Universidade Aberta.

RODRIGUES, Eduardo Victor *et al* (1999) “A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceito e Políticas Sociais em Portugal”, *Sociologia*, Vol. IX, 63-101.

RUIVO, Fernando (2002), *Poder Local e Exclusão Social: Dois estudos de caso de organização local da luta contra a pobreza*, Colecção Labirintos nº 1, Coimbra: Quarteto.

SAINT-MAURICE, Ana de (1997), *Identidades reconstruídas: cabo-verdianos em Portugal*, Oeiras: Celta.

SANTANA, Helena Maurício (2008), *Migrantes Hindus em Portugal: Trajectos Margens e Poderes*, Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, Lisboa: ISCTE.

SANTOS, Vanda (2004), *O discurso oficial do Estado sobre a Emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Roberto Carneiro (coord.), Lisboa: ACIDI I.P.

SANTOS, Vanusa Coelho Dos (2008), *Mulheres imigrantes no Distrito de Castelo Branco: trajectórias, modos de vida e condições de integração*, Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade da Beira Interior, para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia: Desenvolvimento e Cidadania, Covilhã.

VALA, Jorge (2001), “Análise de conteúdo”, SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (orgs), *Metodologia das Ciências Sociais*, 11^a edição, 129-148, Porto: Afrontamento.

ANEXOS

Anexo I - A Evolução da situação das mulheres em Cabo Verde

1462-1856

- As mulheres escravas constituíam uma reserva reprodutora importante, pelo que o fruto do seu ventre era propriedade do amo e constituía-se em mais um objecto de produção;
- A célula familiar básica era constituída pela mãe e pelos filhos e filhas. A leitura da descendência fazia-se apenas pela linha feminina.

1905-1949

- Nos períodos de seca intensa e, conseqüentemente, de fome, as autoridades reconhecendo o papel das mulheres para a sobrevivência da família, entregavam a cada mãe 1,5 litros de milho, enquanto a cada homem entregavam apenas 1 litro desse produto.

1963-1974

- As mulheres participam na luta de libertação e realizavam as mais diversas actividades: garantem o funcionamento dos jardins infantis, das escolas, dos hospitais, dos serviços logísticos e burocráticos e o trabalho no sector das telecomunicações: emissões da Rádio "Voz de Libertação", divulgação das informações escritas.

1975-1990

- 1977: Entrada em funcionamento o Programa Materno Infantil e de Planeamento Familiar;
- 1979: Ratificação das Convenções 100 e 111 da OIT, que estabelecem o princípio geral de igualdade de remuneração entre homens e mulheres, que realizam o mesmo tipo de trabalho e a não discriminação no emprego em função do sexo, respectivamente;
- 1980: A primeira Constituição da República estabelece, no artigo 25º, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de sexo, nível social, intelectual ou cultural, crença religiosa ou convicção filosófica;
- 1980: A 5 de Dezembro, Cabo Verde converte-se num dos 21 primeiros estados membros da ONU a assinar sem reservas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres;
- 1980: Pela primeira vez uma mulher passa a integrar o Parlamento;
- 1981: A 27 de Março, foi criada a Organização de Mulheres de Cabo Verde (OMCV). Esse dia foi declarado Dia da Mulher Cabo-verdiana;
- 1987: Regulamentada a interrupção voluntária da gravidez (despenalização do aborto).

1991-2008

- 1991: A partir da abertura democrática as organizações da sociedade civil que têm como finalidade combater as desigualdades existentes nas relações de género propagam-se e especializam-se em áreas de actuação;
- 1991: Constitui-se o primeiro governo integrado por mulheres;
- 1992: A Constituição da República, reconhecendo a situação da discriminação da mulher, incumbem ao Estado o dever de velar pela eliminação das condições que identificam essa discriminação e de assegurar a protecção dos seus direitos;
- 1994: Criado o Instituto da Condição Feminina cuja missão era zelar para a criação de condições e mecanismos institucionais que assegurem os direitos das mulheres;
- 1996: Elaborado o primeiro Plano de Acção Nacional de Promoção da Mulher, (1996- 2000);
- 1997: O Código Civil - Livro da Família, confere a ambos cônjuges igualdade de direitos e deveres na família e integra a separação judicial de pessoas e bens. Consagra a união de facto, a igualdade legal dos filhos nascidos dentro ou fora casamento e estipula que o poder paternal é exercido conjuntamente pelos progenitores;
- 1999: O Código Eleitoral, estabelece que as listas propostas às eleições devem conter uma representação equilibrada entre ambos os sexos;
- 2000: No Censo da População, o emprego doméstico e as actividades informais, passam a ser considerados actividades económicas produtivas;
- 2000: No Simpósio Nacional sobre a Saúde da Reprodução, foi adoptado o conceito de Saúde Reprodutiva, sendo desenhada a sua materialização no âmbito do Programa Nacional de Saúde Reprodutiva;
- 2004: O Código Penal define a violência doméstica como “o acto de infligir ao conjuge ou a pessoa com quem esteja unido em união de facto maus-tratos físicos ou psicológicos, ou tratamentos cruéis”. É considerado um crime semi-público, punível com penas que vão de 1 a 4 anos de privação de liberdade;
- 2005: Elaborado o Plano Nacional de Igualdade e Equidade de Género (2005-2011);
- 2005; O Instituto Nacional de Estatística inclui no Inquérito Demográfico sobre Saúde Sexual e Reprodutiva, questões que permitem desvendar a situação da violência doméstica no país;
- 2006: Após 25 anos da ratificação da Convenção, no decorrer da 36ª Sessão da ONU, Cabo Verde apresentou perante o Comité sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres o “Relatório Inicial de Cabo Verde”, o qual apresentou a evolução da situação das mulheres desde a ratificação da Convenção em 1980;
- 2006: Criada a Rede Inter Institucional de Atendimento as Vítimas de Violência Doméstica e entraram em funcionamento os Gabinetes de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica;
- 2006: No âmbito das actividades de reforço institucional, o ICF passou a denominar-se Instituto Cabo-verdiano de Igualdade e Equidade de Género;
- 2007: Elaborado o Plano Nacional de Combate contra a Violência Baseada no Género (2007-2009);

- 2008: Cabo Verde passa a ser o 2º país do mundo a ter um governo com uma configuração paritária. E o Código Laboral regulamentou o emprego doméstico (INE e ICIEG, 2008:12-15).

Anexo II - Guião de entrevista com as mães solteiras de origem cabo-verdiana residentes em Portugal

Bloco I Identificação

- Nome (garantia de anonimato caso seja exigido)
- Idade
- Naturalidade (ilha)
- Nível de escolaridade
- Continuou os estudos em Portugal?
- Local de residência actual

Bloco II Situação anterior ao projecto migratório

- Situação económica/ profissional
- Condições habitacionais
- Situação familiar

Bloco III Razões da emigração

- Motivo da vinda para Portugal
- Razões da escolha de Portugal

Bloco IV Redes migratórias

- Tinha rede de apoio no país de origem?
- Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?
- Veio sozinha para Portugal?
- Teve ajuda de alguém para emigrar?
- Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Bloco V Situação legal

- Visto de entrada em Portugal
- Estatuto legal actual?
- Tempo de residência em Portugal

Bloco VI Percurso laboral

- Quanto tempo demorou para arranjar emprego em Portugal?
- Qual foi a primeira ocupação em Portugal?
- Qual é sua situação profissional actual? (empregada, desempregada, ...)
- Qual é a sua ocupação actual?

- Que tipo de contrato tem?
- Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Bloco VII Situação familiar

- Teve mais filhos em Portugal?
- Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?
- Quando veio já tinha a intenção de mandar vir o (s) filho (s)?
- Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo?
- Se não, porquê?
- Como se sente ao separar-se do (s) filho (s)?
- Presta apoio aos familiares no país de origem?
- Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Bloco VIII Situação habitacional

- Com quem habita?
- Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, quarto cedido)
- No caso de pagar renda, qual é a quantia?
- Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?
- Qual é o número de divisões do espaço onde habita?
- Qual é o numero de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Bloco IX Integração na sociedade portuguesa

- Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?
- Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?
- Tem amigos portugueses?
- Como é a sua relação com os portugueses?
- Como vê os portugueses?
- Como acha que os portugueses as vêem?
- Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde? (no trabalho, na rua...)?
- Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?
- Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?
- Como ocupa os seus tempos livres?
- Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?
- Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?
- É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?
- Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?
- Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?
- Já arrependeu-se alguma vez por ter vindo?
- Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

- Se sim, o que contribuiu para a sua integração?
- Se não, em que aspectos não se considera integrada?
- Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio do familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres dos imigrantes; 14. ter direito à filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).
- Coloque em ordem decrescente os cinco elementos que considera mais importante.

Anexo III - Transcrição das entrevistas

Entrevista 1

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 23 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou natural da ilha de Santiago, concelho de Santa Catarina.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até o 9º ano. Cheguei a frequentar o 10º ano, mas não cheguei a terminar.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Claro que gostaria de estudar, mas como? Não posso dar-me ao luxo de deixar de trabalhar para estudar porque tenho um filho em Cabo Verde para sustentar. Se fosse hoje não teria filho tão cedo. Ficar a trabalhar nessas condições enquanto as minhas colegas estudam. É triste mesmo, imagina, poderia estar a estudar para ter uma vida diferente. Mas o quê se pode fazer agora? É a vida, não é?

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]* Na Reboleira.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Não, nunca cheguei a trabalhar, quer dizer, nunca trabalhei fora de casa. Trabalhava em casa, ajudava os meus pais nos trabalhos domésticos, trabalhos no campo, etc.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

Não posso falar de condições económicas porque não tinha nenhuma. Os meus pais é que pagavam tudo. Eu era dependente deles. Imagina com um filho e a depender das pessoas, é muito chato não é?

3. Como era as suas condições habitacionais?

Eu não tinha casa própria, vivia com os meus pais, a casa não tinha boas condições, enfim não tinha muitas coisas, não tinha luz, não tinha água canalizada (...). Não tinha espaço para tantas pessoas que lá viviam e quando tive o meu filho a situação complicou.

4. Como era a sua situação familiar?

Eu vivia numa família numerosa, constituído por meus pais, meus irmãos, primos, avós e o meu filho. Nem sempre é agradável viver numa família tão numerosa, sobretudo quando as condições económicas e habitacionais são limitadas.

5. Tem quantos filhos?

Tenho um filho.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Engravidar aos 17 anos, o pai do meu filho tinha na altura 26 anos e tinha uma outra família, a minha mãe e os meus familiares ficaram durante muito tempo zangados comigo. **[Porquê?]** Pelo facto do pai do meu filho não se responsabilizar pela educação dele. Com o passar do tempo acabaram por aceitar a situação.

O pai do meu filho reagiu mal com o nascimento da criança porque já tinha uma família, o que poderia gerar conflitos com a minha família e com a outra mulher. **[E tu como reagiste?]** Fiquei desorientada com muito medo e muita vergonha dos meus pais, familiares e colegas. Eu era na altura estudante e menor de idade. As pessoas criticam muito e os pais as vezes chegam a bater, a pôr para fora de casa, etc. A relação com o pai do meu filho é quase nula, depois do nascimento do meu filho cheguei a falar com ele duas vezes, primeiro para comunicar o nascimento do meu filho e depois para registar a criança.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Eu vim para Portugal para trabalhar, porque em Cabo Verde não trabalhava e dependia dos meus pais e familiares para tudo (alimentação, vestuário, remédio para o meu filho), enfim tudo. Já não dava, porque queria dar ao meu filho tudo o que uma criança precisa, e os meus pais não tinham como, nós somos pobres, vivíamos da agricultura, criação de gado e remessas dos familiares imigrantes.

Com a ajuda dos meus familiares residentes em Portugal decidi emigrar para Portugal. O meu filho com apenas dois anos na altura teve que ficar com os meus pais. Cheguei aqui, a minha família acolheu-me e ajudaram-me a encontrar um emprego, enfim apoiaram-me muito.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Olha, escolhi Portugal porque aqui tenho alguns familiares e amigos, que incentivaram-me a emigrar e sabia que podiam ajudar-me logo que chegasse com alojamento, trabalho, etc. Acho que é mais fácil adaptar num país onde conheces pessoas, tens amigos, familiares, falas e compreendes minimamente a língua desse país.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

A minha família e a vizinhança constituem uma rede de apoio para mim. Apesar de ter engravidado precocemente ajudaram-me muito com o meu filho, cuidavam dele, tomavam conta dele quando precisava sair, etc.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Sim, já tinha. Tenho aqui vários familiares.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim, tive ajuda de várias pessoas, sobretudo dos familiares imigrantes. Ajudaram-me muito mesmo. Sou muito grata a eles porque deram-me a oportunidade de ter uma vida melhor da que poderia ter em Cabo Verde e dar ao meu filho uma vida digna.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, foste ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda de amigos e familiares quando cheguei aqui. Deram-me apoio no domínio do alojamento, alimentação, ajudaram-me a encontrar emprego e deram-me coragem para suportar a saudade, etc.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Foi difícil conseguir o visto, porque já não estava a estudar por isso não poderia pedir o visto de férias. Mas com a ajuda de algumas pessoas consegui um visto de férias como se fosse uma trabalhadora que queria vir para Portugal passar férias. **[Como conseguiram?]** Não sei, a pessoa que me ajudou, tem os seus contactos, não dizem quem são esses contactos nem como fazem para conseguir. **[E o que recebem em troca?]** O que achas? Dinheiro, claro. **[Quantos?]** Bom, o que posso dizer é que é uma boa quantia em escudo cabo-verdiano.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Estive três anos e tal sem documento e só agora consegui reunir as condições para o solicitar. No momento estou a aguardar a resolução do SEF, mas estou confiante de que vou ter o meu título de residência provisória em breve. Isso deixa-me um pouco aliviada, porque assim que eu conseguir vou começar a tratar dos documentos necessários para trazer o meu filho.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Deixei o meu país de origem num Domingo do ano de 2006. Estou em Portugal há 4 anos.

VI - Percorso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Tinha a ideia de que encontrar trabalho e bem remunerado era fácil aqui. Eu demorei um mês para encontrar trabalho. Não é nada agradável estar sem trabalhar a depender das pessoas para tudo. Foi a minha prima que me conseguiu um trabalho.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

A minha primeira ocupação foi empregada interna numa casa de família. **[Como foi a sua experiência como empregada interna?]** Olha nem gosto de lembrar dessa experiência, porque não foi boa. Quando trabalhava como interna, fui humilhada até por crianças. Uma vez o filho da patroa deitou as coisas no chão propositadamente e mandei-o apanhar. Sabes o que a criança me disse? Apanha, empregada não sou eu, tu és paga para isso. Como não tinha escolha tive que suportar aquilo.

3. Qual é a sua situação profissional actual?

Graças a Deus, desde que comecei a trabalhar nunca estive numa situação de desemprego.

4. Qual é a sua ocupação actual?

No momento trabalho como empregada de limpeza. É muito cansativo, mas infelizmente não tenho escolha.

5. Que tipo de contrato tem?

Não tenho contrato de trabalho. Não me fizeram contrato porque ainda não tenho documento, estou a aguardar pela resolução do SEF. É complicado trabalhar sem contrato, mas seria pior estar sem trabalho. Nós desenrascamos, temos que arranjar estratégias para “safarmos”, nem sempre é correcto, mas também estar sem trabalho a passar dificuldades não é melhor.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Eu estou pouco satisfeita com o trabalho que desempenho, mas pelo menos consegui ter uma vida independente e ajudar na educação do meu filho. *[Porque se sente pouco satisfeita com o trabalho que desempenha?]* Acho que ninguém gostaria de passar o dia todo a limpar o chão, trabalhar sem contrato e ser explorada porque não tem documento. Além disso, os salários que ganhamos são muito inferiores ao esforço que fazemos. Eu faço isso porque não tenho habilitação suficiente para desempenhar outro tipo de trabalho.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Credo, nem pensar o que já tenho chega, por enquanto, ainda sou muito jovem.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Deixei o meu filho sob a responsabilidade dos meus pais.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Claro. Acho que a maioria das mães tem a intenção de mandar vir os filhos.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Ainda não mandei vir o meu filho porque ainda não tenho documentação. No momento aguardo a resolução do SEF. Mas logo que conseguir farei de tudo para trazê-lo o quanto antes.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Sinto-me mal, preocupada e muito triste. Fico desesperada quando acontece alguma coisa com algum filho dos meus amigos e conhecidos que também se encontram em Cabo Verde.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Claro, sempre que puder. Não dá para ajudar todos, mas os meus pais faço o possível para os ajudar sempre.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Sim, envio. Todos os meses, mesmo se não for muito. O meu filho encontra-se em Cabo Verde e os meus pais precisam de ajuda, não há como deixar de enviar. Mesmo quando eu mandar vir o meu filho vou continuar a apoiar os meus pais.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

Na verdade não possuo nenhuma habitação. Vivo na casa de uma tia. Estou a viver na casa dela há 4 anos. Todos os meses partilhamos as despesas da casa (água, luz e alimentação). A casa tem poucas condições e pouco espaço e lá vivemos cinco pessoas. Assim que conseguir a documentação pretendo procurar um trabalho melhor remunerado e uma casa para arrendar, porque vou precisar de reunir as condições habitacionais para trazer o meu filho. Gostaria muito de ter o meu espaço. Para a minha tia a minha estadia em sua casa é uma grande ajuda, porque ela tem três filhos e não tem ajuda de ninguém.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Eu não pago renda, a casa onde a minha tia habita foi construída de forma clandestina.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

A casa não tem condições, tem problemas de infiltração, no Inverno é muito fria e no verão é extremamente quente.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa tem dois quartos, uma casa de banho, uma pequena cozinha improvisada e uma pequena sala.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Somos cinco em casa. Eu, a minha tia e os três filhos dela.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Enfrentei muitas dificuldades. Até hoje enfrento, mas a principal dificuldade foi a falta de documentação. Por causa disso é que enfrentei outras dificuldades e continuo separada do meu filho.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Ajudaram-me sim, os meus amigos e familiares. Eles acolheram-me, ajudaram-me a encontrar trabalho e deram-me força, etc.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho alguns.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Tenho uma relação razoável com os portugueses.

5. Como vê os portugueses?

Acho que são um pouco racistas. Mas não quero dizer que todos são iguais, conheço muitos que são boas pessoas, que ajudam os outros independentemente da raça, cor ou religião.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Acho que nos vêem como se estivéssemos a prejudicá-los. *[Em quê?]* Por exemplo como se tivéssemos a tirar o emprego. Mas na verdade os trabalhos que fazemos nem sempre elas gostam de fazer, porque nós fazemos todos os tipos de trabalho.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já fui discriminada no local de trabalho. Tinha uma patroa racista, ela favorecia as que eram de cor branca em relação a nós pretas.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Claro que mantenho hábitos da minha terra. *[Que tipo de hábitos?]* Falo crioulo com os meus amigos e familiares, cozinho pratos de Cabo Verde como a cachupa, cuscuz ... oiço e danço músicas de Cabo Verde, etc.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Mantenho uma boa relação com os cabo-verdianos, acho que aqui as pessoas precisam uma das outras porque estamos longe da nossa terra e dos nossos familiares.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Aos fins-de-semana quando estou de folga saio com os meus amigos para passear, visito os meus familiares, às vezes quando não estou com vontade de sair fico em casa, assisto aos programas na televisão ou durmo.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Sempre que possível telefono. Ao meu filho e aos meus pais telefono quase todas as semanas, mas os amigos e restantes familiares telefono ocasionalmente. Não dá para telefonar sempre porque a vida está um pouco difícil aqui.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Infelizmente não. Sonho com isso todos os dias, mas não tenho documento, se eu for não poderei regressar.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Costumo, mas raramente.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Em nenhum momento arrependi-me de ter vindo, porque a vida que levo aqui é melhor da que levava em Cabo Verde. Não dá para comparar mesmo.

16. Já arrependeu-se alguma vez por ter vindo?

Não, nunca.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Não posso dizer que sim porque estou ilegal ainda, apesar de aguardar a resolução do SEF, não tenho nenhuma regalia enquanto imigrante.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

Falta de documentação, falta de contrato de trabalho, falta de benefícios sociais, etc.

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18 (ter saúde). Eu nunca votei e nem me interessa agora. Não vou ganhar muito com isso. Quem ganha são eles, os seus familiares e amigos íntimos.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 7, 15, 16, 10.

Entrevista 2

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 27 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou natural da ilha de Santiago, concelho da Praia.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até 12º ano em Cabo Verde.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Sim, no momento estou no último ano do curso de Gestão de Empresas.

5. Onde reside actualmente

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]* Resido em Alfoanelos.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Não, eu era apenas estudante.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

Eu dependia 100% dos meus pais.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Vivia com os meus pais, mas tínhamos boas condições habitacionais.

4. Como era a sua situação familiar?

Em Cabo Verde vivia com os meus pais, meus dois irmãos e a minha filha. Com a minha gravidez algumas coisas mudaram, pois aumentaram as responsabilidades para os meus pais.

5. Tem quantos filhos?

Tenho uma filha de 8 anos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Quando engravidei tinha 18 anos e o pai da minha filha 19 anos. Engravidei antes de terminar o ensino secundário, encontrava-me a frequentar o 12º ano. O pai da minha filha também encontrava-se a frequentar o 12º ano.

O pai da minha filha reagiu mal quando soube que estava grávida. Nem eu nem ele estávamos preparados, mas a verdade é que fomos inconsequentes e irresponsáveis. Na verdade, eu e o pai da minha filha terminamos o namoro logo depois de a nossa filha nascer. Ele nunca me ajudou na educação da criança, pois encontra-se no Brasil a estudar.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Eu vim para Portugal para continuar os estudos.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Eu sempre sonhei em fazer o meu curso superior em Portugal, pois aqui tenho colegas do liceu e amigos de longa data. Também achei que aqui seria mais fácil estudar.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Tenho a minha família que é bastante unida e solidária. Eles sempre apoiaram-me, davam-me força, ajudavam-me financeiramente quando precisava e ajudavam-me com a minha filha, etc.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Não muitos, mas tinha.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim, dos meus pais.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda de amigos e de uma tia.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Vim para Portugal com visto de estudante.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Tenho cartão de residência provisório. Todos os anos tenho que renovar. Mas este ano vou receber o permanente, sendo assim, já não vou precisar renovar e possivelmente vão dar-me a nacionalidade. Mas a saudade é muita e não sei se vou esperar a nacionalidade.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Estou aqui há seis anos.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Bom, só arranjei trabalho um ano depois de estar aqui. Precisava integrar-me um pouco e adaptar-me ao sistema de ensino português.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Trabalhei numa loja de roupas.

3. Qual é sua situação profissional actual?

No momento estou a trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Conciliar os estudos e o trabalho não é fácil, mas tenho que suportar e ultrapassar as dificuldades para poder dar melhores condições à minha filha e no futuro próximo regressar a Cabo Verde para exercer a profissão de gestora de empresas.

4. Qual é a sua ocupação actual?

No momento trabalho como assistente de loja no Colombo. *[É duro ser trabalhador estudante?]* É sim. Eu lamento muito por não ter aproveitado os bons momentos com os meus colegas da universidade e nunca ter ido de férias a Cabo Verde. Enquanto os meus colegas passeavam e divertiam-se, eu tinha que trabalhar. Mal encontro tempo para estudar, mas preciso ajudar os meus pais nas despesas com a minha filha.

5. Que tipo de contrato tem?

Tenho um contrato a prazo.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Em relação ao trabalho, estou satisfeita. Dou bem com o meu patrão e com os meus colegas. Nunca tive problemas no trabalho. É claro que gostaria de estar a desempenhar outra função, mas fazer o quê?

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Não tenho, nem pretendo ter.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Deixei o meu filho sob a responsabilidade dos meus pais.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Não, nunca me passou pela cabeça. Pretendo regressar o mais rápido possível.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Não, como já disse não tinha a intenção e nem pretendo trazer, pois só vim continuar os estudos e pretendo regressar.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Sinto-me muito mal, são seis anos sem ver a minha filha. Sinto-me triste por não ter acompanhado o crescimento dela e nunca ter sido chamada de mãe, pois ela chama os meus pais de mãe e pai.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Não é muito, mas envio.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Ocasionalmente envio dinheiro aos meus pais para ajudar nos gastos com a minha filha.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

Vivo numa casa arrendada que partilho com alunos cabo-verdianos. Na verdade, eu pago a renda do meu quarto e dividimos as outras despesas (luz, água, gás e televisão).

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Eu pago pelo quarto 150 euros, mas as outras despesas ronda os 40 euros mensais.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

A casa encontra-se em bom estado.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa tem três quartos todos ocupados, uma casa de banho, uma sala e uma cozinha.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Somos três raparigas. Duas da ilha de Santiago e uma da ilha de Santo Antão.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Graças aos meus pais enfrentei menos dificuldades, pois apoiam-me muito. Se não fosse eles, hoje não estaria a estudar. Mas faço também um part-time para pagar as minhas despesas. Ocasionalmente envio dinheiro aos meus pais para os ajudar na educação da minha filha. É difícil, mesmo difícil, ter que conciliar estudo e trabalho, mas também falta pouco para terminar os estudos, graças a Deus.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Ajudaram-me sim, os meus amigos e familiares. Quando cheguei aqui fiquei na casa da minha tia durante alguns meses e trataram-me muito bem. A minha amiga ajudou-me a arranjar um part-time.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho muitos.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Mantenho uma boa relação com os portugueses.

5. Como vê os portugueses?

Acho que em geral são simpáticos, mas às vezes demonstram um certo racismo e egoísmo, sobretudo, na universidade.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Acho que nos vêem positivamente. Eu, particularmente, dou bem com todos independentemente da nacionalidade, condições económicas, etc.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Não me recordo de ser discriminada.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sim, mantenho. *[Que tipo de hábitos?]* Falo crioulo com os meus amigos de Cabo Verde, gosto de dançar as músicas de Cabo Verde, quando possível vou às festas de cabo-verdianos, noites cabo-verdianas e adoro comer comida de Cabo Verde.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

A minha relação com os cabo-verdianos é muito boa.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Quando estou de folga saio para passear, visito os meus amigos, vou a festas e se estiver cansada fico em casa a ver televisão.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Comunico com os meus familiares e amigos sempre. Em geral, uso a internet para falar com os meus amigos, mas também telefono para falar com a minha filha e com os meus pais.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Fui de férias uma vez e já passaram quatro anos. Durante as férias aproveito para trabalhar a full-time, porque durante o período lectivo só posso fazer part-time, porque tenho que ir às aulas e estudar.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Raramente.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Muito satisfeita. Consegui concretizar o meu sonho e o sonho dos meus pais, que é formar-me em gestão de empresas. Ainda não terminei, mas em breve regressarei com o meu diploma e irei exercer a função de gestora de empresas se Deus quiser.

16. Já arrependeu-se alguma vez por ter vindo?

Não, nunca. Sempre foi o meu sonho vir para cá estudar.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Sinto-me bem integrada.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Já conhecia a língua portuguesa, estou legal no país, tenho amigos de várias nacionalidades, estou a estudar, a trabalhar, conheço aos meus direitos e deveres, etc.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com

benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17. Acho que 16 não enquadra na minha situação, porque assim que eu terminar os estudos vou-me embora.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 2, 6, 10, 17.

Entrevista 3

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 28 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou natural da ilha de Santiago, concelho de Santa Catarina.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até 8º ano. Engravidei quando estava a frequentar o 9º ano, mas tive de desistir.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Não. Pensei em fazer o 9º ano para poder fazer um curso de cozinheira profissional, mas não deu. O meu horário de trabalho não permite.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]* Na Buraca.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Nunca tinha trabalhado em Cabo Verde a não ser em casa. Trabalhava muito, mas trabalho doméstico não é valorizado em Cabo Verde porque não é remunerado. Acho muita injustiça porque em casa trabalha-se mais do que fora de casa e é muito cansativo.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

Eu dependia dos meus pais e irmãos que encontram-se migrados.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Éramos muitos numa mesma casa, uma família numerosa. A minha família era composta por meus pais, minha avó, os meus 3 irmãos, pois dois estavam migrados, dois sobrinhos filhos de um dos meus irmãos imigrantes, eu e a minha filha, num total de 10 pessoas. Dá para ver que a casa encontrava-se sobrelotada.

4. Como era a sua situação familiar?

Nós somos de uma família muito pobre, mas unida. Com a minha gravidez as coisas foram bastante complicadas. Os meus pais indignados expulsaram-me de casa e fui morar com a minha avó materna. Meses depois eles aceitaram-me de volta, mas demorou muito para se adaptarem à nova realidade. Com o nascimento da minha filha a alegria reinou novamente na minha casa.

5. Tem quantos filhos?

Tenho uma filha de 11 anos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Engravidei aos 16 anos.

O pai da minha filha era mais velho do que eu, tinha 21 anos. Tanto eu como ele ficamos com muito medo da reacção das pessoas e sobretudo dos nossos pais. Mas para os rapazes as coisas são bem diferentes. Não são expulsos de casa, não têm a necessidade de deixar os estudos, e nem sempre sentem a responsabilidade de cuidar dos filhos como as raparigas.

O pai da minha filha inicialmente ajudava na educação da criança, mas dois anos depois acabamos por terminar a relação e ele deixou de apoiar e a responsabilidade ficou a cargo exclusivo dos meus pais. Quando decidi trazer a minha filha ele arranhou muitos problemas porque não queria, mas acabou por dar a autorização para trazê-la.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Apesar da emigração nunca ter feito parte dos meus sonhos, perante a situação em que me encontrava era a única alternativa. Eu vim para Portugal porque queria ter uma vida melhor e proporcionar aos meus pais e à minha filha melhores condições de vida. Vim à procura de trabalho, porque em Cabo Verde eu estava desempregada.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Escolhi Portugal por influência dos meus familiares. Aqui tenho muitos familiares e amigos, eles ajudaram-me a emigrar porque queriam ver-me numa outra situação.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Tinha sim. Era constituído por amigos, familiares e vizinhos. Todos apoiavam-me, sobretudo, depois do nascimento da minha filha.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Sim, vários.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda dos meus familiares que residem em Portugal. Fiquei na casa da minha irmã durante um ano. Durante o período em que me encontrava desempregada não ajudava na alimentação, nem nas outras despesas, mas logo que comecei a trabalhar passei a contribuir. É justo não é?

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Entrei no país com visto Schengen.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Estive ilegal durante dois anos. No momento tenho título de residência provisório, todos os anos tenho que renovar, é uma “chaticice”.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Resido em Portugal há 7 anos.

VI - Percorso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Tive 3 meses sem trabalho. Foram três meses de tristeza porque é mesmo chato estar aqui dentro de casa sem fazer nada e a depender das pessoas para tudo.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Trabalhei como empregada de limpeza numa firma onde trabalha a minha tia.

3. Qual é sua situação profissional actual?

Desde de que comecei a trabalhar nunca estive desempregada, graças a Deus.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Continuo a trabalhar na limpeza, é o que aparece, se tivesse estudado seria bem diferente. Hoje lamento muito por não ter continuado os estudos. Quando vejo os meus antigos colegas, actualmente alunos universitários, fico triste. Demorei muito para adaptar-me às duras e longas horas de trabalho, sabendo que poderia estar a estudar, mas quando lembro que tenho uma filha para sustentar fico mais animada.

5. Que tipo de contrato tem?

O meu contrato é a prazo. É chato porque às vezes renovam o contrato às vezes não. Espero no próximo ano passar a ser efectiva.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Não estou nem satisfeita nem insatisfeita. O meu trabalho é muito cansativo e trabalho muitas horas. Mas mesmo assim consegui melhorar a minha vida. Estar desempregada é pior.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Não penso em ter mais filhos nos próximos anos, antes quero ver a minha filha crescer e formar-se. Com a vida que levo aqui não tenho tempo nem condições financeiras para dar ter mais filhos. A vida aqui é dura.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Quando vim para Portugal deixei a minha filha com a minha mãe. Ela é uma boa mãe e gosta muito da minha filha. Sabia que com a minha mãe ela ficaria bem e podia ficar mais tranquila.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Claro. Quem gostaria de ficar longe dos filhos? Acredito que todas as mães que vêm para Portugal à procura de uma vida melhor têm a perspectiva de mandar vir os filhos.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Sim, graças a Deus consegui mandar vir a minha filha. Demorou alguns anos, mas hoje estamos juntas aqui. *[Quantos anos depois?]* Três anos depois de estar aqui é que a minha filha veio.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

É uma tristeza enorme, nem imaginas. Dias e noites sem dormir a pensar na minha filha. Eu era muito apegada a ela e ela a mim. Passei três anos nessa angústia, mas passou. Hoje estamos juntas e felizes. Ela está a estudar e consegue ter boas notas. Sinto-me orgulhosa e estou a fazer de tudo para que ela venha a ter um futuro radiante.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Claro, tenho a minha família em Cabo Verde que apoiou-me sempre, sobretudo quando eu mais precisava. Hoje faço de tudo para retribuir.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Não todos os meses, mas sempre que possível envio dinheiro à minha mãe. Gostaria de poder enviar todos os meses mas às vezes não dá.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado,...)?

Vivo numa casa alugada, é pequena, mas dá para aguentar até melhorar as minhas condições económicas.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Pago 280 euros, com despesas a parte.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

O estado da casa é razoável, apesar de ser um pouco antiga e precisar de ser melhorada.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa tem um quarto, uma pequena cozinha, uma sala bem pequena e uma casa de banho.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Somos três, eu, a minha filha e a minha prima que se encontra aqui a fazer um curso.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Não enfrentei muitas dificuldades, pois encontrei um forte suporte familiar, que apoiou-me e continua a apoiar-me.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Sim, os meus familiares sempre ajudaram-me a ultrapassar as dificuldades. Foram eles que acolheram-me quando cheguei, prestaram -me apoio financeiro e alimentar durante o período em que estive desempregada e principalmente ajudaram-me no processo de legalização.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho alguns.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

A minha relação com os portugueses é razoável.

5. Como vê os portugueses?

Assim como em todas as nacionalidades encontramos aquelas pessoas que são más e preconceituosas, também encontramos entre os portugueses pessoas assim.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Depende. Alguns nos vêem bem outros nem por isso. Acho que já estão fartos de nós aqui. Mas eles também emigram, por isso tem que suportar a nossa presença.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já. Uma vez telefonei para uma entrevista de trabalho mostraram que tinham gostado de mim, mas quando chegou o dia da entrevista e viram que eu era preta deram-me uma desculpa sem muita lógica.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sim, sempre aos fins-de-semana faço algum prato típico de Cabo Verde, coloco música de Cabo Verde e começo a cantar e a dançar como uma louca. **[risos]**. Faço isso para matar a saudade que sinto da minha terra.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Damo-nos muito bem, às vezes sinto como que se estivesse em Cabo Verde, porque falamos em crioulo, falamos das novidades de Cabo Verde, dos nossos problemas e dos nossos planos.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Vivo eu, a minha filha e uma prima minha que se encontra cá a estudar. Aos fins de semanas saio com a minha filha para passear, visitamos os nossos familiares e às vezes saio à noite com as minhas amigas.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Telefono a minha mãe todas as semanas. Mas aos amigos de vez em quando porque são muitos e não dá.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Depois de estar em Portugal fui a Cabo Verde em 2009 com a minha filha visitar os meus pais, os demais familiares e amigos. Estar em Cabo Verde representou para mim uma grande satisfação, pois estive anos sem regressar ao meu país.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Infelizmente não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Raramente.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Agora que tenho a minha filha perto de mim, posso dizer que sim.

16. Já arrependeu-se alguma vez por ter vindo?

Não, nunca me arrependi. Mas assim que eu conseguir a nacionalidade, vou viver em França. Lá tenho a minha irmã, minhas tias e primos.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Sinto-me integrada, mas poderia ser melhor se tivesse um trabalho menos precário e em melhores condições salariais.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Consegui legalizar-me, tenho um trabalho e tenho comigo a minha filha.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 18: adaptar-se ao clima.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 7, 15,16, 10.

Entrevista 4

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 32 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou natural da ilha de São Vicente.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até 4ª classe, não deu para ir mais longe.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Nunca me passou pela cabeça continuar os estudos em Portugal.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]* Damaia.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Em Cabo Verde eu era empregada doméstica.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

A minha situação económica em Cabo Verde era péssima. Trabalhava das 07:30 às 18:00 para receber 10 mil escudos (equivalente a 100 euros). Nem sei como conseguia gerir aquele salário. Antes de receber já tinha feito dívidas que ultrapassavam o salário que usufruía. Era uma miséria mesmo, mas tinha muita esperança de que um dia a vida ia mudar para melhor. Nada sobrava do meu salário, não sabia o que era poupança, porque não tinha nada para poupar. *[Risos]*. A não ser deixar de comer e pagar as dívidas para poupar.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Antes vivia com os meus pais. Não dava para viver na casa deles a vida toda, mas quando vivia com eles as coisas eram mais simples. Com três filhos tinha de procurar o meu cantinho não é? Eu e a minha irmã decidimos alugar uma pequena casa e dividir as despesas porque a vida não estava fácil. Ela tem dois filhos. A nossa casa tinha apenas dois quartos, uma cozinha e uma casa de banho. Não tinha água canalizada por isso tínhamos que levantar todos os dias bem cedo antes de irmos trabalhar para apanhar água no chafariz.

4. Como era a sua situação familiar?

Damo-nos muito bem. A minha mãe ajudava-me no que podia. Eu e a minha irmã somos mais do que irmãs, somos grandes amigas. Quando vim para Portugal deixei os meus filhos sob a sua responsabilidade.

5. Tem quantos filhos?

Tenho três filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Engravidei pela primeira vez aos 18 anos.

Os meus dois filhos que nasceram em Cabo Verde têm o mesmo pai, mas o último que nasceu aqui tem pai diferente. O pai dos dois primeiros reagiu bem, mas com o tempo deixou de ajudar-me na educação deles e nem os visitava. Simplesmente desapareceu da nossa vida. Infelizmente o pai do meu último filho não estávamos juntos mesmo antes da minha filha nascer porque não queria ter mais filhos e me pediu que fizesse um abortasse. Nunca vivemos juntos ele tem outra mulher, ou outras mulheres, melhor dizendo. Também não me ajuda e eu não tenho paciência para ir à justiça por causa disso.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Vim para Portugal porque levava uma vida de sacrifícios em Cabo Verde, tive de emigrar à procura de melhores oportunidades. Vim com a intenção de trabalhar, de forma a ter uma vida melhor do que tinha em Cabo Verde.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Portugal era o único país que poderia emigrar na altura porque tinha alguns contactos. Não arriscaria emigrar para um país onde não tenha amigos ou familiares que poderiam me acolher. Ainda mais a língua é mais fácil de compreender. Não falava bem, mas compreendia razoavelmente o Português.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Sim tinha apoio da minha irmã, da minha mãe, dos vizinhos, etc.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Sim.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda de uma amiga que residia em Portugal. Ela acolheu-me em sua casa até eu conseguir um trabalho e uma casa para morar.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Entrei no país com visto de férias, foi complicado, mas consegui.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Tenho residência provisória. Só consegui após o nascimento da minha filha em Portugal.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Resido aqui há 4 anos.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Dois meses depois de estar aqui consegui um trabalho, mas não tinha contrato de trabalho, porque não me encontrava legal aqui.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Trabalho na restauração, na cozinha a lavar talheres, panelas, etc.

3. Qual é sua situação profissional actual?

Encontro-me empregada.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Continuo a trabalhar na mesma área.

5. Que tipo de contrato tem?

Contrato a prazo, não tenho certeza se é assim que denominam.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Estou satisfeita com o meu trabalho.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Tive uma filha em Portugal.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Deixei os meus filhos com a minha irmã.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Claro.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Sim. Depois de dois anos e meio.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Não tem palavras para explicar o sentimento de uma mãe que deixa o filho. É muita tristeza, preocupação, stress, enfim é desagradável. Passei os dois anos preocupada a lamentar por não estar junto deles.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Quanto os meus filhos estavam em Cabo Verde enviava dinheiro todos os meses, mas agora envio de vez em quando. Envio à minha mãe e à minha irmã. Elas me ajudaram muito. Se a minha irmã não tivesse ficado com os meus filhos provavelmente não estaria cá. Sou muito grata a ela, por isso ajudo no que poder.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

Vivo numa casa alugada, antes vivia com a minha irmã na Buraca, a casa era péssima, não dava para continuar, saí de lá mesmo antes de os meus filhos virem para Portugal.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Pago 300 euros de renda. Além disso, pago as despesas todas. Do salário que ganho não sobra nada. Tenho que gerir bem para chegar.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

As condições da casa são mesmo más. Muito velha, sem condições, mas pretendo mudar-me daqui alguns meses. Estou à procura de uma casa com melhores condições e mais barata.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa tem dois quartos, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Vivo com os meus 3 filhos e no momento encontra-se aqui uma prima minha que veio de Cabo Verde há 2 meses.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Enfrentei e continuo a enfrentar dificuldades, mas menos do que no início. Estive dois anos sem documento. Estar aqui sem documentação, sem contrato de trabalho foi complicado, mas com o nascimento da minha filha cá consegui legalizar-me. Mas por outro lado, estar aqui com filhos menores é complicado, porque começo a trabalhar cedo. Tenho que conciliar sozinha o trabalho com a família. Mal encontro tempo para cuidar dos meus filhos e saber como se encontram na escola. As pessoas não podem ajudar porque também saem para trabalhar, então, temos de organizar-nos bem para poder conciliar as duas coisas.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Ajudaram-me, mas as pessoas têm as suas responsabilidades não têm como ajudar me muito.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho, não muitos.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Mantenho uma relação razoável com os portugueses.

5. Como vê os portugueses?

Normal. Não tenho nada contra nem a favor.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Nem sempre bem. Se calhar já não nos querem aqui.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Não.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sim. Convivo com os cabo-verdianos, por isso não há como evitar manter esses hábitos porque falamos crioulo apesar de haver diferenças linguísticas entre as ilhas de Cabo Verde, mas nos entendemos normalmente. Também fazemos comida da nossa terra, ouvimos e dançamos música de Cabo Verde, etc.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Dou-me muito bem com os cabo-verdianos. Sou cabo-verdiana tenho que dar-me bem com os meus patrícios, não é?

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Saio para passear de vez em quando, porque os meus filhos reclamam que não saio com eles. Visito os meus amigos, conhecidos e familiares, vou à missa ou fico em casa a descansar.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Sim, telefone quando possível, principalmente à minha mãe e à minha irmã para saber como está.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Ainda não fui nenhuma vez a Cabo Verde desde que estou cá, mas no próximo ano espero regressar a Cabo Verde para visitar a minha ilha, os meus queridos familiares e amigos.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Realizam actividades no bairro com frequência. Quando calha num dia em que eu me encontro de folga participo, porque é muito bom, faz-nos aliviar um pouco dos nossos problemas.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Sinto muito satisfeita, principalmente agora que tenho os meus filhos aqui.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Não.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Sinto-me integrada.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Agora já acostumei-me ao clima, já falo o português bem melhor, tenho o meu trabalho, os meus filhos encontram-se comigo e a estudar e estou legalizada.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 15, 16.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 6, 7, 15, 16.

Entrevista 5

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 33 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou natural da ilha de Maio.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Fiz até o 6º ano, cheguei a frequentar a 1º ano (actual 5º ano), mas desisti porque os meus pais não tinham condições para eu estudar, tive que trabalhar cedo.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Não. Eu continuar os estudos? Certamente não vou aprender muito, nunca tive cabeça para escola.

5. Onde reside actualmente?

Morro na Amadora. *[Em que freguesia?]*. Falagueira.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Trabalhava, mas não me encontrava empregada. Eu era peixeira.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

A minha situação económica não era nada boa, batalhava muito para conseguir um pão para comer todos os dias. Não sobrava nada. A vida que eu levava era dura e cansativa. Andava de um lado para outro com alguidar sobre a cabeça a vender peixe debaixo de sol, vento e chuva para conseguir dar aos meus filhos o básico.

3. Como era as suas condições habitacionais?

As minhas condições habitacionais eram péssimas. A casa era alugada, não tinha mínimas condições habitacionais. Sem água, tinha um quarto uma sala, nem tinha casa de banho acredita?

4. Como era a sua situação familiar?

Vivia eu e os meus filhos, a minha mãe é pobre não tinha como me ajudar, eu é que às vezes ajudava. A minha família tem poucos recursos mas é solidária.

5. Tem quantos filhos?

Três filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Muito nova. *[risos]*. Com 17 anos.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Emigrei para escapar da vida de miséria que levava. Vim à procura de melhores condições de vida e trabalhar.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Aqui em Portugal tenho uma amiga, uma tia e primos. A minha amiga que também era peixeira em Cabo Verde me disse para vir que aqui as coisas eram melhores.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Apesar da minha família ter poucas condições financeiras me ajuda de outra forma. Tomam conta dos meus filhos, preocupam-se com eles e comigo também. Os vizinhos ajudam muito também. Lá em Cabo Verde a vizinhança é solidária, todos se conhecem e prestam apoio uns aos outros.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Tinha uma tia e os meus primos. Depois que estou aqui veio uma prima minha.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Tive.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda da minha amiga e da minha tia. Quando cheguei fiquei na casa da minha tia.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Tive que arranjar estratégia para sair do país, não me colocavam visto, porque não tinha requisitos para tal, não trabalhava como poderia pedir visto de férias? Por isso alguém me ajudou a sair do país em troca de uma boa quantia, que tive que pedir emprestado. **[cerca de quantos euros?]** Muitos, cerca de 3000 euros. Vim com visto de férias.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Infelizmente estou ilegal! Nem gosto de falar nesse assunto, durmo e acordo a pensar nessa situação. Deixa-me triste e angustiada quando sou abordada sobre o assunto. Estou aqui há 2 anos sem documento. O pior é que nem sei quando vou estar legalizada e poder trazer os meus filhos. O facto de não poder trazer os meus filhos é que deixa-me pior. Já não aguento, mas tenho que manter a calma e ter muita fé.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Estou aqui a apenas dois anos. Ainda não me acostumei, aqui tudo é diferente, sobretudo o clima.

VI - Percorso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Estive quatro meses desempregada. Esta situação era bastante complicada. Imagina, eu que sempre batalhei muito, encontrar-me sem nenhuma ocupação e a depender dos familiares. Nada agradável, mas o que podia fazer?

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Empregada doméstica.

3. Qual é sua situação profissional actual?

Graças a Deus encontro-me empregada. É triste estar no desemprego, mesmo desagradável.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Empregada doméstica, desde que estou aqui trabalho como empregada doméstica.

5. Que tipo de contrato tem?

Não tenho nenhum contrato porque não tenho documento. Muitos com documento não têm contrato, imagina se vão fazer contrato de trabalho a uma pessoa ilegal.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Não estou nada satisfeita. Não tenho contrato, não tenho férias, mas faço de tudo para permanecer neste trabalho uma vez que não reúno as condições para procurar um outro. Seria pior se não estivesse a trabalhar e não pudesse enviar dinheiro aos meus pais para os gastos com os meus três filhos que se encontram em Cabo Verde sob a responsabilidade deles.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Ter um filho nas condições em que eu me encontro? Nem pensar. Tenho é que pensar nos que já tenho e garanti-los uma vida melhor.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Os meus filhos ficaram com os meus pais.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Tinha e continuo com esta intenção.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Infelizmente não pude trazer os meus filhos. Ainda não reúno as condições para trazê-los. Nem documento tenho, como posso mandar buscá-los? Se não fosse pelos meus filhos já tinha perdido a esperança.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Pior coisa que há é deixar os filhos sem saber quando os poderá ver. Sinto-me muito mal.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Envio dinheiro aos meus pais, todos os meses para os gastos com os meus três filhos que deixei sob a responsabilidade deles. Mas mesmo se os meus filhos não estivessem em Cabo Verde os ajudaria na mesma. Mas também envio uma pequena quantia de vez em quando para depositar no banco em Cabo Verde.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

Vivo num quarto, na casa de uma amiga de longa data. O quarto fica no quintal, não tem nenhuma condição, mas não tenho condições de conseguir um melhor, pois não tenho documento e o salário é muito pouco.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Pago 150 euros, com água e luz incluído. Tenho acesso à casa de banho e cozinha, contribuo com as despesas do gás.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

As outras partes da casa tem condições razoáveis, mas o quarto a onde estou é péssimo.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

Incluindo o quarto onde encontro-me, a casa possui 3 quartos, uma cozinha, uma casa de banho e uma sala.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Somos cinco. Eu, a minha amiga, duas filhas dela e uma netinha. Uma casa de mulheres.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Encontrei muitas dificuldades, mas a principal é a que continuo a enfrentar, a falta de documentação. É uma situação muito desagradável.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Ajudaram-me muito. A minha amiga ajudou-me a encontrar trabalho, e a encontrar uma casa para ficar, mas quanto à documentação se calhar tenho que resolver sozinha. Também fui ajudada pelos familiares que residem aqui.

3. Tem amigos portugueses?

Conhecidos sim, mas amigos mesmo, não.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

A relação que tenho com os portugueses é razoável.

5. Como vê os portugueses?

Alguns são racistas e exploradores. Mas também há outros que são solidários, boas pessoas mesmo.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Não faço a mínima ideia como os portugueses nos vêem.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já. No trabalho. Como trabalho como interna, tenho que comer no trabalho. Eles não me permitem comer as coisas deles, quer dizer, há comida para eles e comida para a empregada. Para mim dão as coisas mais baratas. Suporto aquilo porque não tenho outra alternativa.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sim, falo crioulo ao telefone com as pessoas de Cabo Verde, quando estou no trabalho, sozinha, coloco música de Cabo Verde a tocar a partir do meu telemóvel e na maioria das vezes choro. Quando estou de folga cozinho comida de Cabo Verde.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Dou-me muito bem com os cabo-verdianos. Também seria grave se não me desse bem com os meus patrícios, sobretudo aqui em que nos encontramos longe da nossa terra.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Quase não tenho tempo livre. Gostaria muito de estar alegre, divertir-me, sair com as minhas amigas, mas a angústia e a saudade que sinto dos meus filhos e da minha família em Cabo Verde não me deixa com vontade de sair e divertir-me. São alguns anos de muita tristeza e muita preocupação, às vezes realizam actividades no bairro, mas não participo, preciso estar alegre para divertir-me, por isso prefiro ficar em casa.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Telefonei todas as semanas para saber dos meus pais e dos meus filhos.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Nunca, nem posso, se eu for, não entro mais no país. Estou sem documento.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Uma vez. A minha amiga insistiu tanto que não tive como recusar.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Não, só depois de estar legalizada e trazer os meus filhos poderei dizer que sim.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Nunca me arrependi.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Não.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

Não me sinto integrada porque estou ilegal, trabalho sem contrato, várias horas, sem férias e nem posso ter os meus filhos aqui. Não sinto vontade de sair, de divertir-me, sinto mesmo desintegrada da sociedade.

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16. Para os políticos nós servimos no período das eleições. Sabes porquê? Porque precisam dos nossos votos. Depois disso não precisam de ninguém.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

7, 15, 1, 16, 2.

Entrevista 6

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 36 anos.

2. És natural de que ilha?

Ilha de Santiago, Tarrafal.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Fiz até 6º ano, os meus pais não deixaram-me continuar porque não tinham condições económicas. Mas sinceramente não sei se eu daria resultados, pois não gostava de estudar.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Não. Nem pretendo. Nesta altura da minha vida não vale a pena. Não ia aprender, porque a minha cabeça não funciona nessas coisas, nem teria paciência para isso.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]*. Buraca.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Empregada? Quem me dera. Eu era vendedora ambulante. Comprava e revendia mercadorias chinesas (roupa, sapatos, entre outros). Andava de porta em porta, exposta ao sol, chuva, vento para vender as mercadorias.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

A minha situação económica era má, o dinheiro que fazia com a venda mal dava para pagar as despesas. Pelo menos dava para comer.

3. Como era as suas condições habitacionais?

A minha casa é casa de pobre, *[risos]* mas pelo menos já não pagava aluguer. É bastante pequena, não tem luz nem água canalizada. *[onde adquiriam água?]* Apanhava água no chafariz, todos os dias de manhã, eu e os meus filhos. Mas se Deus quiser quando eu regressar construirei mais quartos e irei colocar luz e água.

4. Como era a sua situação familiar?

Somos pobres mas damo-nos bem, não quer dizer que não temos problemas porque todas as famílias enfrentam problemas. Isso é normal não é? Mas sempre ajudamos uns aos outros quando podemos.

5. Tem quantos filhos?

Tenho 4 filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Ainda jovem. Aos 19 anos tive o meu primeiro filho. Não foi uma gravidez planeada, mas o que poderia fazer? Abortar? Nem me passou pela cabeça, porque eu sou contra isso.

O pai dos meus três primeiros filhos reagiu normalmente à gravidez. Os homens dificilmente ficam preocupados também quem é que tem de batalhar para criar os filhos? Somos nós mulheres. É claro que nem todos são irresponsáveis, mas muitos são. Nem querem saber onde conseguimos dinheiro para dar de comer aos filhos. Hoje cuido dos meus quatro filhos sozinha sem apoio algum dos pais deles. Três têm o mesmo pai e outro tem um outro pai. Pensei que o outro seria diferente, mas foi a mesma coisa. No início comportam-se bem, ajudam, mas com o tempo esquecem-se que as crianças comem, bebem, estudam, etc.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Trabalhar. Conseguir mudar de vida, porque não estava fácil em Cabo Verde.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Aqui tem mais cabo-verdianos, a língua é menos difícil para nós, pelo menos compreendemos com mais facilidade. Também aqui tenho conhecidos e familiares.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Tinha sim. E era uma rede forte. Sabes como é viver no meio rural? Todas as pessoas se conhecem, quando precisas de uma coisa o vizinho dá, se não tem onde deixar os filhos os avós, os vizinhos tomam conta. É muito bom. Sinto muita falta disso.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Já.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim. Para ter visto recebi ajuda. Só consegui visto numa segunda tentativa. A primeira me foi recusada pois não tinha todos os documentos exigidos, por isso paguei alguém para me passar esses documentos *[quais documentos?]* um desses documentos é um contrato de trabalho, para poderem me dar visto de férias, o outro é extracto bancário *[como fazem isso?]* é só passar o dinheiro para a minha conta e depois de ter o extracto passo o dinheiro para a conta dessa pessoa de novo. Mas também recebi ajuda monetária dos meus familiares para emigrar.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Sim, dos familiares. Tive ajuda no alojamento, alimentação, também ajudaram-me a procurar trabalho.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Visto de férias. Só consegui visto numa segunda tentativa. A primeira foi recusada, pois não tinha todos os documentos exigidos, por isso paguei a alguém para me passar esses documentos [quais documentos?] um desses documentos é um contrato de trabalho, para poderem me dar visto de férias, o outro é extracto bancário [como fazem isso?] é só passar o dinheiro para a minha conta e depois de ter o extracto passo o dinheiro para a conta dessa pessoa de novo.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Hoje graças a Deus estou legalizada. Tenho cartão de residência provisória.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Há sete anos que estou aqui.

VI - Percorso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Cerca de 3 meses.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Desde que estou aqui trabalhei sempre como empregada de limpeza.

3. Qual é a sua situação profissional actual?

Estou empregada.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Trabalho como empregada de limpeza num supermercado, mas também faço umas horas numa casa de uma senhora idosa.

Do salário que eu ganho pouco sobra. Pago as despesas da casa, renda, luz, água, alimentação, etc. e ocasionalmente envio dinheiro para a minha família em Cabo Verde. Não muito, mas ajuda um pouco.

5. Que tipo de contrato tem?

Tenho contrato a prazo. Às vezes renovam-nos o contrato outras vezes mandam-nos para o fundo de desemprego.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Satisfeita com o trabalho não estou, mas sim conformada, porque a vida não está fácil aqui. Quando cheguei aqui as coisas eram bem melhores.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Não, nem pretendo ter.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Os meus quatro filhos ficaram separados, três ficaram ao cuidado da minha mãe, que também cuida dos outros netos e o mais pequeno ficou com a minha irmã.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Com certeza.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Sim. Depois de quatro anos.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Não tenho palavras para expressar o sentimento de uma mãe que deixa os filhos para viver num país desconhecido. É muita tristeza, preocupação e solidão. No início fiquei deprimida de tanta tristeza e saudade dos meus filhos. Não passeava, não divertia-me e dificilmente ria. Com o passar do tempo confortei-me, mas foi bastante complicado.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim, sempre que puder.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Ocasionalmente envio uma quantia à minha mãe e à minha irmã. Elas apoiaram-me e continuam a apoiar por isso eu faço o mesmo.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

A minha casa é alugada. Antes da vinda dos meus filhos partilhava uma casa com a minha irmã, mas depois decidi procurar uma casa para trazer os meus filhos. Tenho 4 filhos por isso precisava de um espaço maior.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Pago quase 300 euros de renda e pago as despesas todas cozinha.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

Estado de conservação da casa é razoável.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

Tem dois quartos, uma cozinha, uma casa de banho e uma sala. Os quartos são pequenos, mas dá para viver.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Eu e os meus 4 filhos.

XI - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Passsei por muitas dificuldades. Passsei péssimos momentos aqui, mas hoje faço de tudo para que os meus filhos não tenham de passar o mesmo. Estive sem documentação durante quase quatro anos e a trabalhar sem contrato e a ser explorada porque sabiam que precisava daquele trabalho. Mas fazia de tudo para que as dificuldades que enfrentava cá não se reflectissem na vida dos meus filhos que se encontravam em Cabo Verde.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Tive apoio dos meus amigos, dos meus familiares, mas sobretudo da Associação Cultural Moinho da Juventude. A Associação Cultural Moinho da Juventude ajudou-me muito a conseguir a autorização de residência. Sem a sua ajuda seria mais complicado porque não entendo dessas coisas. São muitas papeladas e não sabia como proceder.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho algumas amigas.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

A minha relação como eles é razoável.

5. Como vê os portugueses?

Normal. Não tenho nada contra nem a favor.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Não faço ideia. Acredito que nos vêem bem.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Não nunca apercebi-me.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Com certeza. Faço aquela “cachupada” e cuscuz para recordar a minha cultura. Em casa, adoramos ouvir o funaná e batuque, por acaso tenho aqui vários DVD’s, às vezes sinto-me como se estivesse em Cabo Verde.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

É muito boa.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

No início quando encontrava-me de folga dificilmente saía, porque não sentia vontade de sair e de divertir-me. Mas depois que os meus filhos vieram de Cabo Verde sinto-me mais feliz, por isso saio para passear, vou às festas quando casa um cabo-verdiano ou baptizam uma criança, visito os meus amigos e familiares, etc.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Sim, telefone sempre que posso. Não dá para telefonar sempre porque são muitos familiares e amigos e não há dinheiro que chegue.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Não, ainda não deu, mas sonho poder regressar a Cabo Verde ver as pessoas, os amigos e familiares que há muito tempo não vejo e melhorar as minhas condições habitacionais, uma

vez que a casa onde residia não possuía as condições mínimas de habitabilidade como electricidade, água canalizada, entre outros.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Raramente.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Apesar das dificuldades enfrentadas, ainda assim posso dizer que estou satisfeita com o meu percurso migratório. Poderia ser melhor, mas o passado não dá para mudar. Agora o que tenho a fazer é lutar para alcançar os meus objectivos que é proporcionar boas condições de vida a mim e aos meus filhos.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Não. Como poderia arrepender-me se no meu país de origem a vida era pior, bem pior do que tenho aqui. Aliás não dá para fazer comparações.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Agora sinto mais integrada do que antes.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Primeiramente a documentação, depois o trabalho, também já aprendi razoavelmente a língua, tenho os meus filhos comigo, tenho amigos, etc.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 17.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

7, 15, 1, 16, 10.

Entrevista 7

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 38 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou da ilha de Santiago.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Eu não tive oportunidade e incentivo para estudar. Quando fiz a quarta classe os meus pais tiraram-me da escola.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Não, nem pensei nisso.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. [*Em que freguesia?*]. Damaia.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Sim. Eu era empregada doméstica.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

Eu era empregada doméstica. Trabalhava o dia inteiro, lavava, passava, cozinhava, cuidava da casa e das crianças para receber uma miséria no final de mês. Apesar de ser muito pouco, conseguia com este salário dar aos meus filhos o básico (comida, roupa, estudo). Sentia-me triste quando os meus filhos diziam “mamã quero isso quero aquilo”. São cinco, os mais crescidos entendiam que não tinha como dar aquilo que queriam, mas os mais pequenos não compreendiam. Sabes como é que é? Por isso pedi emprestado, pedi aos meus familiares, poupei para conseguir pagar para vir aqui, para poder dar uma vida melhor aos meus filhos. Trabalhava durante um mês e ganhava o equivalente a 90 euros, com este salário pagava as despesas escolares dos meus filhos, casa, alimentação, vestuário, enfim, tinha que dar para tudo. Nem sei como conseguia gerir aquela miséria de salário [risos], não sei mesmo.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Sou natural do concelho de Santa Catarina, interior da ilha de Santiago, mas vivia na capital do país, no “Tira Chapéu”, um dos bairros periféricos da capital e muito pobre. A habitação onde vivia era alugada, não tinha mínimas condições, sem saneamento básico, tinha um quarto e uma cozinha. Lá vivia com os meus filhos.

4. Como era a sua situação familiar?

A situação familiar era razoável. Vivia eu e os meus filhos. Os meus pais e restantes familiares residem no interior da ilha de Santiago. Íamos visitá-los de quinze em quinze dias. Não dava para ir todas as semanas. Mas dávamo-nos todos muito bem.

5. Tem quantos filhos?

Tenho quatro filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Tive meu primeiro filho com 20 anos.

Eu fiquei desorientada, pois vivia na altura com os meus pais. Mas o pai da criança nem se preocupou, eu é que dei duro até hoje para educá-los.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

O único motivo da minha vinda para cá é a busca de melhores condições de vida, melhores condições de trabalho e melhores condições salariais. O salário que eu ganhava não dava para viver, era apenas um meio de sobrevivência.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Portugal tem mais cabo-verdianos, aqui sempre temos um conhecido, um familiar ou um amigo para nos apoiar no início. Porque sem ajuda é difícil estabelecer-se num país desconhecido.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Tinha sim. Tenho uma família muito unida, amigos e vizinhos. Lá em Cabo Verde sobretudo no meio rural as pessoas são muito solidárias, os vizinhos são prestativos em todas as situações, na alegria (festas de casamento, baptizado), na tristeza (doença e morte), etc. É muito bom ter esta rede de apoio.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Tinha sim e já veio mais depois de eu estar aqui.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim. Geralmente os filhos ficam em Cabo Verde, a não ser os que vêm fazer tratamentos.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Não tenho de que me queixar, ajudaram-me muito. Sem a ajuda deles nem consigo imaginar como poderia ser.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Quando cheguei aqui enfrentei muitas dificuldades. Para entrar em Portugal passei por França, onde estive uma semana. De lá vim para Portugal de autocarro. Foi complicado. Sem

documento tive alguns meses sem trabalho. Imagina estar na casa de alguém sem poder ajudar nas despesas, é chato não é? Mas depois consegui um trabalho como empregada doméstica. Não sabia falar o Português e a minha patroa não tinha paciência para explicar-me as coisas. Apesar de trabalhar sem contrato e sem férias, trabalhei lá durante muito tempo. Também não podia procurar outro porque sem documentação é difícil não é?

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Vim com visto de férias.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Estive quatro anos sem documentação, mas hoje estou legal, tenho o meu cartão de residência provisório. É um grande alívio, nem imaginas.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Oito anos. Emigrei numa sexta-feira do mês de Fevereiro de 2002.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Estive três meses sem trabalho a depender da minha irmã.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Depois de estar três meses sem trabalhar a minha irmã conseguiu-me um trabalho como empregada doméstica. Não sabia falar Português e a minha patroa não tinha paciência para explicar-me as coisas. Apesar de trabalhar sem contrato e sem férias, trabalhei lá durante muito tempo. Também não podia procurar outro porque sem documentação é difícil não é?»

3. Qual é sua situação profissional actual?

Graças a Deus nunca estive sem trabalho, desde que comecei a trabalhar.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Continuo a trabalhar como empregada doméstica.

5. Que tipo de contrato tem?

O meu contrato é a prazo. As pessoas nunca sabem quando vão para o fundo de desemprego. É complicado mas temos que ter coragem e muita fé.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Não posso dizer que estou satisfeita porque trabalho muito e o salário não é grande coisa, mas dá para viver dignamente e dar uma vida melhor aos meus filhos. É isso que interessa.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Credo, não basta os quatro que já tenho? Nem em sonhos. Hoje não dá para ter muitos filhos. Se fosse hoje teria menos.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Os meus meninos ficaram com a minha irmã mais nova na minha casa. Ela vivia com os meus pais no interior, mas quando decidi emigrar pedi-lhe para ficar com os meus filhos na minha casa.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Já, acho que é um sonho de qualquer mãe que emigra.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Depois de cinco anos consegui trazê-los.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Nossa senhora é muita tristeza e preocupação. Nunca imaginava que seria tão difícil estar separada dos meus filhos. Nem queiras saber, mesmo que eu te diga nunca poderás perceber exactamente o que uma mãe sente ao separar-se de um filho, só sentindo na pele mesmo.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim, sempre que posso.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Não dá para enviar sempre, mas de vez em quando envio dinheiro e também outros artigos como roupas e sapatos aos meus familiares.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

A minha casa é feita de forma clandestina, mas não era minha. A família que vivia ali abandonou-a e eu na altura vivia com um familiar numa casa perto e decidi a ocupar logo. Aos pouco melhorei-a, fiz um quarto em cima e até hoje vivo nessa casa.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Não pago a renda, apenas pago a luz, água e telefone, etc.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

Não está em boas condições, mas estou a melhorá-la aos poucos. A vida não está fácil por isso tem de ser aos poucos.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

Tem dois quartos em baixo e um que construí recentemente em cima, tem uma casa de banho que tem apenas uma sanita e uma banheira pequena, tem uma salinha e uma pequena cozinha.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Somos cinco. Eu e os meus quatro filhos.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Antes de vir para Portugal pensava que era tudo fácil, no entanto, as coisas foram bastantes difíceis para mim. Estive aqui quatro anos sem documentos, por isso tive dificuldades em encontrar um emprego melhor remunerado e com contrato. Mas o que me deixava mais triste é o facto de ficar longe dos meus filhos durante todo esse tempo e sem saber quando poderia tê-los aqui comigo.

Quando cheguei enfrentei muitas dificuldades. Sem dúvida a falta de documentação foi das piores dificuldades que já enfrentei aqui durante todos esses anos. Hoje já não enfrento essas dificuldades.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Se não fosse a minha irmã passaria por mais dificuldades. Com o dinheiro que consegui em Cabo Verde paguei para poder migrar. Deixei dívidas por isso tinha que trabalhar o máximo para poder pagar e ajudar a minha mãe que ficou com os meus filhos. A minha irmã acolheu-me em sua casa apesar de não ter condições suficientes e conseguiu um trabalho para mim na limpeza em nome dela, pois eu não me encontrava legalizada.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho, mas não como os africanos.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Razoável.

5. Como vê os portugueses?

Eu dou bem com todas as pessoas independentemente da nacionalidade. Por isso não tenho nada contra eles.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Acho que também não têm nada contra mim. Sou amiga de todos, não faço discriminação. Aqui no bairro tudo o que acontece de mal é associado aos imigrantes, sobretudo a nós africanos. É claro que estamos incluídos aí também. Mas na verdade encontramos pessoas más, tanto entre os brancos como entre os africanos.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já fui. Prefiro não comentar sobre isso, porque não é uma boa recordação.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Faço o possível para manter alguns hábitos culturais. Se vieses aqui num Domingo encontras uma boa cahupada na minha mesa. Logo que entrares na minha casa ouves um barulho da música. Os meus filhos gostam de dançar o funaná, colocam vídeo e emitam.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Damo-nos muito bem.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Sempre que tenho tempo visito os meus amigos, contamos uns aos outros as novidades, os nossos problemas, etc. Na verdade, todos os dias convivemos, no trabalho, nos transportes e na vizinhança.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Sempre que possível telefono às pessoas de Cabo Verde. Não dá para telefonar sempre, porque não é barato. Mas ocasionalmente dou um telefonema.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Infelizmente ainda não consegui ir. Lamento muito porque sinto muita saudade dos meus pais, dos meus irmãos, dos meus amigos e conhecidos e da minha terra.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Nunca fiz parte de uma associação. Nem aqui nem em Cabo Verde.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Já participei algumas vezes nas actividades que realizam no bairro.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Sinto muito satisfeita com o meu percurso migratório. Não foi fácil, mas consegui ultrapassar as barreiras e é isso que interessa, não é? Pior, é continuar a enfrentar os mesmos problemas.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Nunca, acho que nem vou arrepender-me.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Hoje sinto-me que poderia ser bem melhor, mas não posso dizer que estou mal integrada.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

O que ajudou-me a integrar foi ter conseguido a legalização. E isso ajudou-me a encontrar um trabalho melhor remunerando, com contrato e consegui trazer os meus filhos.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 7, 15, 16, 10.

Entrevista 8

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 39 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou da ilha de Santiago.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até 6º ano. Não deu para continuar. Também não era estudiosa e os meus pais não me incentivaram a continuar.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Achas? Tenho tempo e paciência para isso?

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. [*Em que freguesia?*]. Buraca

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Não, estava desempregada.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

Para sobreviver e dar de comer aos meus filhos arriscava a minha vida na apanha de areia no mar. Por ser uma actividade proibida pela lei, os militares fiscalizavam as praias por isso tínhamos que correr para não sermos apanhadas. Mesmo assim arriscávamos porque não tínhamos trabalho e os nossos filhos precisam de comer, ir à escola...Caí uma vez [risos] ao evitar que fosse apanhada e estive alguns dias sem trabalhar. Era uma vida dura mas não havia outra alternativa, tinha de ser, é a vida.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Eu vivia com os meus pais. A casa era bem pequena, não tinha água canalizada, tinha poucas condições, mas vivíamos todos aí unidos.

4. Como era a sua situação familiar?

Não era má, passávamos dificuldades, mas nunca perdíamos a força e esperança. Ajudávamos uns aos outros a ultrapassar os obstáculos. Eu sonhava em ter a minha própria casa e viver com os meus filhos, mas não tinha como.

5. Tem quantos filhos?

Quatro filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Aos 21 anos tive o meu primeiro filho.

Eu e o pai dos meus três filhos na altura dávamos bem, ele ajudava-me muito, mas com o decorrer do tempo, começou a afastar-se e depois deixou de se responsabilizar pela educação dos filhos. Com ele tive 3 filhos, depois terminamos e arranjei um outro companheiro do qual tive mais um filho, mas a relação não foi boa, ele tinha muitas mulheres e filhos. Eu não queria entrar na justiça por causa disso, preferi batalhar sozinha e educar os meus filhos.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Vim para cá, à procura de melhores oportunidades de trabalho, porque em Cabo Verde não estava empregada. A vida estava a complicar cada vez mais, pois tudo aumentava de preço.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Acho que é porque temos familiares aqui que nos incentivam e falam que aqui a vida pode melhorar. Temos aqui pessoas conhecidas, familiares e amigos que nos dão apoio se precisarmos.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Sim, os meus familiares, amigos e vizinhos são para mim a melhor rede de apoio que possa existir.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Tinha sim.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim, vim sozinha. Era bom se pudéssemos trazer os nossos filhos connosco.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Tive ajuda dos meus irmãos que já residiam em Portugal.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Aqui fui ajudada por várias pessoas, como por exemplo, os meus irmãos, os meus amigos e conhecidos. Primeiro fui ajudada logo que cheguei, pelo meu irmão, que me recebeu em sua casa durante algum tempo e que depois ajudou-me a encontrar emprego. Eu trabalhava com recurso a documentos da minha irmã e de uma amiga.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Entrei no país com visto Schengen.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Hoje Graças ao pai do céu tenho a nacionalidade portuguesa. Nem imaginas como é bom estar legalizada e sobretudo com nacionalidade portuguesa. É um grande alívio não ter que me preocupar com a renovação dos documentos todos os anos. Ter todas as regalias, não ter de aceitar certas situações laborais, [que tipo de situações?] [Risos] trabalho sem contrato, sem nenhuma regalia, sem férias, salários abaixo do normal.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Nove anos.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Cerca de 2 meses.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

O meu primeiro trabalho aqui foi como empregada de limpeza.

3. Qual é sua situação profissional actual?

Estou empregada, apesar dessa crise nunca me faltou trabalho.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Trabalho como empregada doméstica.

5. Que tipo de contrato tem?

Sou efectiva. Já não me renovam contrato. Espero que a crise não me leve ao fundo de desemprego.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Estou satisfeita. Não tenho do que queixar.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Estás a brincar. Tenho filhos que chegue. Já não preciso de mais.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Os meus filhos ficaram com os meus pais.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Antes de vir para Portugal já era a minha intenção trazer os meus filhos. Acredito que é um dos objectivos dos pais que deixam os filhos no país de origem.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Sim. Depois de estarmos separados quatro anos. Dá para acreditar? É a vida não é? Existe situações piores.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Chorei muito por ter deixado os meus filhos e por não saber quando os poderia ver. Com muita esperança e coragem consegui trazer os meus filhos. O meu filho mais pequeno já não me reconhecia e nem me chamava de mãe. Foi muito duro, mas hoje considero-me uma mulher feliz.

Trabalhei muito, nem imaginas. Tinha que reunir as condições necessárias para poderem aceitar que trouxesse os meus filhos. Passei de tudo, foi muito duro, muito duro. (Emocionada Maria não resiste e chora). Hoje posso dizer que sou uma mulher feliz porque graças a Deus tenho comigo os meus filhos. Todos encontram-se na escola e faço de tudo para continuarem a estudar para que nunca passem pelas dificuldades que passei na vida.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim. Olha, acredito que a maioria dos imigrantes, sobretudo mulheres, prestam apoio aos familiares.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Não dá para enviar sempre, mas de vez em quando envio dinheiro e também outros artigos, como roupas, sapatos, aos meus familiares.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

A minha casa é minha, mas é uma casa feita sem planta, foi feito um quarto aqui e outro ali de forma clandestina. Com o tempo acredito que o Estado vai derrubar todas as casas aqui e construir habitações sociais. Até lá vou continuar aqui, porque se eu sair daqui vou ter que procurar uma casa para arrendar e a vizinhança não vai ser a mesma.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Não pago renda felizmente.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

As minhas condições habitacionais são precárias, mas damos um “jeitinho”, ali e acolá e vivemos dentro das nossas possibilidades. Mas aqui temos uma vizinhança solidária, sentimos como se estivéssemos no nosso país, por isso não quero ir viver para outro sítio. Já estou acostumada, foram muitos anos de convivência. Tudo isso faz parte da nossa história de vida, nem sempre boa, mas é a nossa história.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

Tenho dois quartos pequenos, uma sala grande onde de noite coloco uma cama móvel, uma cozinha pequenina e uma casa de banho.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Na minha casa encontram-se os meus 4 filhos, eu e a minha sobrinha que veio no ano passado. Ali vivemos na harmonia e “confortados”. Desde que não falte comida na mesa todos os dias, vida e saúde, o resto é o menos importante.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Enfrentei muitas dificuldades. Olha, fiquei alguns meses sem trabalhar. Foi dos piores momentos que passei aqui. Não é fácil sair do nosso país com o propósito de vir trabalhar e melhorar a nossa vida e ficar dentro de casa sem poder trabalhar. Mas depois consegui um trabalho com o documento da minha prima. Ela é que recebia o meu salário e depois me devolvia. Com o tempo consegui um outro trabalho como empregada doméstica através da patroa da minha prima, mas também não tinha contrato. É chato porque se acontecer alguma coisa ficamos mal perante a justiça, mesmo se tivermos razão.

É uma situação complicada. Estive aqui dois anos sem documento, chorava e lamentava todos os dias o facto de passar todos esses anos sem ver os meus filhos e não poder trazê-los para cá. Mas nunca perdi a esperança até conseguir trazê-los (...). Suportei muitas coisas, nem gosto de lembrar e falar disso. Mas fiz tudo o que estava ao meu alcance, suportei tudo o que tinha de suportar para poder conseguir ter documentação e condições suficientes para trazer os meus filhos”.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Os meus familiares dentro das suas possibilidades ajudaram-me e continuam a ajudar. Foram eles que acolheram-me, e ajudaram-me a encontrar trabalho, etc. Também recebi grande ajuda da nossa associação

3. Tem amigos portugueses?

Tenho, mas poucos.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Má. Cada um com a sua vida.

5. Como vê os portugueses?

Normalmente. Não posso generalizar porque há aqueles que são bons e outros maus.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Não acho que nos vêem bem. Eles já não nos querem aqui. Com essa crise pior ainda.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já fui várias vezes e os meus filhos também. Eu já fui discriminada no trabalho quando trabalhava na limpeza. Os lugares mais sujos eram nós, as “pretas”, que limpávamos. O meu filho já foi discriminado pelos colegas na escola e vinha para casa chorar, mas hoje já ultrapassou isso.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Na minha casa encontras todos os DVD's de funaná. O crioulo nunca deixei de falar e nem pretendo, quando os meus filhos chegaram no início a professora aconselhou-me a falar com eles em português para que pudessem aperfeiçoar, mas agora que já falam bem, passei a

falar com eles crioulo em casa. Eles não podem esquecer da nossa língua. Também faço comida de Cabo Verde, como cachupa, cuscuz, «xerem», etc.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Eu dou-me muito bem com eles. Os que me tratarem mal faço o mesmo.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Vou às compras, faço visita aos amigos e familiares, vou à missa, etc.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Sim telefono os meus pais todos os fins-de-semana, para saber como é que estão porque já são idosos.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Ainda não. Ainda não tenho condições financeiras. Se eu for terei de levar os meus filhos, é muito dinheiro.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não sou membro de nenhuma associação, mas conheço algumas, como a Associação Moinho da juventude. Graças a esta Associação o meu filho iniciou um curso de carpintaria e hoje encontra-se empregado. Se não fosse ela o meu filho, possivelmente, estaria a vaguear pelas ruas de Lisboa.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Sim, mas é raro.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Estou satisfeita.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Nunca.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Agora sim.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Já consegui a nacionalidade, tenho os meus filhos na escola, um a trabalhar e tenho o meu trabalho, a minha casa e sou feliz.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do

imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18: não ser discriminado.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 2, 7, 15, 16.

Entrevista 9

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 40 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou da ilha de São Nicolau.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Fiz até 9º ano.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Não. Gostaria de fazer um curso de culinária, mas o meu horário de trabalho não me permite estudar.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]*. Reboleira.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Sim eu era educadora de infância.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

O meu salário enquanto educadora de infância era muito pouco não dava para nada. Tinha que gerir muito bem para chegar ao final do mês. Era apenas um meio de subsistência, só dava para comer e pagar as despesas da casa.

3. Como era as suas condições habitacionais?

A minha casa não era boa, mas pelo menos não pagava renda. É uma casa modesta, tem apenas dois quartos, uma pequena sala e cozinha. Vivia lá com os meus cinco filhos.

4. Como era a sua situação familiar?

A minha situação familiar era boa, apesar de não ter uma presença masculina em casa, isto é, um marido ou um companheiro éramos felizes e ajudávamos uns aos outros. Para além disso, contava com o apoio da minha família e sobretudo da minha irmã que era também a minha vizinha.

5. Tem quantos filhos?

Tenho cinco filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Com 17 anos.

Eu nunca vivi na mesma casa com o pai dos meus filhos, mas dávamo-nos bem. Ele quando soube da minha primeira gravidez reagiu bem, acho até que ficou feliz, era o seu primeiro

filho. Com o decorrer dos anos ele arranhou outra mulher casou-se e achei melhor terminar a relação. Depois disso cortou a relação não só comigo como também com os filhos.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Eu não estava satisfeita com as minhas condições de trabalho e sobretudo com o salário que usufruía, por isso decidi emigrar para conseguir um trabalho melhor remunerado que me permitisse ter melhores condições de vida e proporcionar um curso superior à minha filha mais velha, actualmente com 22 anos.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Já tinha algumas informações sobre Portugal, já sabia falar português e tinha aqui uma amiga de infância que sempre incentivou-me vir para cá.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Tinha minha família, meus filhos, a minha mãe, os meus amigos e vizinhos. Eles sempre ajudaram-me a enfrentar as dificuldades da vida. Dão-me força, cuidaram dos meus filhos e os apoiaram.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Tinha sim.

3. Veio sozinha para Portugal?

Sim.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda da minha amiga que já residia em Portugal.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Vim com visto de férias, como eu era funcionária pública não me criaram problemas, mas já tinha a intenção de ficar.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Tenho autorização de residência provisório, mas estive dois anos ilegal.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Quatro anos.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Demorei cerca de dois meses a arranjar trabalho, mas a colega de trabalho da minha amiga teve bebé e ela disse-me para ficar no seu lugar.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Empregada de limpeza num restaurante.

3. Qual é a sua situação profissional actual?

Estou empregada.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Trabalho como empregada de limpeza numa creche.

5. Que tipo de contrato tem?

Contrato a prazo ou a termo, sei lá como se diz. Só sei que é renovável.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Estou satisfeita.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Não, não tenho idade para isso. Com cinco filhos achas que preciso de mais? Só se eu fosse maluca.

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Ficaram em casa com a minha filha mais velha e sob a supervisão da minha irmã, que é também minha vizinha.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Já tinha sim, se pudesse vínhamos todos juntos, mas não é foi possível.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Sim vieram a pouco tempo. Só ficou em Cabo Verde a minha filha mais velha, mas ela virá no mês de Setembro estudar. Ela ficou dois anos sem estudar.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Ter que deixar os filhos sozinhos, apesar de estarem sob a supervisão da minha irmã, que era ao mesmo tempo a minha vizinha, foi uma das decisões mais difíceis que já tomei até agora. Culpei-me muito por ter deixado os meus filhos, mas por outro lado, senti força para suportar as tristezas, as saudades e dedicar-me ao trabalho com a expectativa de vir a proporcionar aos meus filhos melhores condições de vida e garantir um curso superior à minha filha mais velha que tanto o deseja.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Sim.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Sim, envio à minha mãe e à minha irmã que ajudaram-me muito quando mais precisava.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

A minha casa é arrendada.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

A renda da casa onde resido é de 250 euros e pago água, luz, gás à parte.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

A casa onde habito já é velha, não tem as mínimas condições e tem problemas de infiltração. Mas no momento não tenho condições de arrendar uma melhor porque são mais caras. Quando cheguei aqui vivia com uma prima, depois fui dividir uma casa com uma conhecida, mas como pretendia trazer os meus filhos tive de procurar uma casa só para nós.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa é composta por dois quartos, num fica os meus três filhos, no outro fico eu e a minha filha e na sala dorme numa cama móvel o meu filho mais velho. É chato ter que tirar a cama todos os dias, mas não tenho como arranjar uma casa maior, o meu salário é pouco e nós temos de desenrascar.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

No momento somos 5, mas no mês de Setembro chega a minha filha que vem estudar.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Já passei por inúmeras situações desagradáveis, ultrapassei inúmeras barreiras, mas a principal dificuldade que já enfrentei cá foi estar dois anos ilegal.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Os amigos e os familiares sempre fazem o que está ao seu alcance, mas nem tudo podem fazer por nós. Mas sempre apoiaram-me e deram-me coragem para enfrentar as barreiras.

3. Tem amigos portugueses?

Tenho alguns amigos do bairro e no trabalho.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

Damo-nos bem.

5. Como vê os portugueses?

Normal. Conheço de todos as espécies. Maus, bons, racistas, educados, preconceituosos, etc.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Nós os cabo-verdianos? Acho que nem sempre nos vêem bem, às vezes colocam-nos no mesmo saco. É claro que existe cabo-verdianos do bem e do mal, assim como nas outras nacionalidades, por isso cada um deve ser visto como é e não se deve generalizar.

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Particularmente não. Mas às vezes sinto discriminada quando falam mal dos africanos ou dos cabo-verdianos.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sim, a nível da comida, da música e da língua.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Boa. Aqui todos precisam de todos. É claro que existem algumas pessoas que fingem não conhecerem uns aos outros, mas de uma forma geral damos-nos muito bem. Eu em particular dou-me bem com toda a gente.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Cuido dos meus filhos, faço os trabalhos domésticos, saio para visitar amigos, familiares ou conhecidos que se encontram doentes ou que faleceu algum familiar, etc.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Os meus filhos falam com os amigos pelo computador, acho que é internet, mas eu não sei usar essas coisas. Eu falo com os meus familiares sempre que posso, mas pelo telefone.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Nunca fui à minha terra depois de estar em Portugal. Olha, sonho ir à minha terra natal para rever os meus amigos e familiares, mas de momento, preciso repor os gastos que tive com a vinda dos meus filhos e só depois planear a minha ida a Cabo Verde.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Costumam realizar actividades aqui e já cheguei a participar, mas raramente.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Sinto-me muito satisfeita, porque com a minha vinda a minha vida e dos meus filhos mudou para positivo.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Nunca arrependi-me por ter vindo para Portugal. Mesmo quando estive em situação ilegal. Dizia para mim mesma “já que estou aqui vou lutar até ao fim, Deus não vai deixar-me desamparada”. Muitas vezes precisamos buscar a força aonde estiver para podermos suportar as dificuldades da vida.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Não a 100%, mas hoje sinto-me mais integrada. Há uns anos atrás sentia-me como um peixe fora de água, também estava numa situação muito complicada, ilegal. Não é fácil, as pessoas

fazem de tudo para não terem de que ir às instituições que exigem documento. Eu sentia receio de ir ao hospital, mas uma vez tive que ir porque encontrava-me muito doente, o medo de ser controlada deixava-me angustiada.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

O mais importante acredito que seja a documentação. Tenho o meu trabalho, tenho amigos e familiares que apoiam-me nos momentos difíceis, tenho os meus filhos aqui, tenho a minha casa, tenho saúde e estou feliz.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 15,16, 17.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

7, 15, 1, 16, 10.

Entrevista 10

I - Identificação

1. Qual é a sua idade?

Tenho 45 anos.

2. És natural de que ilha?

Sou da ilha de Santo Antão.

3. Qual é o seu nível de escolaridade?

Estudei até à 4ª classe. Como os rapazes andavam atrás de mim os meus pais tiraram-me da escola, porque achavam que assim poderiam controlar-me.

4. Em Portugal chegou a continuar os estudos?

Estudar? *[o que a impede?]* Agora a minha cabeça não dá para essas coisas. Agora quero trabalhar e dar aos meus filhos escola, para terem um vida melhor do que eu. Mas também mesmo se quisesse não podia, não tenho tempo. Trabalho o dia todo e mal encontro tempo para alimentar-me em condições.

5. Onde reside actualmente?

Resido na Amadora. *[Em que freguesia?]*. Buraca.

II - Situação anterior ao projecto migratório

1. Em Cabo Verde encontrava-se empregada?

Nunca estive empregada em Cabo Verde. Eu vivia da agricultura e da criação de gado. Da agricultura e criação de gado mal conseguia dar aos meus filhos o básico (alimentação, vestuário e educação), estava muito insatisfeita com a vida que tinha, por isso com o apoio de uma amiga residente em Portugal decidi emigrar à procura de melhores condições de vida, no sentido de proporcionar aos meus filhos uma vida melhor.

2. Qual era a sua situação económica em Cabo Verde?

A minha situação económica era limitada. Eu era doméstica e vivia na casa dos meus pais. Cuidava da casa, dos animais, ajudava o meu pai no campo, cozinhava, lavava, apanhava água, etc. Conseguia um dinheirinho porque criava animais e vendia. Era chato porque dependia muito dos meus pais e dos meus irmãos que estavam emigrados. Já não dava porque mal conseguia dar aos meus filhos o que precisavam, por isso, deixei os meus filhos com os meus pais e emigrei.

3. Como era as suas condições habitacionais?

Eu não tinha casa própria nem alugada, vivia com os meus pais. A casa era modesta, mas não tínhamos condições financeiras para ter uma casa melhor. Era uma casa antiga, não tinha electricidade, não tinha água, nem estava revestido de reboco. Era muito fria e situava-se numa zona montanhosa.

4. Como era a sua situação familiar?

Apesar da pobreza sempre fomos amigos, prestamos apoios uns aos outros, damos força uns aos outros nos momentos menos bons. Posso dizer que somos uma família unida.

5. Tem quantos filhos?

Tenho quatro filhos.

6. Com que idade teve o seu primeiro filho?

Tive o meu primeiro filho com 20 anos. Os meus pais ficaram zangados porque nunca imaginaram ter uma filha mãe solteira a viver com eles. Eles sempre imaginavam o dia em que me viam entrar numa igreja de véu e grinalda. Mas a vida nem sempre é como sonhamos. Tive filhos com dois homens. Com o primeiro tive dois filhos e quando tive o primeiro filho ele ajudava muito, mas no segundo nos abandonou aos poucos. Olha sinceramente não gosto de falar das minhas relações, só me trazem más recordações.

III - Razões da emigração

1. Qual é o motivo da sua vinda para Portugal?

Com quatro filhos, sem emprego, sem ajuda dos pais dos meus filhos, decidi deixar os meus filhos com a minha mãe (o pai já é falecido) e emigrar para garantir uma vida melhor para eles. Por mais que seja duro, o trabalho aqui compensa, porque pelo menos agora posso ajudar a minha mãe e dar-lhe uma vida melhor, escola aos meus filhos, para não ficarem como eu que não estudei e tive que trabalhar duro.

2. O porquê da escolha de Portugal para emigrar?

Portugal é um país em que os cabo-verdianos mais imigram. Aqui temos amigos imigrados, temos familiares e a língua é mais fácil para nós.

IV - Rede migratória

1. Tinha rede de apoio no país de origem?

Em Cabo Verde todos têm uma rede de apoio. Lá as pessoas particularmente no meio rural apoiam-se mutuamente de várias formas. Se precisas sair os vizinhos tomam conta dos nossos filhos, se não tens de comer os vizinhos oferecem e os familiares ajudam financeiramente, principalmente os que se encontram migrados. Mas aqui as coisas são diferentes, apesar de encontrares redes semelhantes nalguns bairros onde existem muitos imigrantes, como na Buraca por exemplo.

2. Já tinha familiares em Portugal antes de emigrar?

Já tinha irmãos, tios e primos.

3. Veio sozinha para Portugal?

Infelizmente vim sozinha. Mas logo que cheguei já tinha à minha espera no aeroporto familiares e amigos.

4. Teve ajuda de alguém para emigrar?

Sim tive.

5. Teve ajuda de alguém quando veio para Portugal? Se sim, tem sido ajudada por quem e em que domínio?

Tive ajuda dos meus irmãos e sobretudo de uma amiga residente em Portugal. Fiquei na casa dela, ela acolheu-me muito bem, não tenho do que me queixar. Durante o período em que encontrava-me desempregada, os meus irmãos ajudaram-me financeiramente.

V - Situação legal

1. Com que tipo de visto entrou em Portugal?

Entrei no país com visto schengen.

2. Qual é o seu estatuto legal actual?

Hoje encontro-me legal. Tenho título de residência permanente e no próximo ano espero conseguir a nacionalidade.

3. Há quanto tempo reside em Portugal?

Resido aqui desde 2001. Recordo-me com clareza o dia que cheguei aqui, era um dia muito frio e chuvoso. Já passaram nove anos. Nem senti o tempo passar.

VI - Percurso laboral

1. Quanto tempo demorou para arranjar trabalho em Portugal?

Tive quase três meses sem trabalho. Em Cabo Verde nunca estive sem fazer nada. Batalhava muito, mas aqui o que poderia fazer a não ser ficar em casa? Foi muito sufocante, mas tinha que aguentar e acreditar que brevemente conseguiria um trabalho. Acho que não esperei muito para encontrar trabalho porque outras pessoas ficam meses e meses sem trabalho.

2. Qual foi a primeira ocupação em Portugal?

Empregada de limpeza.

3. Qual é sua situação profissional actual?

Felizmente encontro-me empregada, apesar dessa crise que não passa.

4. Qual é a sua ocupação actual?

Continuo a trabalhar na limpeza.

5. Que tipo de contrato tem?

Sou efectiva. Já trabalhei com esta entidade empregadora muitos anos.

6. Qual é o grau de satisfação em relação ao trabalho que executa?

Trabalho na limpeza. Levanto às 05:30 horas para fazer sete horas de trabalho. À noite faço mais quatro horas num supermercado e saio às 23 horas. Fico com muito medo de estar na rua até essa hora, mas tem de ser, é a vida não é? Se não for assim não consigo dar uma vida

melhor aos meus filhos e aos meus pais em Cabo Verde que já estão velhinhos. Mas não estou insatisfeita.

VII - Situação familiar

1. Teve mais filhos em Portugal?

Nem se quisesse, essa vida difícil como está não dá para ter mais filhos, já tenho o suficiente ou até demais [*Risos*].

2. Deixou o(s) filho(s) sob a responsabilidade de quem quando veio para Portugal?

Eles ficaram com a minha mãe.

3. Quando veio para Portugal já tinha a intenção de mandar vir o(s) filho(s)?

Sim era um objectivo, mesmo antes de emigrar. Quem é que gostaria de ficar separado dos filhos? Acho que nenhuma mãe.

4. Depois de estar em Portugal mandou vir o(s) filho(s)? Depois de quanto tempo? Se não, porquê?

Graças a Deus consegui trazê-los. Foi difícil, mas consegui e hoje estou relaxada, tranquila e feliz.

5. Como se sente ao separar-se do(s) filho(s)?

Ter de deixar os filhos foi bastante duro para mim, pois não sabia quando os poderia ter aqui. Foram anos de muita angústia, tristeza e lágrimas, por sentir-me muito distante dos meus filhos. Mas os piores momentos já foram ultrapassados após ter conseguido legalizar e trazer os meus filhos. Hoje os meus dois filhos mais velhos encontram-se a trabalhar e os mais novos a estudar. Os que trabalham ajudam nas despesas e apoiam os que estão a estudar.

6. Presta apoio aos familiares no país de origem?

Quase todos os imigrantes prestam apoio aos familiares, só que uns são mais desleixados nesse aspecto.

7. Envia dinheiro para Cabo Verde? Se sim, com que frequência e qual é o motivo?

Eu todos os meses envio dinheiro para ajudar nas despesas com a saúde, alimentação, dos meus pais que já estão em idade avançada e também para pequenos investimentos, como por exemplo, na compra de terreno para, futuramente, construir uma casa. Aos restantes familiares e amigos ocasionalmente envio uns euros, porque não dá para mais. Para nós a vida aqui está cada vez mais difícil.

VIII - Situação habitacional

1. Que tipo de habitação possui (casa própria, casa alugada, barraca, casa de familiares, casa de amigos, quarto alugado, ...)?

Infelizmente não tenho casa própria, estou aqui há nove anos, mas as condições ainda não me permitem ter a minha casa. Prometeram que iam nos dar casa, mas ainda estamos à espera.

Mas na verdade custa-me muito deixar este bairro. Estou aqui desde que cheguei. Nunca saí daqui, já estou acostumada com as pessoas, com tudo.

2. No caso de pagar renda, qual é a quantia?

Quando cheguei aqui vivia numa casa perto daqui com uma amiga, lá não pagava renda, apenas partilhávamos os gastos, mas não tinha nenhuma condições e também com quatro filhos precisava de ter um espaço para os ter aqui. Não é grande coisa, mas é só nosso. Nesta casa pago 280 euros.

3. Qual é o estado de conservação do espaço onde habita actualmente?

As condições não são boas, mas dá para viver sem grande luxo, é o que podemos ter.

4. Qual é o número de divisões do espaço onde habita?

A casa tem apenas dois quartos, tem uma sala que separei com aquelas placas de madeira e fiz uma parte quarto e outra sala, tem também uma cozinha e uma casa de banho, lá vivem cinco pessoas.

5. Qual é o número de residentes com quem partilha o espaço onde habita?

Residem 5 pessoas aqui.

IX - Integração na sociedade portuguesa

1. Encontrou dificuldades em Portugal? Quais foram as principais dificuldades sentidas? Hoje enfrenta as mesmas dificuldades?

Enfrentei muitas dificuldades, ultrapassei várias barreiras, mas graças a Deus pude contar com apoio das pessoas. A pior dificuldade, sem dúvida, foi ter que viver longe dos filhos e encontrar-me ilegal no país.

2. Alguém a ajudou a ultrapassar as suas dificuldades? Quem? Como?

Fui ajudada pela minha amiga que mesmo antes de vir ajudava-me e incentivou-me a emigrar e também contei com o apoio dos meus irmãos e demais familiares. Apesar de estar longe dos meus filhos, também estes me ajudaram a ultrapassar as dificuldades. Davam-me força e sempre acreditaram que brevemente poderíamos estar juntos. Eles nunca me pressionaram nesse aspecto, foram compreensíveis e isso ajudou-me muito.

3. Tem amigos portugueses?

Muito pouco.

4. Como é a sua relação com os Portugueses?

A nossa relação é razoável.

5. Como vê os portugueses?

Normal, mas algumas são muito racistas.

6. Como acha que os portugueses as vêem?

Nos vêem mal, acham que são melhores em tudo, só porque somos africanos. Acham que ainda estamos na época da colonização [*Risos*].

7. Já foi discriminada pelos portugueses? Em que situação? Aonde?

Já fui várias vezes discriminada no local de trabalho pelas colegas de trabalho, mas nunca me senti inferior a elas. Acredita que todos nós somos iguais, porque Deus é o único criador e nós como todos irmãos, independentemente da cor, raça, religião e condições económicas.

8. Mantém hábitos culturais e sociais cabo-verdianos em Portugal?

Sempre que possível. Não podemos perder as nossas raízes não é? Os meus filhos também não podem esquecer, nem sentirem-se inferiores perante a cultura dos brancos.

9. Como é a sua convivência com os cabo-verdianos residentes em Portugal?

Damo-nos bem aqui.

10. Como ocupa os seus tempos livres?

Vou à missa (sábados ou domingos), frequento actividades religiosas, visita os amigos e familiares.

11. Comunica com as pessoas em Cabo Verde? Com que frequência?

Telefono de vez em quando, o dinheiro que ganho não dá para telefonar sempre.

12. Depois de estar aqui já regressou alguma vez a Cabo Verde? Por que motivo?

Nenhuma vez, mas nas férias do verão penso ir de férias com os meus filhos para ver os meus pais que há vários anos não vejo.

13. É membro de algum grupo (desportivo, religioso, político, sociocultural, etc.) em Portugal?

Não.

14. Costuma participar em actividades promovidas por alguma associação, grupo, instituição? Se sim, com que frequência?

Participo em actividades religiosas ocasionalmente. Se tivesse mais tempo participaria sempre, mas não dá.

15. Sente-se satisfeita com o seu percurso migratório?

Sinto-me satisfeita com o meu percurso migratório. Os problemas que já passei deixei de pensar neles, agora o que eu quero é ver os meus filhos realizados e conseguir dar aos meus pais melhores condições de vida.

16. Já se arrependeu alguma vez por ter vindo?

Nunca.

17. Sente-se integrada na sociedade portuguesa?

Sinto-me bem integrada.

18. Se sim, o que contribuiu para a sua integração?

Sinto-me integrada porque já tenho a documentação, os meus filhos já estão aqui a estudar e outros a trabalhar, tenho o meu trabalho e não temos nenhum problema de saúde. Agora é aproveitar a vida e mais nada.

19. Se não, em que aspectos não se considera integrada?

20. Qual ou quais desses itens acha necessário para a sua integração na sociedade Portuguesa? (1. estar legalizado; 2. saber a língua portuguesa; 3. ter amigos portugueses; 4. ter amigos da sua nacionalidade; 5. ter amigos de outras nacionalidades; 6. saber como

funcionam os serviços de imigração, de saúde e de educação; 7. ter trabalho com benefícios sociais; 8. fazer parte de uma associação; 9. participar nas actividades associativas; 10. ter apoio dos familiares e amigos; 11. manter contacto com o país de origem; 12. manter hábitos do país de origem; 13. conhecer os direitos e deveres do imigrantes; 14. ter direito a filiação política e direito ao voto; 15. ter uma casa; 16. ter os filhos consigo; 17. Adaptar-se à cultura portuguesa; 18. outros).

Para a integração em Portugal, acho que é necessário: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16. Olha em relação à política nunca tive interesse, mesmo antes de emigrar. Para mim os políticos são todos iguais, mentem, enganam o povo para os colocar no poder e depois esquecem-se de nós. Nós que somos pobres, que não temos estudos, só servimos para lhes dar votos. Por isso nem quero saber disso. Para ser franca há muitos anos que deixei de votar.

21. Coloca em ordem decrescente cinco que considera mais importante.

1, 2, 7, 15,16.

Anexo IV - Mapas

República de Cabo Verde



Fonte: www.google.com

Concelho da Amadora



Fonte: www.google.com